

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

ANTONIO INÁCIO DA SILVA

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL:
DIMENSÃO EDUCATIVA EM PERSPECTIVA**

FRANCA

2018

ANTONIO INÁCIO DA SILVA

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL:
DIMENSÃO EDUCATIVA EM PERSPECTIVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção de Título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria José de Oliveira Lima.

FRANCA

2018

Silva, Antonio Inácio da.

O trabalho do assistente social e a questão socioambiental:
dimensão educativa em perspectiva / Antonio Inácio da Silva.

– Franca : [s.n.], 2018.

138 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade
Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Maria José de Oliveira Lima

1.Serviço social – Educação ambiental. 2.Meio ambiente
3.Trabalho profissional. 4. Assistente social – Prática I. Título.

CDD – 361.0023

ANTONIO INÁCIO DA SILVA

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL:
DIMENSÃO EDUCATIVA EM PERSPECTIVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção de Título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Profª. Drª. Maria José de Oliveira Lima

1º Examinadora: _____
Profª. Drª. Adriana Giaqueto – FCHS/Unesp

2º Examinadora: _____
Profª. Drª. Rita de Cássia Lopes de Oliveira Mendes – UFTM

Franca, 27 de julho de 2018.

Dedico este trabalho a todos as pessoas que
contribuíram para que esse sonho torna-se
realidade, aos meus amigos dos Correios, à minha
família e aos professores que são a minha maior
fonte de energia para seguir em frente buscando o
conhecimento.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Leonor, e ao meu irmão, Vagner.

À Prof^a. Dr^a Maria José de Oliveira Lima por ter sido minha orientadora no decorrer desse imenso percurso em busca do conhecimento para a minha formação acadêmica e profissional.

À Prof^a. Dr^a Adriana Giaqueto e Analucia Bueno dos Reis Giometti por terem composto a banca de qualificação contribuindo de forma decisiva no resultado da pesquisa.

À Prof^a. Dr^a Rita por compor a banca de defesa.

Às duas profissionais participantes da pesquisa, pois mesmo com agenda repleta de compromissos aceitaram o desafio de participar desta construção acadêmica.

À minha irmã Camila por estar junto comigo nesta jornada de aprendizado.

Às minhas queridas e fundamentais amigas Cátia, Luany, Geis que considero hoje pessoas da minha família por todo apoio que tive durante essa maratona pelo conhecimento. E às pessoas especiais que conheci em Franca cuja idoneidade e compromisso com essa instituição e com as pessoas que aqui passam merecem todas as honras, são elas: Bárbara, Tatiane, Neyra, Lúcia.

Ao grupo de pesquisa Gesta e a todos os funcionários desta universidade em especial ao competente e amigo, Mauro da Pós.

Meus sinceros agradecimentos!

“A natureza é o *corpo inorgânico* do homem, a saber a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem *vive* da natureza significa: a natureza é seu *corpo*, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza.”

Karl Marx – Manuscritos econômico-filosóficos.

SILVA, Antonio Inácio. **O trabalho do assistente social e a questão socioambiental: a dimensão educativa em perspectiva.** 2018. 138 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

RESUMO

O século XXI vem se despontando pelo imenso consumo predatório ao meio ambiente gerando desequilíbrio nas mais variadas formas, escassez de chuvas, aumento da temperatura e clima inóspito aos seres humanos gerando uma problemática socioambiental que afeta a todos os seres vivos. O consumo gerado pelo modo de produção capitalista cresce em proporções dantescas e apesar de todas as iniciativas de vários governantes do mundo em frear esse acelerado consumo esse fato não acontece, mesmo com toda pauperização trazida pela intensificação do consumo, ainda assim, prevalece. Diante dessa crise socioambiental que atinge a toda sociedade, a presente pesquisa tem o interesse em conhecer o trabalho de assistentes sociais que desempenham ações de caráter socioambiental, sobretudo no que estes têm contribuído junto a esta questão. O Serviço Social no decorrer de seu amadurecimento histórico adere ao posicionamento crítico ideológico que faz a categoria se posicionar junto à luta dos trabalhadores, desta forma o profissional tem papel fundamental no contexto contemporâneo que se apresenta o cenário socioambiental. O método para a interpretação da pesquisa foi o materialismo histórico dialético, pois as mutações e complexidades que envolvem o homem e o meio ambiente estão em constante movimento. Desta forma, foi contextualizado o trabalho do assistente social e como este precisa estar constantemente antenado com a realidade. Outras questões também discutidas foram a questão socioambiental presentes na dimensão educativa do fazer profissional do assistente social através da educação ambiental no contexto crítico e/ou conservador com os usuários de seus serviços. A pesquisa revelou que os profissionais que atuam nessa temática socioambiental são poucos e mesmo buscando qualidade em suas ações a quantidade de profissionais nessa área precisa ser ampliada.

Palavras-chave: Serviço Social. trabalho profissional. questão socioambiental.

SILVA, Antonio Inácio. **The work of the social worker and the socio-environmental question: the educational dimension in perspective.** 2018. 138 p. Dissertation (Master in Social Work) - School of Humanities and Social Sciences, São Paulo State University "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2018.

ABSTRACT

The twenty-first century has been marked by the immense predatory consumption of the environment, generating an imbalance in the most varied forms, the scarcity of rains, the increase of temperature and inhospitable climate to humans, generating a socio-environmental problem that affects all living beings. The consumption generated by the capitalist mode of production grows in dantesque proportions, and despite all the initiatives of several rulers of the world in stopping this accelerated consumption, this fact does not happen, even with all the pauperization brought about by the intensification of consumption, nevertheless prevails. In the face of this social and environmental crisis that affects every society, the present research has the interest to know the work of social workers who carry out actions of a socio-environmental nature, above all in that they have contributed to this problem. The Social Work in the course of its historical maturation adheres to the critical ideological position that makes the category stand with the struggle of the workers, in this way the professional plays a fundamental role in the contemporary context that presents the socio-environmental scenario. The method for the interpretation of research was dialectical historical materialism, since the mutations and complexities involving man and the environment are in constant motion. In this way, the work of the social worker has been contextualized and how this needs to be constantly in touch with reality. Other issues also discussed were the socio-environmental issue present in the educational dimension of the social worker's professional doing through environmental education in the critical and / or conservative context with the users of their services. The research revealed that the professionals who work in this socio-environmental theme are few and even seeking quality in their actions the amount of professionals in this area needs to be expanded.

Keywords: Social Work. professional work. socio-environmental issue.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACIB	Associação Comercial e Industrial de Barretos
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CEP	Comissão de Ética em Pesquisa
CGEA	Coordenação Geral de Educação Ambiental
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COP 21	Conferência das Nações Unidas Sobre Mudanças Climáticas
COTS	Caderno de Orientação Técnico Social
EA	Educação Ambiental
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ETA	Estação de Tratamento de Água
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
FCBS	Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
FEHIDRO	Fundo Estadual de Recursos Hídricos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento dos Sem Terra
NBR	Norma Brasileira
NEA	Núcleo de Educação Ambiental
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSB	Proteção Social Básica

PT	Partido dos Trabalhadores
RA	Região Administrativa do Estado de São Paulo
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização Das Nações Unidas
ONUBR	Nações Unidas no Brasil
SAAEB	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Barretos
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SMA-SP	Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo
SMAM	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente da cidade de Barretos-SP
SMASDH	Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano da cidade de Barretos-SP
SMGGE	Secretaria Municipal de Governo e Gestão Estratégica da cidade de Barretos-SP
SMPDFT	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Físico e Territorial da cidade de Barretos-SP
SMS	Secretaria Municipal de Saúde da cidade de Barretos-SP
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas Sobre Mudanças Climáticas

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Paradigma cartesiano (crescimento econômico) versus paradigma da sustentabilidade (desenvolvimento)	28
QUADRO 2 - Concepções e adjetivações da EA conforme os principais pesquisadores da temática	38
QUADRO 3 - Busca ativa para a delimitação do universo da pesquisa	77
QUADRO 4 - Amostra da pesquisa.....	78
QUADRO 5 - Identificação e caracterização dos participantes/sujeitos da pesquisa	89
QUADRO 6 - Tempo de degradação de componentes comuns do lixo doméstico	94

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Usinas da RA de Barretos-SP	84
---	-----------

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Mapa da região administrativa de Ribeirão Preto-SP	82
FIGURA 2 - Mapa da região administrativa de Barretos-SP	83
FIGURA 3 - Fachada da Associação Promocional da Família.....	86
FIGURA 4 - Fachada da Prefeitura Municipal de Barretos-SP.....	88

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Assistentes sociais da Prefeitura Municipal de Barretos-SP: comparativo de locação e de sexo	78
GRÁFICO 2 - Recursos Humanos locado na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Físico Territorial	88

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 TRAJETÓRIA E MOVIMENTO DA QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL..	20
1.1 Questão socioambiental: realidade e transformações	21
1.2 Legislações ambientais no Brasil.....	30
1.3 Educação ambiental crítica	37
CAPÍTULO 2 AS DIMENSÕES DO TRABALHO PROFISSIONAL	41
2.1 Serviço Social e trabalho.....	42
2.2 O trabalho do assistente social: as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas do Serviço Social.....	53
2.3 A dimensão educativa no trabalho profissional do assistente social	61
CAPÍTULO 3 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NA CIDADE DE BARRETOS-SP	69
3.1 A construção metodológica	70
3.1.1 Processo de apreensão dos dados	75
3.2 Cenário da Pesquisa: o Município de Barretos-SP e as principais ações desenvolvidas no âmbito da questão socioambiental	79
3.3 Caracterização das organizações e participantes/sujeitos da pesquisa	85
3.3.1 A Associação Promocional da Família	86
3.3.2 A Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Físico Territorial da Cidade de Barretos-SP	87
3.3.3 Os participantes/sujeitos da pesquisa	89
3.4 Interpretação e análise dos dados da pesquisa	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS.....	118

APÊNDICES

Apêndice A – Entrevista semiestruturada.....	132
Apêndice B – Termo de consentimento e livre esclarecimento (TCLE)	133
Apêndice C – Folha de rosto para a pesquisa envolvendo seres humanos (Plataforma Brasil)	134

ANEXOS

Anexo A – Comprovante de envio do projeto (Plataforma Brasil)	136
Anexo B – Parecer consubstanciado do comitê de ética em pesquisa (CEP – Plataforma Brasil).....	137

INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar a temática do trabalho profissional do assistente social esteve presente na trajetória acadêmica do pesquisador e foi acrescentado ainda pela temática socioambiental, uma vez que tais questões tem se tornado cada vez mais evidente na atualidade.

Desta forma, buscou-se nesta pesquisa aprofundar o conhecimento em relação ao trabalho do assistente social desempenhando ações de caráter socioambiental no município de Barretos-SP, visto que a questão ambiental na atual conjuntura tem dado sinais concretos de desequilíbrio e desgaste, pois as agressões ao meio ambiente têm dado à população um clima hostil, com ausência prolongada de chuvas, queda da qualidade do ar que se respira e inúmeras doenças relacionadas à má qualidade do clima.

O recorte temporal utilizado foi a partir da década de 1970, quando começam a surgir os primeiros movimentos que identificaram a questão ambiental até a atualidade, momento em que vários movimentos sociais e instituições movimentam-se e posicionam-se sobre essa importante temática.

Esta pesquisa parte do pressuposto que a ação do profissional assistente social pode contribuir qualitativamente com a questão socioambiental uma vez que tanto sociedade quanto meio ambiente são objetos de trabalho do profissional, seja por meio da dimensão educativa do trabalho social, por legislação ambiental específica como a educação ambiental, ou por meio da gestão de políticas públicas.

Nesse cenário desafiador o profissional de Serviço Social é convidado a intervir participando ativamente em seus espaços de intervenção profissional. Deste modo, o principal objetivo da pesquisa foi analisar o trabalho profissional do assistente social inserido na cidade de Barretos-SP executando ações de caráter socioambiental.

Os objetivos específicos perpassam pelas discussões da questão socioambiental no contexto capitalista e, identificar os profissionais atuantes nesta demanda e conhecer o trabalho que está sendo desenvolvido, além de conhecer desafios e possibilidades de intervenção profissional.

Por tratar-se de uma temática relevante e atual essa pesquisa é de suma importância para o programa de Pós-Graduação em Serviço social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS/UNESP) – Câmpus de Franca/SP, pois este estudo está em consonância com a linha de pesquisa “Serviço Social: Formação e Trabalho Profissional” do respectivo programa.

O primeiro capítulo abordou as principais legislações ambientais no Brasil, onde pretendeu-se refletir a importância da efetivação dessas leis no contexto brasileiro, uma vez que em termos de legislação o Brasil possui vasto conteúdo, todavia, na execução se perde por vários caminhos, seja na burocracia do sistema ou ainda por ausência de profissionais capacitados para efetivá-las. Neste capítulo foi apresentada a principal referência de política ambiental para a presente pesquisa, a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei n. 9.795/99 (BRASIL, 1999).

O segundo tópico abordou a educação transformadora que a Educação Ambiental pode propiciar, pois desta, há fomento para muitas atitudes positivas para à sociedade, meio ambiente, enfim o fortalecimento da cidadania e ética. O terceiro tópico trouxe um recorte histórico, onde foram problematizadas as transformações que a sociedade brasileira vem sofrendo. O aumento do consumo, as ações predatórias do homem e a certeza de que questão ambiental e social estão imbricadas.

O segundo capítulo abordou todo o processo de formação da profissão, desde a gênese até a atualidade. A discussão sobre a importância de sua atuação e também algumas reflexões a respeito da categoria trabalho, onde a profissão se encontra inserida na divisão sociotécnica do trabalho.

O tópico seguinte destacou as três dimensões do trabalho profissional do assistente social, as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas, os desafios e possibilidades que a profissão enfrenta em seu cotidiano de trabalho. A profissão, com caráter interventivo, busca abandonar a neutralidade para se posicionar politicamente, e assim intervir buscando favorecer a classe trabalhadora. O terceiro tópico deste capítulo discutiu a dimensão educativa no trabalho do assistente social. Em qualquer âmbito de atuação e em todos os momentos da história da profissão essa forma de atuação esteve presente, assim sua importância será contextualizada na ótica de autores que a abordam com profundo conhecimento.

O terceiro capítulo trouxe todo o processo de construção da pesquisa, para tanto, traz o caminho percorrido para encontrar as profissionais de Serviço Social que desenvolvem ações de caráter socioambiental na cidade de Barretos SP, onde foi possível constatar os principais causadores de degradação ambiental que afetam a sociedade barretense e como é desenvolvido o trabalho das profissionais no enfrentamento dessas mazelas sociais.

Buscou-se, através de leituras, compreender os significados do trabalho, de legislações ambientais, não somente leis, mas literaturas críticas a respeito da educação ambiental e da dimensão educativa do trabalho do profissional de Serviço Social e a escolha do materialismo histórico dialético como método para contemplar a realidade e os relatos das profissionais participantes da pesquisa que revelaram o seu cotidiano.

Foi possível, através das entrevistas, compreender a importância do trabalho educativo realizado pelas profissionais, pois suas ações contribuem para demonstrar o quanto cada cidadão tem importância na construção de novos meios para repensar o meio ambiente como parte integrada de sua rotina de vida, o ser humano faz parte de um importante bioma que, quando degradado, não consegue oferecer qualidade de vida, assim, sua preservação e manutenção é condição fundamental para a sobrevivência humana.

CAPÍTULO 1 TRAJETÓRIA E MOVIMENTO DA QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL

1.1 Questão Socioambiental: realidade e transformações

A exploração da natureza realizada pelo homem ocorre desde o seu surgimento, pois lutava-se para adequar o meio ambiente às suas necessidades, para isso retirava da natureza apenas o necessário à sua sobrevivência. Assim, a retirada dos recursos naturais esteve sempre relacionada à necessidade humana. (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2004, p. 18).

Na sociedade primitiva, a propriedade da terra e dos meios de produção era comum. [...]. As ferramentas utilizadas pelo homem primitivo eram bastante rudimentares, permitindo-lhe retirar da natureza apenas o essencial à sua sobrevivência. No entanto, com o passar do tempo ocorreu um aperfeiçoamento dos meios de produção. Novas ferramentas são fabricadas com a utilização de metais, como o bronze, o cobre e o estanho conferindo ao homem maior poder de atuação sobre a natureza. Isso faz com que o homem tenha maior capacidade interventiva sobre a natureza. No feudalismo, o aperfeiçoamento dos meios de produção é ainda maior. Observa-se maior divisão entre as atividades do campo e da cidade [...]. É nessa época que começam a surgir os primeiros Estados nacionais, facilitando o nascimento de mercadorias nacionais e do comércio mundial [...]. (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2004, p. 18-19).

Neste contexto é possível vislumbrar o quanto o homem evolui, saindo da “primitiva” coleta do “estritamente necessário” até o período em que começa a necessidade de desenvolver ferramentas mais modernas para obter maiores quantidades de alimentos. O abandono do modo nômade de viver também possibilitou essa evolução, pois passaram a se agrupar e desenvolver técnicas de agricultura, todavia, esse agrupamento gerou um número considerável de pessoas.

E foi justamente nesse estágio que aconteceu o crescimento populacional onde foi gerada a capitalização para produção de excedente agrícola e pastoril. O acréscimo dessa população faz surgir o comércio, intensificando ainda mais o número de cidadãos ocorrendo assim “[...] a construção pelos cidadãos daquela de ambiente próprio para sua vivência, diferente do natural, e sempre à revelia com a estrutura natural, essas modificações podem ser consideradas então as primeiras agressões ao ambiente natural.” (DIAS, 2011, p. 1).

O aumento constante da população culminou na construção das cidades, aumentando ainda mais a devastação sobre a natureza. Assim, crescendo a população, crescem também às cidades e a busca por novos territórios é

empreendida, mesmo que as novas terras tenham donos estes deveriam ser dominados.

A dominação da Terra em si, para Marx, assumiu um significado complexo, dialético, derivado do seu conceito de alienação. Ela significava tanto a dominação da terra por aqueles que monopolizavam a terra, e, portanto os poderes elementares da natureza [...] sobre a vasta maioria dos seres humanos. Assim a alienação da Terra, e daí a sua dominação. (FOSTER, 2014, p. 109).

Apesar de todo esse desejo de posses e de conquistas, a infraestrutura das cidades construídas nesse período era extremamente precária e desprovidas de cuidados que garantissem saúde a todos e os reflexos principais desse descuido foram graves epidemias que causaram mortes em grande escala (SILVA, A. I. et al., 2017).

As mudanças refletem não somente um período histórico, mas também como o conhecimento na natureza humana evolui desde a primitiva até o próximo estágio o feudal.

De forma geral, as estruturas feudais nasceram da ruína do Império Romano, e suas principais características estruturais já existiam seu seio da economia romana do Baixo Império. As estruturas socioeconômicas romanas entraram em decadência devido à sua própria expansão imperial, pois uma vez que a economia escravista necessitava de contínuas importações de mão de obra servil para funcionar, e para à sua própria expansão [...]. (SILVA; SILVA, 2009, p. 151).

O Feudalismo discutido na historiografia tem gerado inúmeras discussões, segundo Silva e Silva (2009), Perry Anderson¹ defende a tese da existência de um modo de produção feudal e que este possuía naquele período uma “economia natural”, ou ainda, agrícola, e desconhecia o emprego de moedas.

O século XIV ao século XVI marca uma importante transição, o fim do feudalismo e o início do modo de produção capitalista. Neste momento histórico, nesta nova fase, “[...] um novo modo de produção, com ferramentas mais eficazes sempre utilizadas para a produção de um excedente cada vez maior.” (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2004, p. 19).

¹ Para maior aprofundamento ver Anderson (1989).

O elemento definidor deste modo de produção [...] assim como dos anteriores [...] é o fato de o trabalho não ser realizado com vistas à obtenção de valor. O excedente produzido destina-se às trocas, com o fim de assegurar a manutenção do trabalhador individual e de sua família, além da comunidade onde se insere. A riqueza não constituía o objetivo da produção, um fim em si mesmo. Assim sendo é possível afirmar que nas formas sociais assentadas na propriedade da terra e na agricultura como base no ordenamento econômico, prevaleceu a produção de valores de uso, sendo a reprodução dos indivíduos e de sua comunidade o fim último da produção. (SILVA, M. G., 2010, p. 49).

O modo de produção capitalista representa quantidade elevada de produção, ou seja, a industrialização torna-se fundamental nesse processo para produção. O aumento da população em torno das indústrias, pessoas abandonando o campo em busca de oportunidades na cidade o que leva a uma completa desorganização urbana fator que compromete qualidade do meio ambiente e da saúde humana.

A progressiva redução das populações rurais em detrimento de inchaço das cidades, especialmente nos países da periferia, revela, cotidianamente, a incapacidade de a indústria devolver ao solo, adequadamente, os nutrientes que lhe foram suprimidos; ao contrário, a irracionalidade dos sistemas de esgotamento [...] responsáveis por poluírem os rios e mares [...] tem sido largamente utilizada. Assim, o problema do esgotamento do solo também se articula à poluição das cidades como o esgoto humano e animal. O antagonismo campo-cidade revela uma das expressões mais contundentes da “falha metabólica” e uma das faces mais dramáticas da reprodução da vida no planeta, posto que através desta identifica-se uma sensível alteração deste mecanismo, violando-se, assim a “condição natural de fertilidade do solo”. (SILVA, M. G., 2010, p. 60).

A população urbana aumenta de forma exponencial e vai se amontoando nos grandes centros e a produção capitalista mostra a força de um sistema que será duradoura e cada vez mais destrutiva para os vivem para vender sua força de trabalho. A força desse sistema “[...] perturba o intercâmbio material entre o homem e a terra, isto é, a volta à terra dos elementos do solo consumidos pelo ser humano [...] violando assim a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo [...]” (MARX, 2006, p. 570 apud LOUREIRO, F., 2006, p. 129).

A ampliação da capacidade de produção, aumentando o consumo de bens naturais, acende um sinal de alerta, não havia mais como ignorar a destrutividade imposta por esse sistema, “[...] a degradação ambiental é percebida como um problema planetário que atinge a todos e que decorre do tipo de desenvolvimento praticado pelos países.” (BARBIERI, 2013, p. 11).

A preocupação com o meio ambiente desponta no cenário mundial a partir da década de 1970, o crescimento da produção industrial a necessidade de geração de emprego e a fome por lucros fizeram com que o crescimento da população acabasse se tornando uma ameaça ao planeta.

Somente a partir da década de 70 é que se observa uma preocupação mais explícita com a gravidade da situação ambiental, culminando com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizado em Estocolmo (Suécia) no ano de 1972, da qual participaram 114 países, inclusive o Brasil. (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2004, p. 22).

Reconhecida a ação predatória do crescimento e do consumo, as nações resolvem dialogar entre si, então surge um conceito cuja importância é até hoje discutida e fomentada, a sustentabilidade, o conceito de desenvolvimento sustentável surge para enfrentar a crise ecológica, este conceito é o “[...] desenvolvimento que corresponde às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades.”² (CMMAD, 1991 p. 9).

E, na década de 1970, uma segunda vertente que critica o modo de vida da época, dito, contemporâneo foi difundida na Conferência de Estocolmo, na capital da Suécia em 1972, defendia a indiscutível necessidade da sustentabilidade social, econômica e ecológica para harmonizar esses atributos às necessidades da sociedade. Essa época pode ser lembrada como uma das mais importantes no que se refere a um movimento/acontecimento a favor do meio ambiente, fato confirmado por Oliveira e Guimarães (2004, p. 22):

Somente a partir da década de 70 é que se observa uma preocupação mais explícita com a gravidade da situação ambiental, culminando com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizado em Estocolmo (Suécia) no ano de 1972, da qual participaram 114 países, inclusive o Brasil.

A década de 1980 começam a surgir em grande parte dos países leis que vão regulamentar a atividade da indústria relacionadas à poluição. Outro importante fator desta época, apontado por Seiffert (2014. p. 13), foi à regulamentação de “Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto sobre o Meio Ambiente

² Relatório Bruntland, realizado no ano de 1987, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da Organização das Nações Unidas (ONU), e publicado no ano de 1991 pela CMMAD.

(EIA-RIMA), com audiências públicas e aprovações dos licenciamentos ambientais em diferentes níveis de organização do governo.”

Em 1987, é publicado o “Relatório Brundtland”, intitulado “Nosso futuro comum” (Our common future), que recebeu esse nome em virtude da Coordenadora da Comissão, Gro Harlem Brundtland [...]. Esse relatório apontava para a desigualdade existente entre os países e para a pobreza como uma das principais causas dos problemas ambientais, contribuindo para disseminar o conceito de Desenvolvimento Sustentável, que surge formalmente no seu bojo, introduzindo definitivamente a ideia de que o desenvolvimento econômico de hoje deve se realizar sem comprometer as necessidades das futuras gerações. (SEIFFERT, 2014, p. 14).

E, se em outros países essa discussão ganhava força, no Brasil não foi diferente, pois como visto anteriormente houve a participação da nossa nação naquele importante evento em Estocolmo e chegara o momento de se planejar uma ação brasileira que indicasse caminhos para uma era verde, sustentável que servisse de referência ao mundo.

Para descrever esse fato histórico pode-se relacionar o acontecimento da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, denominada “Cúpula da Terra”, Eco 92, ou ainda Rio 92, cuja importância refletiu no cenário mundial, porque se tratava de um país latino-americano sediando um evento que abordava a sobrevivência humana, reunindo 103 chefes de Estado de um total de 182 países e sendo aprovado 5 acordos oficiais internacionais.

- a) Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento;
- b) Agenda 21 e meios para sua implementação;
- c) Convenção – Quadro sobre Mudanças Climáticas;
- d) Convenção sobre Diversidade Biológica;
- e) Declaração de Florestas. (SEIFFERT, 2014, p. 16).

Tendo a meta de se criar parceria global cuja cooperação entre diversos setores-chave da sociedade mais a ação do Estado, somando esforços para projetos “[...] com vistas à conclusão de acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e protegem a integridade do sistema global de meio ambiente e desenvolvimento, reconhecendo a natureza integral e interdependente da Terra [...]” (ONU, 1992).

Houve também a elaboração de um importante plano denominado Agenda 21, cujo conteúdo reúne um conjunto de propostas que foram elaboradas para ser apresentado à Cúpula Mundial de Johannesburgo.

Apresentou seis áreas temáticas: agricultura sustentável, cidades sustentáveis, infraestrutura e integração regional, gestão de recursos naturais, redução das desigualdades sociais e ciência e tecnologia e uma plataforma de 21 ações descritas de forma condizente ao ideal de sustentabilidade (NALINI, 2010, p. 131):

- Produção e consumo sustentáveis,
- Ecoeficiência e responsabilidade social das empresas,
- Retomada do planejamento estratégico,
- Energia renovável,
- Informação e conhecimento para o desenvolvimento sustentável,
- Educação permanente para o trabalho e a vida,
- Promover a saúde e evitar a doença,
- Inclusão social e distribuição de renda,
- Universalizar o saneamento ambiental,
- Gestão do espaço urbano,
- Desenvolvimento sustentável no Brasil rural,
- Promoção da agricultura sustentável,
- Promover a Agenda 21,
- Implantar o transporte de massa,
- Preservar e melhorar as bacias hidrográficas,
- Política florestal e controle de desmatamento,
- Descentralização do pacto federativo,
- Modernização do Estado: gestão ambiental e instrumentos econômicos,
- Relações Internacionais e Governança Global,
- Formação de capital social,
- Pedagogia da sustentabilidade.

O conceito de desenvolvimento sustentável chama a atenção e atraiu a atenção da opinião pública. Afinal, é possível haver sustentabilidade na era do capitalismo? “Desenvolvimento”, Mézáros (2007) aponta se tratar das condições de reprodução deste destrutivo sistema capitalista, de sua lógica de acumulação baseada no produtivismo (MÉSZÁROS, 2007 apud SILVA, 2010, p. 181).

Afinal, a polêmica causada por duas palavras postas uma ao lado da outra, desenvolvimento sustentável, requer discussão aprofundada, é real este desenvolvimento no sistema capitalista? Frederico Loureiro (2012), ressalta que a maioria da literatura sobre este conceito vem das ciências biológicas e que influenciou fortemente o pensamento científico nos séculos XIX e XX, significando crescimento e evolução naturais de um organismo, assim sendo, da noção de progresso, contínuo e marcado por fases distintas.

Trazido para o plano econômico, conseqüentemente, este vem imediatamente associado à noção de que as sociedades podem crescer indefinidamente para níveis mais elevados de riqueza mundial, cujas leis são teleológicas (possuem finalidades estabelecidas em si mesmas) e mecanicistas (causalidade direta, uma coisa leva necessariamente à outra. A este conceito vem acoplado o de evolução, que implicaria em avanço constante [...]. (LOUREIRO, F., 2012, p. 58).

Para Frederico Loureiro (2012), o desenvolvimento seria visto como impertinente aos debates ambientais e buscaria qualquer forma de sustentabilidade, pois seriam afirmações que se projetam num único modelo de organização, levando assim a uma riqueza material reduzida a mercadorias a serem geradas em alta escala. Assim, desenvolvimento de forma liberal seria:

[...] sinônimo de crescimento econômico e produção de mercadorias, e a felicidade e o bem-estar estariam associados ao consumo em massa. [...] série sucessiva de etapas a serem cumpridas, passando de sociedades tradicionais para modernas e industriais. [...] desenvolvimento capitalista, enquanto única opção existente. (LOUREIRO, F., 2012, p. 59).

Sabe-se o quão amplo é o conceito de desenvolvimento sustentável e de como diferentes autores o definem. Seja acreditando que ele é atingido ao obter crescimento econômico contínuo sendo mais racional no manejo dos recursos naturais e na forma de utilizar a tecnologia, ou seja, de forma mais eficiente. Ou ainda, há os que enxergam o desenvolvimento sustentável como um projeto político e social destinado a combater a pobreza, além de elevar a qualidade de vida e satisfazer as necessidades da humanidade. Desta forma, recorre-se a um quadro em que é demonstrado o paradigma cartesiano, representado pelo crescimento econômico versus o paradigma da sustentabilidade, representado nesta como desenvolvimento.

QUADRO 1: Paradigma cartesiano (crescimento econômico) versus paradigma da sustentabilidade (desenvolvimento).

Cartesiano	Sustentável
Reduccionista, mecanicista, tecnocêntrico	Orgânico, holístico, participativo
Fatos e valores não relacionados	Fatos e valores fortemente relacionados
Preceitos éticos desconectados da prática cotidianas	Ética integrada ao cotidiano
Separação entre o objetivo e o subjetivo	Interação entre o objetivo e o subjetivo
Seres humanos e ecossistemas separados, em relação de dominação	Seres humanos inseparáveis dos ecossistemas, em uma relação de sinergia
Conhecimento compartimentado e empírico	Conhecimento indivisível, empírico e intuitivo
Relação linear de causa e efeito	Relação não linear de causa e efeito
Natureza entendida como descontínua, ou todo formado pela soma das partes	Natureza entendida como um conjunto de sistemas inter-relacionados, o todo maior que a soma das partes
Bem-estar avaliado pela relação de poder (dinheiro, influência, recursos)	Bem-estar avaliado pela qualidade das inter-relações entre sistemas ambientais e sociais
Ênfase na quantidade (renda per capita)	Ênfase na qualidade (qualidade de vida)
Análise	Síntese
Centralização de poder	Descentralização de poder
Especialização	Transdisciplinaridade
Ênfase na competição	Ênfase na cooperação
Pouco ou nenhum limite tecnológico	Limite tecnológico definido pela sustentabilidade

Fonte: Seiffert (2014, p. 25).

Outra importante contribuição a respeito de desenvolvimento sustentável está no livro *Desenvolvimento, Justiça e Meio Ambiente*, onde Ribeiro (2009), esclarece que esse conceito surgiu durante os debates prévios a Conferência de Estocolmo em 1972. E, que a ideia de sustentabilidade tem várias dimensões e crê

na aptidão de civilizações para persistir no tempo e evitar um colapso, tendo o cuidado necessário para preservação, e uma noção ampla de sustentabilidade abarca as dimensões ecológica e ambiental, demográfica, cultural, social, política e institucional.

- Sustentabilidade ecológica: refere-se à base do processo de crescimento e tem como objetivo manter estoques de capital natural.
- Sustentabilidade ambiental: refere-se à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas e de sua recomposição diante das interferências antrópicas.
- Sustentabilidade social: tem como objetivo a melhoria da qualidade de vida humana. Implica a adoção de políticas distributivas e a universalização do atendimento à saúde, à educação, à habitação e à equidade social.
- Sustentabilidade política: refere-se ao processo de construção da cidadania e visa incorporar os indivíduos ao processo de desenvolvimento. (RIBEIRO, 2009, p. 65).

Ainda no Brasil, após 20 anos da ECO 92, foi realizada a Rio+20 - Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada entre os dias 13 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro. Este evento contribuiu para definir a agenda do desenvolvimento sustentável das próximas décadas além de ser firmado a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável e tratamento de novos e emergentes temas (ONU, 2012).

E, dois importantes temas foram considerados principais, o primeiro, a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, fato que chamou a atenção, pois segundo a mídia presente esse assunto tinha uma dimensão mais econômica. O segundo tema foi a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

E finalmente no ano de 2015, entre os dias 30 de novembro a 11 de dezembro, em Paris, França, aconteceu a 21ª Conferência das Partes (COP 21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), que reconhece a existência das mudanças climáticas geradas de forma antropogênica, de origem humana e dá a maior parte de responsabilidades aos países industrializados, que são os maiores poluidores (ONUBR, 2015).

Teve, entre vários objetivos, o de manter o aquecimento global abaixo de 2°C e esforçar-se para atingir 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, além de

preparar terreno para erradicação da pobreza e fortalecimento da paz e de vida digna para todos (ONUBR, 2015).

O Brasil participou desse evento e alguns meses antes, mais precisamente em setembro de 2015, anunciou metas para redução gases, e também ambicionava atingir desmatamento zero, entretanto, amargou um crescimento do desmatamento amazônico, provando que compromissos podem ser feitos, mas realizá-los é algo muito difícil no contexto brasileiro (REI; GONÇALVES; SOUZA, 2017).

Outro fator negativo para o país aconteceu às vésperas da COP 21, o rompimento da barragem da Mineradora Samarco, situada em Mariana (MG), um acidente devastador de proporções dantescas. “O Brasil, que ocupou papel de destacado e de liderança no primeiro período de negociações do regime, parece ter perdido seu protagonismo durante os últimos anos.” (REI; GONÇALVES; SOUZA, 2007, p. 87).

A importância dos acordos e encontros que vem acontecendo no Brasil e no mundo são fundamentais para que a questão socioambiental não fique estática e perca vigor. O envolvimento da sociedade deve ser cada vez mais maciço, tanto para cobrar as autoridades responsáveis pela execução das medidas de proteção ao meio ambiente e ao próprio cidadão, pois em cada um dos encontros houve referências à sustentabilidade social envolvendo todos, cidadão, natureza entre outros tantos.

O enfrentamento à hegemonia do capitalismo deve ser contínuo, pois é justamente este modo de produção que dilapida o meio ambiente, cria milhões de miseráveis que vivem sem nenhuma dignidade, além de limitar e direcionar o capital financeiro a quem lhe interessar, em nenhum outro momento da história humana houve um modo de produção tão excludente e alienador.

1.2 Legislações ambientais no Brasil

O território brasileiro tem de longa data leis de proteção ao meio ambiente e que em vários momentos da história surgiram e foram aperfeiçoadas chegando ao século XXI plenamente ajustada à realidade e ao tamanho do Brasil, uma imensa nação cuja população hoje é estimada em duzentos e nove milhões de habitantes conforme aponta o IBGE (2018).

A data inicial para esses apontamentos, segundo Rivelli (2005) foi a, Lei n. 1 de 1º de outubro de 1828 que dava atribuições à polícia para proteger poços, fontes de água, os aquedutos e chafarizes, além destes, a plantação de árvores.

Outra característica da legislação da época que durou até o final do Império é que problemas que afetavam a saúde pública eram tratados somente por médicos e inspetores, profissionais que, nas vilas e cidades, cuidavam da parte preventiva e curativa as saúde da população. Posteriormente, com o advento do Brasil República, as medidas de proteção à saúde demandavam a estruturação de órgãos próprios. Fruto de tal conceito foi a organização de Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, por meio da Lei n. 12, de 28 de outubro de 1891. Quase quatro anos após, em 02 de março de 1894, foi publicado o Decreto n. 233, que criou o Código Sanitário do Estado de São Paulo, legislação que em seu art. 311, pela primeira vez, utilizou-se a palavra **poluição**: a água destinada aos usos domésticos deverá ser potável e inteiramente insuspeita de poluição”. O referido código já tecia regras específicas às fábricas e oficinas, classificando-as como incômodas, perigosas e insalubre [...]. Desde aquela época já se previa a realocização das fábricas que não pudessem exercer suas funções próximas às habitações, sendo [...] obrigadas a se transferir a pelo menos, dois mil metros do núcleo habitacional. (RIVELLI, 2005, p. 286-287).

Em pleno século XIX, já existia a preocupação com o meio ambiente e começa a ser desenhada leis de proteção ao meio ambiente. Entretanto, crescimento populacional também significa aumento de poluição e degradação ambiental, quanto mais crescente é a expansão da indústria e da população, também aumenta o consumo de matéria prima encontrada na natureza.

A partir da década de 1980 surgem mais leis, robustas, bem desenhadas com divisões que permitem a proteção ambiental nas mais diversas esferas. O primeiro exemplo aqui descrito é o da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), Lei n. 6.938 publicada em 31 de agosto de 1981 (BRASIL, 1981), e tem por fim preservação, melhoria e a recuperação da qualidade ambiental favorável à vida, neste contexto serão descritas algumas ações contidas em seus princípios.

- a) Ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;
- b) Racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;
- c) Planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;
- d) Proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;
- e) Controle e zoneamento das atividades potencial e efetivamente poluidoras;
- f) Incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias;
- g) Acompanhamento do estado de qualidade ambiental;
- h) Recuperação de áreas degradadas;
- i) Proteção de áreas ameaçadas de degradação;

- j) Educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente. (RIVELLI, 2005, p. 291).

Outra importante referência em termos de lei é a Lei da Ação Civil Pública n. 7.347/85 (BRASIL, 1985). Esta caracteriza-se pela intensa massificação resultante do processo de industrialização e da revolução tecnológica, tem como objetivo responsabilizar os que causam danos ao meio ambiente tendo o encaminhamento direcionado ao Poder Judiciário (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2004, p. 123).

Em 1988, com a promulgação da Constituição cidadã, um dos períodos de maior relevância para a história da nação brasileira, pois a democracia começa a fazer parte da realidade da sociedade brasileira, em referência ao texto trazido nesta lei que organiza e rege o funcionamento do país, “[...] e o reconhecimento do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado está estabelecido expressamente [...] sendo um dos elementos que situam o processo de redemocratização [...]” (DALLARI, 2009, p. 206).

Trata-se do capítulo VI – Do Meio Ambiente contida no artigo 225 onde há a afirmação formal expressando que o poder público e a coletividade tornam responsáveis por defender e preservar o meio ambiente, e traz inicialmente a mensagem de que “[...] todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo [...]” (BRASIL, 1988).

A degradação ambiental continua a existir e como estratégia é criado o decreto para enfrentamento de Crimes Ambientais, Decreto n. 3.179/99, (BRASIL, 1999). Esta foi criada a fim de responsabilizar criminalmente pessoas físicas ou jurídicas que atentem contra a natureza, seja poluindo águas ou aderindo a desmatamento não autorizado, são aplicadas as advertências: multas simples, multas diárias, atualmente a mesma foi revogada e atualizada no Decreto n. 6.514, de 22 de julho de 2008, que “[...] dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.” (BRASIL, 2008a).

Outro fator importante ocorrido na década de 1990 foi a sanção da Lei n. 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e em seu capítulo I, Art. 2º traz a declaração “[...] a educação ambiental é entendida como os processos por

meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades e competências voltadas para a conservação do meio ambiente.”

A Política Nacional de Educação Ambiental (EA) não apresenta aspectos punitivos, tem características conscientizadoras e deve ter presença em todos os níveis e modalidades do processo educativo e com a possibilidade de estar presente fora dos muros formais da escola. Em seu artigo 5º onde consta seus objetivos fundamentais:

- I – o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- II – a garantia de democratização das informações ambientais;
- III – o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- IV – o incentivo à participação individual e coletiva [...] na preservação do equilíbrio do meio ambiente [...];
- V – o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País [...] com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada [...];
- VI – o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;
- VII – o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade. (BRASIL, 1999).

Nota-se neste artigo que os elementos compreensão integrada, democratização, participação, fortalecimento da cidadania demonstram o caráter transversal da educação ambiental demonstrando que a EA é muito mais que uma disciplina, é também um instrumento de politização.

A construção das legislações ambientais no Brasil revelam grande amadurecimento com o decorrer dos anos. A quantidade de leis produzidas é tão extensa que impossibilita reflexões acerca de todas, desta forma, foi escolhido uma breve demonstrativo das principais leis que fizeram e fazem parte da legislação e discutir acerca da Educação Ambiental, por acreditar que esta tem grande significado para envolver toda a sociedade ao embate da degradação socioambiental.

Todos os aparatos legais favoreceram a EA para que esta fosse um tema presente, tratado como tema transversal em várias disciplinas, na Biologia, Geografia, Ciências entre outras. A EA ainda não está presente em todas as escolas deste país como deveria ser e onde está presente verifica-se uma situação que a reduz, pois em muitos locais de ensino esta educação é equivocadamente tratada

como complemento de outras disciplinas, sendo reduzida à paisagens e à educação sem o vigor de causar transformações necessárias na sociedade.

Tratada desta forma a EA perde seu componente principal que é o da transformação do sujeito e que em primeiro plano tem potencial de criar processo de socialização humana e assim cumprir uma função ideológica de tensionamento das bases de reprodução da questão socioambiental.

Ao constituir-se como prática educativa, a EA posiciona-se na confluência do campo ambiental e as tradições educativas, as quais vão influir na formação de diferentes orientações pedagógicas no âmbito da EA ou, dito de outro modo, produzir diferentes educações ambientais. Contudo, é importante não esquecer que esse encontro entre o ambiental e o educativo, no caso da EA, se dá como movimento proveniente do mundo da vida [...] não puramente da biológica, mas de vida refletida, ou seja, do mundo social. (CARVALHO, 2004, p. 151).

A importância desta educação é tão evidente que envolve, direta e indiretamente, os mais amplos setores da sociedade, dessa forma, pertinente em várias etapas da vida do cidadão e é uma dimensão educativa que reúne valores político-ideológicos que são necessários para a formação de cidadãos críticos e comprometidos com a cidadania ativa. Em se tratando de Brasil, uma única educação ambiental pode trazer resultados significativos em uma sociedade industrializada, capitalista e competitiva? Quais são as interpretações da EA para além de um texto de lei e quais são as praticadas no Brasil? (BRASIL, 2008b).

Em 1995 um relatório da Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEA/MEC) relatou quatro vertentes de EA praticadas no Brasil: a conservacionista, a educação ao ar livre, a gestão ambiental e a economia ecológica, mais tarde, em 1997, Lucie Sauvé sugeriu dois olhares sobre essa importante educação, escolheu um substantivo e um adjetivo, educação, ambiental, para chegar a três opções, a estas, o relatório da CGEA/MEC somou uma quarta possibilidade (BRASIL, 2008b).

- Educação sobre o meio ambiente. Embasada na “transmissão de fatos, conteúdos e conceitos, onde o meio ambiente se torna um objeto aprendido”.
- Educação no meio ambiente. Também chamada de educação ao ar livre, usa o contato com a natureza – ou com o contexto biofísico e sociocultural do entorno da escola ou da comunidade – como meio de aprendizado.

- Educação para o meio ambiente. Utiliza o meio ambiente como meta de aprendizado, buscando engajar a/o, para que aprenda a resolver e prevenir os problemas ambientais.
- Educação a partir do meio ambiente. Proposição do Órgão Gestor, incorpora fatores como “saberes tradicionais e originários que partem do meio ambiente, as interdependências das sociedades humanas, da economia e do meio ambiente; a simultaneidade dos impactos no âmbito local e global; uma revisão dos valores, ética, atitude, e responsabilidades individuais e coletivas”.
- O segundo olhar [...] mirou perspectivas que norteiam práticas pedagógicas, que podem dar mais peso à educação ou/e ao meio ambiente. Em geral, se entrecruzam. Partindo do pressuposto de que a EA se situa na relação entre o ser humano e seu ambiente, Sauv e desenhou três vertentes:
 - Perspectiva ambiental. Guiada pela questão: “que planeta deixaremos às nossas crianças?” e centrada no ambiente biofísico. Ao entender que a degrada o ambiental ameaçaria a qualidade de vida humana, preconiza o engajamento para prevenir e resolver os problemas ambientais.
 - Perspectiva educativa. Orientada pela indaga o: “que crianças deixaremos ao nosso planeta?” e centrada no indivíduo ou grupo social. Parte da constata o de que o ser humano desenvolveu uma rela o de aliena o do entorno de onde vive, recomendando, como antídoto, a educa o integral do indivíduo, para que se desenvolva autonomia, sendo crítico e valores.
 - Perspectiva Pedagógica. Induzida pela pergunta: “que educa o deixaremos para nossas crianças nesse planeta?” e centrada no processo educativo. Caracterizando métodos pedagógicos tradicionais como dogmáticos e impositivos, propõe uma pedagogia para a EA, marcada pela perspectiva global e sist mica da realidade, pela abertura da escola ao seu entorno e pela metodologia da resolu o de problemas ambientais concretos. (BRASIL, 2008b, p. 257).

Segundo Lucie Sauv e (2005, p. 317), a EA   capaz de induzir dinâmicas sociais em diversos territórios, seja no âmbito local e em redes mais amplas fomentando abordagens colaborativas e críticas da realidade socioambiental, além de ser norte da educa o fundamental na esfera de intera o presente na base do desenvolvimento social e pessoal.

1. A educa o ambiental deve facilitar a coopera o mútua e equitativa nos processos de decisão, em todos os níveis e etapas.
2. A educa o ambiental deve recuperar, reconhecer, respeitar, refletir e utilizar a história indígenas culturas locais, assim como promover a diversidade cultural, ling stica e ecológica. [...].
A educa o ambiental deve estimular e potencializar o poder das diversas popula o, promovendo oportunidades para as mudanças democráticas de base que estimulem os setores populares da sociedade. (CNUMAD, 1992).

O século XX traz novos embates e desafios a diversos setores da sociedade, se legisla o antigas não refletem a realidade da sociedade essas precisam de novas mudanças para atender aos desafios atuais, pois as leis ficam

obsoletas e a questão ambiental também é atingida por essas mudanças, afinal o número de habitantes da nação cresce exponencialmente fortalecendo o consumo e desgaste ambiental, seja na derrubada de florestas, na poluição de rios e até mesmo nas próprias relações, distanciando-se do outro, buscando um isolamento próprio trazido pelo capitalismo.

A EA pode dar suporte a esses novos tempos, onde o consumo tem se tornado prioridade para “gerar emprego, renda, bens e riquezas”. Assim, vários autores descrevem a EA e dão adjetivos extras ao seu conteúdo, percebe-se então um número expressivo de identidades para uma mesma educação ambiental.

Alguns autores acreditam que a EA denominada “conservadora” ou ainda “convencional” não é capaz de promover mudanças necessárias cumprindo assim seu papel enquanto ferramenta de transformação social.

Para Mauro Guimarães (2004, p. 26), pensa, o autor, ser necessário diferenciar uma ação educativa que tenha condições de contribuir para realizar a transformação de uma realidade que vem trazendo grave crise socioambiental, ainda diz que essa concepção de educação ambiental:

[...] não é um epistemologicamente instrumentalizada, nem comprometida com o processo de transformações significativas da realidade socioambiental, presa que é aos seus próprios arcabouços ideológicos. Essa perspectiva ao consubstanciar-se nos paradigmas constituintes/constituídos pela sociedade moderna, os reproduz em ação educativa. Sendo assim, não supera, por exemplo, o cientificismo cartesiano e o antropocentrismo que informam a compreensão/ação sobre o mundo e que historicamente se constitui hegemônica na sociedade moderna.

Para Guimarães (2004, p. 27), a EA conservadora é alicerçada numa visão de mundo que fragmenta a realidade, tornando-a simplista e reduzindo-a, realizando uma prática pedagógica objetivada no indivíduo e na transformação, ressalta, no seu comportamento, focada na terminalidade da ação e não compreende que a educação “[...] é relação e se dá no processo e não, simplesmente, no sucesso da mudança comportamental do indivíduo.”

A educação ambiental convencional, segundo Loureiro (2004) é focada no indivíduo, salienta o ato educativo como mudança de comportamentos e ajustados a um apontado padrão idealizado de relações adequadas com a natureza, desta forma, reproduzindo o que o autor chama de dualismo natureza-cultura cuja tendência é a aceitação da ordem social.

- Educação entendida enfaticamente em sua dimensão individual, baseada em vivências práticas de sensibilização, com a secundarização ou baixa compreensão de que a relação do eu com o mundo se dá por múltiplas mediações sociais;
- Educação como ato comportamental pouco articulado à ação coletiva e à problematização e transformação da realidade de vida, despolitizando a práxis educativa. Como consequência, parte-se da crença ingênua e idealista de que as mudanças das condições objetivas se dão pelo desdobramento das mudanças individuais, faltando complexidade no entendimento das relações constituintes do ser;
- Biologização do que é social pela diluição da nossa especificidade, simultaneamente biológica e social na totalidade natural, ignorando-se, assim, que tais relação se dão, atualmente com o predomínio do capitalismo e seu padrão não só poluente mas explorador, economicamente, da maioria das espécies. (LOUREIRO, 2004, p. 80).

A EA conservacionista, segundo Lima (2009, p. 156), expressa compreensão ecológica dos reflexos da crise ambiental e não procura explorar os aspectos político-sociais contidos nesse processo, outro fator que chama a atenção, segundo o autor é a separação da degradação ambiental e social “[...] dessa dupla degradação com a ordem capitalista; a ausência de uma crítica da ciência e do Estado como instituições não neutras nesse processo.” Para este autor os debates a respeito da temática ambiental devem ser mais aprofundados e afirmações genéricas e abstratas que culpabilizam o “homem” sem a devida fundamentação acabam por contribuir para formar uma representação simplista dos problemas ambientais.

1.3 Educação ambiental crítica

A discussão sobre EA toma patamares ainda mais elevados, até mesmo o uso da palavra no singular começa a ter questionamentos. Em Congressos, encontros e eventos relacionados ao meio ambiente a discussão do tema vai ganhando força e forma, na cidade de Porto Alegre no ano de 2003 aconteceu o III Fórum Social Mundial.

Neste evento foi discutida “as muitas educações ambientais” que passaram a existir no Brasil. O ponto de partida de uma intensa discussão acerca das múltiplas dimensões da EA se dá com Fritjof Capra, autor do livro *A Teia da Vida* e responsável pela ideia da eco-alfabetização que foi difundida neste livro e encontrou espaço para seu desenvolvimento nos mais variados espaços, desde Organizações Não Governamentais (ONGs) até empresas “[...] que aderiram à proposta de

construir e educar comunidades humanas sustentáveis com base no estudo de ecossistemas, descritos por Capra como comunidades sustentáveis [...].” (BRASIL, 2008b, p. 253).

Segundo Brasil (2008b) Layrargues entende que a eco-alfabetização superdimensiona as relações positivamente em relação às negativas valorizando desproporcionalmente a natureza. Afinal qual EA representa melhor seus propósitos, ou ainda, quais são os propósitos que devem ser representados pela EA? Acrescenta ainda que para Isabel Moura Carvalho a EA não deve ser categorizada de forma simplista, entendendo que este não é um assunto óbvio, fácil de se adjetivar e qualificar.

Desta forma faz-se necessário aproximar-se da concepção dos principais pesquisadores da temática de EA para que assim seja possível desenvolver as compreensões destas a seguir.

QUADRO 2 - Concepções e adjetivações da EA conforme os principais pesquisadores da temática.

Educação Ambiental	Pesquisador(a)	Ideia
Crítica	Isabel Carvalho	“Intenção de formar indivíduos e grupos sociais capazes de identificar, problematizar e agir em relações às questões socioambientais, tendo como horizonte uma ética preocupada com a justiça ambiental.”
Crítica	Mauro Guimarães	Baseia-se em Milton Santos, ressaltando que “[...] as ações pedagógicas vinculam-se à contextualização da realidade.”
Transformadora	Carlos Frederico Loureiro	Relata “[...] um conjunto de referências adicionais, tais como o ecossocialismo de Boaventura Sousa Santos e a tradição dialética marxista [...]”. Seria uma “[...] educação permanente, cotidiana e coletiva pelo qual agimos e refletimos, transformando a realidade da vida.”

Educação Ambiental	Pesquisador(a)	Ideia
Emancipatória	Gustavo Ferreira da Costa Lima	“Almeja a politização e a construção de uma educação libertadora. Derivada do encontro entre setores de educação e movimentos sociais/ ambientais, a proposta inclui “ênfatisar e associar as noções de mudança social e cultural, de emancipação/libertação individual e de integração no sentido de complexidade.”
Ecopedagogia	Aloízio Ruscheinsky	“[...] projetar uma nova relação com a natureza fundamentada numa outra relação entre os seres humanos e a compreender tudo isto como um processo pedagógico e um movimento social.”
Ecopedagogia	Moacir Gadotti	“Um novo jeito de pensar a partir da vida cotidiana, que busca sentido em cada momento, em cada ato.”
Ecopedagogia	Maria Rita Avanzi	“Um objetivo é “construir a participação cidadã, considerando nosso pertencimento ao planeta Terra como única conformidade, de modo que as diferenças culturais, geográficas, raciais e outras sejam superadas.”

Fonte: Elaborado por Antonio Inácio da Silva (2018) a partir de (BRASIL, 2008b, p. 260-262) - Os diferentes Matizes da Educação Ambiental no Brasil 1997/2007.

A propostas da EA crítica demonstram que não é possível dissociar o humano e o meio ambiente, ambos devem ser pensados juntos. Aspectos políticos, sociais devem estar presentes na proposta deste importante instrumento de politização que é a EA, assim o pensamento crítico tem papel de destaque na formação de sujeitos capazes de realizar a crítica necessária ao atual sistema e serem responsáveis pela construção “[...] de um outro projeto societário em que as relações de exploração sejam superadas.” (TREIN, 2007, p. 133).

O imenso aparato de legislações ambientais brasileiras demonstram que o país brasileiro tem discernimento do ataque que as florestas, os rios, os diversos biomas e a própria espécie humana vem sofrendo, mas ainda não tem eficácia ao combater esse dilema em escala nacional, seja por falta de efetivo em seus principais órgãos de proteção ambiental, seja por interesses escusos envolvendo empreiteiras, grileiros e o próprio governo, uma vez que em muitas reservas brasileiras protegidas por lei encontram-se ameaçadas por possuírem em seu interior grande riqueza de minérios. Assim, à espera por ações contundentes devem partir do próprio cidadão, afinal, uma sociedade com ambiente menos poluído e com relações de respeito ao meio ambiente e ao próprio cidadão é de interesse de todos.

CAPÍTULO 2 AS DIMENSÕES DO TRABALHO PROFISSIONAL

2.1 Serviço Social e Trabalho

Karl Marx, no decorrer de sua vida, escreveu importantes obras que tornaram possível entender a sociedade capitalista e sua constante exploração do trabalho. Essas teorias e concepções filosóficas têm fundamental importância para a compreensão do ser humano como ser biológico e social a partir da atividade do trabalho. Este perpassa pela sua vida, desde o momento em que explora a natureza para suas necessidades primárias até o momento em que se torna um predador desta, através do grande acúmulo no modo de produção capitalista vigente.

A produção na sociedade capitalista não explora somente a natureza e sim o próprio homem, o alienando tornando-o apenas um vendedor de sua força física para a produção de mercadorias e de valores de uso realizados entre um processo de trabalho entre homem/natureza. Esse intercâmbio com a natureza para sua transformação ocorre para que o homem possa produzir produtos úteis à vida humana e que antes existia somente na em sua forma da primeira é que será modificada pelo seu trabalho. Para Marx (2014, L. 1, p. 211), o trabalho é:

Antes de tudo é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o homem, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica a sua própria natureza.

Nesta relação a transformação ocorre para ambos, pois agindo sobre a natureza ele acaba por sofrer a ação desta, o próprio homem também se modifica, acabando por transformar à sua própria natureza ao mesmo tempo em que ele a transforma externamente, uma forma especificamente humana.

Essa atividade, o trabalho, é fundamental na vida do homem, sua importância está presente no trabalho intelectual ou artístico desde que haja a satisfação de suas necessidades. O homem domina a natureza e a submete à suas necessidades a transformando em produtos necessários à sua existência. O processo de trabalho é caracterizado por Moura (2004) como a objetivação da subjetividade humana, ou ainda, a concretização daquilo existia apenas subjetivamente, assim a atividade executada pelo homem causa uma transformação

subordinada a um fim determinado, ao exercer essa transformação o homem se transforma e se diferencia dos estreitos caminhos utilizados por outros seres biológicos que não possuem a capacidade de prévia ideação.

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tende subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto quanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais. (MARX, 1996, L. 1, v. 1, t. 1, p. 297-298).

Outra importante discussão é o que trata dos elementos simples do processo de trabalho as quais estão representadas pela atividade orientada a um fim, ou ainda, o trabalho com seus objetos e seus meios. “Todas as coisas que o trabalho depreende de sua conexão direta do conjunto da terra, são objetos de trabalho preexistentes por natureza.” (MARX, 1996, L. 1, v. 1, t. 1, p. 298).

Se o objeto de trabalho é, por assim dizer, filtrado através do trabalho anterior, chamamo-lo de matéria prima. Por exemplo, o minério extraído depois de ser lavado. Toda matéria- prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima depois de ter experimentado modificação efetuada pelo trabalho. (MARX, 2014, L. 1, p. 212).

O meio de trabalho pode ser uma coisa ou ainda um complexo de coisas colocado entre o trabalhador e o objeto de trabalho que serve conduzir se tornando o condutor deste objeto. Para Marx (2014, L. 1) a própria terra é considerada um meio de trabalho, todavia, existem condições a serem consideradas, como exemplo a terra para a agricultura necessita de preparação para o cultivo, ou seja, uma série de outros meios de trabalho. Outro fator interessante no entendimento dos meios de trabalho acontecem quando é possível vislumbrar os momentos históricos por quais passam o indivíduo e como o homem evolui.

No começo da história humana, desempenham a principal função de meios os animais domesticados, amansados e modificados pelo trabalho, ao lado de pedras, madeira, ossos e conchas trabalhados. O uso e a fabricação de meios de trabalho, e Franklim define o homem como “a toolmaking animal”, um animal que faz instrumentos de trabalho. Restos de antigos instrumentos de trabalho têm, para a avaliação de formações econômico-sociais extintas, a mesma importância que a estrutura dos ossos fósseis para o conhecimento de espécies animais desaparecidas. O que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz. (MARX, 2014, L. 1, p. 213).

A capacidade de criar os meios e os instrumentos de trabalho que permitem a transformação da natureza coloca o homem como um ser diferenciado dos outros seres vivos, ou seja, o trabalho o torna um ser social, “[...] como um ser que dá respostas prático-consistentes aos seus carecimentos, às necessidades.” (IAMAMOTO, 2013, p. 60).

Essa diferenciação do homem de outros animais, pela sua capacidade criadora, de sua prévia ideia chamada de teleologia por Marx é um dos principais elementos que o colocam num patamar superior, a capacidade de antever o resultado de uma ação determinada por ele.

Neste processo de trabalho, a atividade do homem operada para uma transformação e subordinada a um fim específico sobre o objeto através do instrumental de trabalho, esse processo extingue-se na conclusão do produto e este é um valor de uso, um material da natureza adaptado e modificado para atender às necessidades humanas e seu trabalho está incorporado ao objeto.

O processo de trabalho, quando advém de um processo de consumo da força de trabalho pelo dono do capital, apresenta importantes fenômenos característicos. Aqui começa a exploração do ser humano e mesmo com o passar de séculos a exploração continua a existir e de forma cada vez mais intensa.

O trabalhador trabalha sobre o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-prima e poupando-a o instrumental de trabalho, de modo que só gaste deles o que for imprescindível à execução do trabalho. Além disso, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor imediato, o trabalhador. (MARX, 2014, L. 1, p. 219).

Fato concreto é que o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho que será materializado em seu valor de uso mais o tempo socialmente necessário à sua produção, este fato se aplica também ao produto que

vai ao capitalista, como resultado do processo de trabalho. Para se produzir a mais-valia um complexo processo ocorre, pois sua produção não se dá de forma indeterminada, há elementos entrelaçados para a garantia de um lucro exorbitante ao dono do capital.

Na produção de mercadorias, nosso capitalista não é movido por puro amor aos valores de uso. Produz valores de uso apenas por serem e enquanto forem substrato material, detentores do valor de troca. Tem dois objetivos. Primeiro, quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. E segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o conjunto de mercadorias necessárias para produzi-las, isto é a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho, pelos quais antecipou seu bom dinheiro no mercado. Além de um valor de uso, quer produzir mercadoria; além de valor de uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (mais-valia). (MARX, 2014, L. 1, p. 219).

A mais-valia foi um termo utilizado por Marx que fez referência ao processo de exploração da mão de obra que era utilizada para a produção de mercadorias. Trata-se de um meticuloso processo de extorsão por meio da posse do trabalho excedente no momento da produção de produtos com valor de troca. Nesse processo o homem é dominado pelo que produz, ou seja, é dominado pelo produto.

A mais-valia, portanto “[...] se origina de um excedente quantitativo de trabalho [...]” (MARX, 2014, L. 1, p. 231), neste sentido o capitalista vai além do valor de uso e consegue também o valor excedente, assim, fica a evidência de que a mais-valia é o resultado direto da exploração da força de trabalho. Quando o capitalista compra a força de trabalho no mercado e a insere no processo produtivo, espera desta um valor muito maior do que foi acertado anteriormente.

Despossuído de qualquer outro meio de sobrevivência só resta ao trabalhador vender sua força de trabalho, assim segue o processo de alienação. Em se tratando desse termo há uma árdua discussão que levou esse conceito a um patamar central nas obras de Marx, pois foi formulado pela primeira vez nos Manuscritos de 1844 e neste texto “[...] reconheceu pela primeira vez a alienação do trabalho como a chave de todo o complexo de alienações (religiosa, política, jurídica, artística, moral etc).” (GOMEZ, 2004, p. 46).

Ao entrar na fábrica do capitalista por um tempo determinado e tem a suspensão de sua liberdade uma vez que deve se sujeitar à vontade do capitalista.

Com efeito, o uso da mercadoria pertence ao comprador, e, ao dar o seu trabalho, o possuidor da força de trabalho, o operário, só dá em realidade o valor de uso que vendeu; desde a sua entrada na fábrica, a utilidade da sua força de trabalho pertence ao capitalista. Este, ao comprar sua força de trabalho, acrescentou trabalho, como elemento ativo do produto aos elementos passivos, aos meios de produção que possuía [...]. (MARX, 2016, p. 86).

Na sociedade capitalista um trabalhador faz parte do processo de produção de certa mercadoria, mas não necessariamente consegue ter acesso a tudo que produz até mesmo sua força de trabalho é transformada em mercadoria, seja nos meios de produção até aos meios fundamentais à reprodução da força de trabalho.

Ao estabelecerem relações sociais estes dois sujeitos – que aqui simbolizam relações e interesses de diferentes classes sociais – defrontam-se reciprocamente como possuidores de mercadorias, comprador e vendedor da força de trabalho. Nessa relação reside a marca particular da sociedade capitalista: relações sociais são convertidas em relações econômicas quando a força de trabalho é cedida pelo vendedor (trabalhador) ao comprador (o capitalista) como mercadoria, por tempo determinado sem que o vendedor renuncie a sua propriedade. (GRANEMANN, 2009, p. 7).

A reprodução da sociedade no capitalismo é baseada na exploração do homem através do trabalho fazendo com que este perca seu significado de transformador da natureza, perca caráter de centralidade em sua vida para se tornar um instrumento de acumulação de riquezas pela classe dominante.

Desta forma, pode-se verificar que as relações sociais existentes cruzam o processo de trabalho em diversos momentos históricos causando transformações na vida dos trabalhadores, seja pela venda de sua força de trabalho seja pelas condições políticas e sociais de determinado momento histórico.

O capitalismo é responsável direto por incontáveis mazelas sociais que atingem diretamente a classe trabalhadora, os reflexos causados por esse modo de produção tem como referência o nome de questão social. Para Paulo Netto (2011, p. 159), a questão social está relacionada diretamente com a sociabilidade erguida sob o comando do capital, pois a concretização do capitalismo e o acelerado processo de acumulação do capital põem historicamente as condições ideais para a manifestação e o desenvolvimento da questão social.

O desenvolvimento do capitalismo produz, compulsoriamente, a “questão social” — diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do

regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornando potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo. (PAULO NETTO, 2011, p. 157).

Para Yamamoto e Carvalho (2014), o surgimento desta está ligado diretamente à generalização do trabalho livre em uma sociedade que teve a escravidão como marca profunda em seu passado recente. Continua, afirmando, trabalho livre que se generaliza trazendo circunstâncias que separam o homem e os meios de produção não permitindo que ele tenha acesso digno ao que foi por ele produzido.

Inicia-se agora uma reflexão sobre a significado do trabalho do assistente social perante às expressões da questão social, muitos debates apontam que a profissão nasce para trabalhar os efeitos das expressões da questão social, todavia o fato de ser um trabalho ou não é o principal fator, gerador de profundas polêmicas que refletem em inúmeras publicações de Serviço Social.

Assim sendo, a categoria trabalho no Serviço Social não é unanimidade, existe um árduo debate em que alguns autores não o consideram como trabalho, um grande representante desta linha de pensamento é Sérgio Lessa (1999, p. 19-33), o qual tem algumas publicações a respeito do tema. Entretanto, por acreditar que existe grande relevância em afirmar a centralidade da categoria trabalho na sociedade decidiu-se o estudo pela linha de pensamento de Yamamoto, uma vez que a referida autora foi a que trouxe de forma concreta e verdadeira as leituras da obra de Marx permitindo à profissão de Serviço Social um grande amadurecimento teórico-metodológico.

As produções de Yamamoto sobre Serviço Social partem de uma meticulosa análise da realidade brasileira, especialmente no processo de composição da classe operária urbana-industrial ocorrida no início do século XX.

[...] centrada nas categorias marxianas que desvelam a dinâmica contraditória do modo de produção capitalista e das condições necessárias à sua reprodução em sentido amplo, como reprodução de um modo de vida. Sua reflexão fecunda um tipo de abordagem da dinâmica social própria à fase monopolista denunciando as apropriações personificadas da relação do capital e do trabalho como relações historicamente determinadas. (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p. 123).

A profissão é apreendida por Iamamoto como uma profissão que se legitima em das particularidades “[...] assumidas pela função dinâmica das classes sociais e do Estado em um contexto bastante singular de consolidação e expansão do capitalismo monopolista. Deste modo, inaugura uma forma de percepção”, que se põe em negação as elaborações endógenas que insistem em acompanhar à profissão (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p. 123).

O primeiro trabalho da autora em forma de livro, juntamente com Raul de Carvalho “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica”, a autora descreve e aponta a categoria produção e reprodução do capital numa perspectiva macrossocial, ter em vista compreender o processo social em que se gesta a relação entre trabalho e capital.

É na vida em sociedade que ocorre a produção. A produção é uma atividade social. Para produzir e reproduzir os meios de vida e de produção, os homens estabelecem determinados vínculos e relações mútuas, dentro e por intermédio dos quais exercem uma ação transformadora da natureza, ou seja, realizam a produção. A produção do indivíduo isolado é uma abstração. A relação entre os homens na produção e na troca de suas atividades varia de acordo com o nível de desenvolvimento dos meios de produção. Tais relações se estabelecem, portanto, em condições históricas determinadas, nas quais os elementos da produção articulam-se, de forma específica. Assim sendo, a produção social é essencialmente histórica. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 35-36).

Expressa, o processo capitalista, uma forma historicamente determinada onde os homens ao produzirem e reproduzirem as condições materiais de sua existência, reproduzem também as relações sociais através das quais levam a efeito este importante elemento, a produção. “Neste processo se reproduzem [...] as idéias e representações que expressam estas relações materiais em que se produzem, encobrindo o antagonismo que as permeia.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 36).

Desta forma, a produção social não trata de produção de objetos materiais, e sim da relação social entre as pessoas, entre as classes sociais que personificam determinadas categorias econômicas, porém, a sociedade de que se trata, o capital é a relação social que determina e dá o dinamismo de todo processo da vida social. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 36).

Para Iamamoto e Carvalho (2014), o trabalho é categoria central, pois sua fundamentação é pautada na teoria do valor, assim, o capital e o trabalho são elementos essenciais para análise da realidade social.

E para o Serviço Social, qual o significado social dessa profissão na reprodução das relações sociais? Iamamoto e Carvalho (2014) pontuam que a reprodução das relações sociais não se reduz à reprodução da força viva de trabalho e dos meios práticos de produção. Assim sendo, a reprodução das relações sociais é a “própria reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida”, ou ainda, uma totalidade concreta em movimento e em processo de estruturação permanente em que se liga a toda vida cotidiana refletindo, no lazer, no trabalho, na família etc.

A profissão de Serviço social afirma-se como um tipo de especialização do trabalho coletivo sendo considerada necessária para atender às demandas da pauperizada classe trabalhadora. A exigência de um profissional qualificado para atender a essa demanda e que buscou se profissionalizar constantemente, fato que pode ser comprovado ao se estudar sua origem caritativa até à contemporaneidade.

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social e técnica do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial – e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder de Estado em conjunturas históricas específicas. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 83).

A demanda por esse profissional encontra eco nas contradições decorrentes das condições atuais em que apoia o processo de acumulação contínuo do capital são apreendidas em suas diversas manifestações, níveis de complexidade e magnitude provando que sua existência afeta a toda sociedade, essencialmente a partir da exploração da classe trabalhadora.

A compreensão da ação profissional a partir /da categoria trabalho ao mesmo tempo em que se filia a uma tradição intelectual consolidada no Serviço Social se constrói a partir da crítica a certas insuficiências presentes nesta mesma tradição, especificamente no tocante às mediações entre a dinâmica da sociedade e os processos que incidem e determinam as condições e formas de desenvolvimento do trabalho profissional do assistente social. (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p. 131).

Almeida e Alencar (2011), apontam que mais importante do que reconhecer a emergência da profissão a partir da divisão sócio-técnica do trabalho no momento em que vivenciava-se a sociedade do capitalismo maduro, é também fundamental a

necessidade de mediar reflexões sobre o trabalho nos serviços em Marx, situando assim as particularidades do trabalho do assistente social na dinâmica reprodução e produção social a datar da ação empreendida pelo Estado, instituições da sociedade civil e empresas.

Vale ressaltar que apesar do profissional assistente social trabalhar a partir e com a situação que envolva a vida do trabalhador, não é por este que é diretamente requerido. A demanda dos serviços deste profissional tem nítido caráter de classe o que lhe concede um caráter “oficial” e ligação direta com o Estado. O trabalho do assistente social está colocado numa relação de compra e venda de mercadorias em que sua força de trabalho é mercantilizada, Iamamoto e Carvalho (2014), afirmam que o trabalho do profissional está inserido numa relação de compra e venda em que a força de trabalho do assistente social é mercantilizada.

A evidência de que a ação do profissional pode ser considerada trabalho é justamente neste contexto, afinal, uma das condições para o ingresso no trabalho não é a transformação de sua força de trabalho em mercadoria e de seu trabalho subordinado ao capitalismo. Iamamoto e Carvalho (2014) contextualizam que a profissão não se inscreva predominantemente no circuito do processo de criação de valor e também não ocupe uma posição na produção *strictu senso* como acontece a outras profissões de nível técnico, não significa sua exclusão da produção social em sentido amplo. A autora afirma que alvo do Serviço Social é o trabalhador e sua família, fonte primordial no processo de produção, e mais, que a força do trabalho em ação torna-se a fonte da riqueza social.

Neste contexto, o trabalho do assistente social está vinculado no que concerne às condições e situação de vida dos trabalhadores e que encontra-se integrado ao processo de criação e das condições imprescindíveis ao funcionamento da força de trabalho, à extração da mais-valia, apesar da profissão não se dedicar ao desempenho de funções inteiramente produtivas, e geralmente caracterizando-se como um trabalho improdutivo.

As atividades improdutivas auxiliam de forma significativa o funcionamento geral de processo produtivo e são necessários à esfera produtiva, mas não participam do processo que cria a mercadoria, Cotrim (2012, p. 79) traz como exemplo de trabalho improdutivo “[...] os dos funcionários do Estado, cuja força de trabalho é paga com renda [...]” e mesmo sendo útil e necessário ao capital, o trabalho solicitado pelos diversos serviços cumpridos pelo Estado são improdutivos.

E Iamamoto e Carvalho (2014) esclarecem que a produção e reprodução do capital colocam vastas atividades, que, mesmo não sendo diretamente produtivas são determinantes no movimento do capital.

Iamamoto acentua que é no contexto da globalização mundial e hegemonia do capital financeiro que acontece a revolução técnico-científica e esta instaura novas formas de produção e gerenciamento do trabalho. Esse advento é reconhecido primeiramente pela capacidade diminuir a demanda de trabalho, ampliando a população para as necessidades intermediárias do capital e gerando assim exclusão, pauperização e todas as formas de violência contra a sociedade, fundamentalmente, sobre as classes menos favorecidas. “O sofrimento derivado do trabalho alienado ou da falta de trabalho continua polarizando as vidas da maioria absoluta dos cidadãos e cidadãs na sociedade contemporânea.” (IAMAMOTO, 2013, p. 88).

Neste contexto a autora afirma que pensar a profissão na contemporaneidade requer olhos atentos para o mundo atual para decodificá-lo e participar de sua recriação.

O Serviço Social enquanto profissão deve estar alinhado, ou melhor, sintonizado com esses novos tempos, trabalhando, forma cada vez mais especializada no sentido de implementar as políticas sociais, principalmente, nas políticas públicas. Outra questão levantada por Iamamoto é a cisão necessária de um profissional que realiza suas atividades de forma burocrática e rotineira, o que causa a redução do fazer profissional a um mero emprego, um cumpridor de tarefas pré-estabelecidas (IAMAMOTO, 2013).

As mudanças históricas estão hoje alterando tanto a divisão do trabalho na sociedade, quanto a divisão técnica do trabalho no interior das estruturas produtivas, corporificadas em novas formas de organização e de gestão de trabalho. Sendo o Serviço Social uma especialização do trabalho na sociedade, não foge a esses determinantes exigindo apreender os processos macroscópicos que atravessam todas as especializações do trabalho, inclusive, o Serviço Social. (IAMAMOTO, 2013, p. 22).

A profissão reconhece a necessidade de estar alinhada com os novos tempos, pois são esses que trazem desafios e empecilhos cada vez maiores. E nesse movimento de conhecimento da realidade surge o desafio de pensar o trabalho do assistente social. Em processo de grandes debates resultou na construção das diretrizes curriculares com objetivo de aprimorar a “[...] análise da

chamada 'prática', que passa a ser tratada como um tipo de trabalho especializado que se realiza no âmbito de processos e relações de trabalho." (IAMAMOTO, 2013, p. 93).

A autora esclarece que se trata de uma discussão provocativa e vai além ao contextualizar a prática profissional, referindo-se que quando pensada usualmente está relacionada ao que o assistente social faz, como um conjunto de atividades que é desempenhada pelo profissional. Afirma que a leitura predominante desta é de que não pode ser pensada de forma isolada e faz duas esclarecedoras reflexões pontuando que os seus condicionantes, quando internos, ou seja, aqueles que dependem do desempenho do assistente social, e os externos, determinados pelas conjunturas sociais onde são realizadas a prática do profissional (IAMAMOTO, 2013).

Os primeiros geralmente são referidos a competências do assistente social como, por exemplo, acionar estratégias e técnicas; a capacidade de leitura da realidade conjuntural, a habilidade no trato das relações humanas, a convivência numa equipe interprofissional etc. Os segundos abrangem um conjunto de fatores que não dependem exclusivamente do sujeito profissional, desde as relações de poder institucional, os recursos colocados à disposição para o trabalho pela instituição ou empresa que contrata o assistente social [...]. Em síntese a prática profissional é vista como atividade do assistente na relação com o usuário, os empregadores e os demais profissionais. (IAMAMOTO, 2013, p. 94).

A forma pela qual acontece a interpretação do exercício profissional, feita de forma crítica e consistente, pode possibilitar a ampliação e a transparência na leitura de seu próprio desempenho contribuindo assim para que o trabalho profissional torne-se partícipe de processos de trabalho, pois estes organizam-se mediante as exigências econômicas e políticas do processo de acumulação. E, é neste contexto que são moldadas as condições e relações sociais peculiares para a atividade profissional.

Transitar do foco da prática ao trabalho não é uma mudança de nomenclatura, mas de concepção: o que geralmente é chamado de prática corresponde a um dos elementos constitutivos do processo de trabalho que é o próprio trabalho. Mas para existir trabalho são necessários os meios de trabalho e a matéria-prima ou objeto sobre o que incide a ação transformadora do trabalho. Tais elementos constitutivos do processo de qualquer processo de trabalho – em qualquer sociedade --- existem, entretanto, em determinadas condições e relações sociais, que atribuem aos processos de trabalho significados sócio-histórico particulares [...]. (IAMAMOTO, 2013, p. 95).

O Serviço Social, mesmo regulamentado como profissão liberal não tem tradição na sociedade brasileira, e traz consigo características peculiares de uma profissão liberal, isso, por conta de sua relativa autonomia e da forma de conduzir atendimentos aos usuários de seus serviços.

O profissional afirma-se socialmente como um trabalhador assalariado inserido no mercado de trabalho havendo assim a tradicional relação de compra e venda, e mesmo sendo uma força de trabalho qualificada, ainda assim não dispõe de “todos os meios” e possibilidades necessárias para que se possa efetivar seu trabalho, pois depende da disponibilidade do comprador de seus serviços, e cada vez mais, o profissional torna-se refém dos limites institucionais em todas as esferas de atuação, pois em todos os setores em que se trabalha para garantir direitos dos cidadãos o cerceamento, a redução e a mais completa ausência tornam-se constantes.

2.2 O trabalho do assistente social: as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas do Serviço Social

O cuidado em descrever o trabalho do profissional de Serviço Social requer, antes de tudo, destacar que as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativa e ético-políticas são cimentadas pela dimensão educativa inerente à profissão e não se separam durante o fazer profissional.

Assim sendo, destacar o trabalho do assistente social e suas dimensões requer conhecer a origem da profissão, como ela se desenvolveu, em qual contexto histórico, quais foram suas fontes e como deu-se a transformação de uma profissão que nasce para atender aos interesses do capital e mais tarde torna-se o principal agente de luta por direitos da classe trabalhadora, não limitando-se à exigências pontuais, mas por respeito às diferenças e exigência de dignidade e participação plena de todo cidadão.

No Brasil, mais precisamente entre as décadas de 1930 e 1940, várias transformações sociais, políticas e econômicas afetam a vida da população. Estes períodos são marcados por uma sociedade capitalista industrial e urbana.

A industrialização se processava dentro de um modelo de modernização conservadora, pois era favorecida pelo Estado corporativista, centralizador e autoritário. Assim, a burguesia industrial aliada aos grandes proprietários rurais, buscava apoio principalmente no Estado para os seus projetos de

classe, e para isto necessitavam encontrar novas formas de enfrentamento da chamada “questão social”. (PIANA, 2008, p. 86).

Assim, visando garantir o controle social e sua legitimização, o Estado Novo ampara-se no operariado através de política de massa, mas internamente a real intenção é reprimir movimentos reivindicatórios e passar a imagem de preocupação com a classe trabalhadora.

Esse modelo se constitui em uma versão brasileira ligeiramente atenuada do modelo fascista europeu e abarca desde uma legislação social de cunho protetivo até a importante estrutura do sindicalismo. Vargas em sua linha política tem duas posturas que se contrastam quando em relação aos operários, a conciliação e a repressão (YAZBEK, 1980 apud PIANA, 2008, p. 87).

Ainda remetendo à década de 1930 é o fato de a mudança de orientação para as respostas estatais para a questão social. Durante a Constituição de 1934, o Estado decidiu que preservaria tanto os direitos sociais quanto regularia os contratos de trabalho “[...] as profissões e os sindicatos, através do Ministério do Trabalho e essas características ficariam conhecidas, juntamente com o “controle ideológico” do governo sobre os sindicatos [...]” (SANTOS, 2012, p. 75).

E foi durante a implementação dessas ações governamentais que ocorre a proposta de institucionalização do Serviço Social, no Brasil, o Serviço Social começa a surgir nos primeiros anos da década de 1930, sendo iniciado por “[...] setores da burguesia, fortemente respaldados pela Igreja Católica tendo como referencial o Serviço Social europeu.” (MARTINELLI, 2011, p. 122).

Em 1940, uma nova fase, o ideário da Igreja dá espaço à profissionalização e se aproxima de sua nova direção teórica, tecnicista, a nova vertente é o Serviço Social norte americano, conhecido pelo caráter conservador da teoria positivista (TORRES, 2009).

Nessa direção, o exercício profissional caminha para a seguinte rota, de caráter educativo e de matriz positivista que se torna suporte teórico-metodológico para qualificação técnica da profissão. A presença do conservadorismo ainda reside na prática do profissional o que o faz trabalhar de modo a corrigir os “desajustes sociais” através de uma intervenção moralizadora, individualizada e psicologizante.

A legitimação do profissional o coloca como assalariado e ocupante de um espaço na divisão sócio-técnica do trabalho assumindo neste contexto histórico a matriz positivista como referencial teórico (YAZBEK, 2009, p. 147).

Um dos períodos mais importantes da profissão se dá na década de 1960 com o início do Movimento de Reconceituação, considerado um marco histórico, pois neste começa-se a repensar sua atuação, desencadeando a crítica, inquietações e o questionamento para buscar novos horizontes e romper com o conservadorismo e a pragmática leitura europeia e norte-americana que estiveram presentes na construção de sua identidade. Assim, no bojo deste importante movimento é que se dá a interlocução com o marxismo que vai esculpir para o Serviço Social latino-americano a apropriação da matriz teórica “teoria social de Marx”, que naquele momento ainda não tem Marx em sua totalidade, executada de maneira tortuosa.

As vertentes predominantes no Movimento de Reconceituação, ainda balizadas por uma iniciante produção brasileira, traz resquícios de conservadorismo, entretanto essas características vão se transformando:

- A vertente modernizadora [...] caracterizada pela incorporação de abordagens funcionalistas, estruturalistas e mais tarde sistêmicas (matriz positivistas), voltadas a uma modernização conservadora e à melhoria do sistema pela mediação do desenvolvimento social e do enfrentamento da marginalidade e da pobreza na perspectiva de integração da sociedade. Os recursos para alcançar estes objetivos são buscados na modernização tecnológica e em processos e relacionamentos interpessoais. Estas opções configuram um projeto renovador tecnocrático fundado na busca da eficiência e da eficácia que devem nortear a produção do conhecimento e a intervenção profissional;
- A vertente inspirada na fenomenologia, que emerge como metodologia dialógica, apropriando-se também da visão de pessoa e comunidade [...] dirige-se ao vivido humano, aos sujeitos em sua vivências, colocando o Serviço Social a tarefa de “auxiliar na abertura desse sujeito existente, singular, em relação aos outros, ao mundo de pessoas”[...]. Esta tendência que no Serviço social brasileiro vai priorizar as concepções de pessoa, diálogo e transformação social (dos sujeitos) [...] uma forma de reatualização do conservadorismo. (YAZBEK, 2009, p. 8).

E finalmente, ao final dos anos de 1970 e no decorrer de 1980 que, em pleno solo brasileiro, a relação do Serviço Social com os movimentos, organizações e projetos societários dos trabalhadores se substantiva organicamente, essas possibilidades acontecem por determinações teórico-políticas, e socioconjunturais (DURIGUETTO; MARRO, 2016).

a) A reinserção da classe operária no cenário político nacional na segunda metade dos anos 1970, o que repôs a dinâmica da luta de classes a partir do universo fabril e catalisou as demandas econômico-sociais dos movimentos sociais, também engendrados neste período,

nos processos de alavancagem da derruição do regime autoritário burguês [...];

b) A recorrência à teoria marxiana e à tradição marxista, superando a remissão a manuais simplificadores do marxismo por meio de uma crítica voltada para a superação dos influxos teóricos mecanicistas e, em termos políticos, o combate às posturas voluntaristas, basistas e messiânicas;

c) A dimensão sócio-ocupacional;

d) A dimensão acadêmica e a político-organizativa da profissão. São esses processos que constituíram a possibilidade de contestação do histórico conservadorismo profissional e que edificaram o constructo que denominados projeto ético-político do Serviço Social. (DURIGUETTO; MARRO, 2016, p. 101).

Deste período histórico é fundamental destacar que é, acima de tudo, no início dos anos de 1980 que a teoria social de Marx tem sua verdadeira e efetiva interlocução com a profissão de Serviço Social, esta teoria enquanto matriz teórico-metodológica entende o ser social com suas mediações, ou ainda, parte da posição de que a natureza do ser social não é apreendida em sua imediaticidade (YAZBEK, 2009).

No Brasil, a década de 1990, a profissão passa a sentir os efeitos do neoliberalismo, flexibilização da economia e intensa reestruturação no mundo do trabalho, as transformações dos padrões de produção e acumulação capitalista trouxe ainda mais miséria à população brasileira, todos são profundamente afetados e a busca pelo enfrentamento deste novo cenário é urgente.

Em síntese, o novo estágio do processo de desenvolvimento capitalista, cujas tendências parecem ser irreversíveis [...] tem reforçado a fragmentação social, aumentando a diferenciação das classes, ampliando as desigualdades sociais, alterando radicalmente o mercado de trabalho. Dá lugar a uma nova "pobreza", um excedente de trabalho que não tem preço, porque não tem lugar no processo de produção. (IAMAMOTO, 2013, p. 179).

Nesse cenário sombrio o Serviço Social amplia os campos de atuação, ocupando cargos no chamado terceiro setor, as ONGs passam a ser outra opção para o profissional uma vez que, cada vez mais, o Estado busca entregar suas atividades à iniciativa privada. Definindo em outras palavras, as alternativas encontradas pelo governo são as alternativas privatistas e refilantropizadas sempre como solução relacionadas à pobreza e à sempre presente exclusão social.

Cresce o denominado terceiro setor, amplo conjunto de organizações e iniciativas privadas, não lucrativas, sem clara definição, criadas e mantidas com o apoio do voluntariado e que desenvolvem ações no campo social, no

âmbito de um vastíssimo conjunto de questões, em espaços de desestruturação (não de eliminação) das políticas sociais, e implementação de novas estratégias programáticas [...]. (YAZBEK, 2009, p. 16).

Apesar da trama capitalista cercear a atuação do profissional de Serviço Social, é importante ressaltar que nos momentos de maior desafio que a profissão se reinventou e criou novas estratégias de enfrentamento. A década de 1990 também serve como propulsor para a profissão, pois em 1980, já construía fortes alicerces para o rompimento definitivo com o endogenismo e conservadorismo, a década seguinte foi de consolidação, demonstra-se essas conquistas com:

A regulamentação legal do projeto da profissão se materializa no Código de Ética Profissional do Assistente Social (199), na Lei da Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei n. 8.662/93) e na proposta das Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional em Serviço Social (ABEPSS, 1996; MEC-SESu/CONESS, 1999). A legislação profissional representa uma defesa da autonomia profissional, porque codifica princípios e valores éticos, competências e atribuições, além de conhecimentos essenciais, que têm força de lei, sendo judicialmente reclamáveis. (IAMAMOTO, 2014, p. 134).

A profissão fundamenta seu trabalho, neste contexto, com toda experiência adquirida ao longo de décadas de existência, de lutas, de renovação de saberes, é em 1996 na perspectiva das Diretrizes Curriculares (ABESS; CEDEPSS, 1996), que conforme Iamamoto (2013) é responsável por redimensionar a profissão a tornado ainda mais consistente e assertiva na leitura de realidade e compreensão da sociedade vigente. A formação do profissional, assim sendo, está firmemente construída de forma a capacitar o profissional para atuação nas mais diversas áreas. As diretrizes curriculares envolvem capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. Apreensão das demandas – consolidadas e emergentes – postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando a formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na legislação profissional em vigor. (ABESS; CEDEPSS, 1996, p. 63).

A partir das três dimensões, o profissional de Serviço Social torna sua prática ainda mais consistente, pois na sociedade capitalista é necessário que o profissional alargue seus horizontes e acompanhe os movimentos da classe das classes sociais e do Estado, dessa forma, essas duas classes fundamentais para sua atuação serão melhores apreendidas e as respostas às demandas direcionadas aos determinantes macro-sociais que põe ao profissional “limites e possibilidades”. Nessa cruzada pensa em muitas dimensões, desde “[...] as condições macro-societárias que tecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, [...] de outro lado, as respostas de caráter ético-político e técnico-operativo apoiados em fundamentos teórico-metodológicos [...]” (IAMAMOTO, 2009, p. 171). Ressalta a autora ainda sobre a importância do profissional ter competências para elaborar propostas, negociar com instituições os mais variados projetos e defender seu campo de trabalho, suas atribuições e qualificações.

A capacitação teórico-metodológica é a que permite a compreensão do processo social numa totalidade, esta, reproduz o movimento do real em suas manifestações universais, em suas particularidades, em suas singularidades e ainda em seus componentes de subjetividades e objetividades, “[...] em suas dimensões econômicas, políticas, éticas, ideológicas e culturais, fundamentado em categorias que emanam da adoção de uma teoria social crítica.” (ABESS; CEDEPSS, 1996, p. 152). Percebe-se aqui a importância do materialismo histórico dialético e da teoria social crítica de Marx no cotidiano de trabalho do assistente social, pois somente estes podem interpretar a realidade como uma totalidade de múltiplas determinações e suas constantes transformações.

Antes de mais nada, para discorrer sobre a dimensão ético-política, faz-se necessário explicitar o projeto profissional, que não é único, pois existem outras formas de projeto, entre eles destacam-se projetos individuais, coletivos e societários. Os projetos profissionais são de caráter coletivo e supõem uma formação característica, um aparelho de cunho legal, ético e político (BARROCO, 2010).

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem da profissão, elegem valores que a legitimam socialmente e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas, públicas, entre estas, também e destacadamente com o Estado,

ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais. (PAULO NETTO, 1999, p. 95).

É com essa afirmação que pode-se dizer que um projeto profissional deve atender as necessidades sociais, cujo fator no modelo de sociedade vigente encontra-se cada vez mais reduzido, a dificuldade em atender as necessidades da sociedade estão cada vez difíceis, mesmo assim devem ser procuradas formas de se concretizar esse atendimento. Nessa busca para um resultado objetivo criam-se implicações sociais e desdobramentos éticos-políticos e “O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está balizado por uma concepção societária mais ampla, que se pauta pela transformação social, pela garantia dos direitos sociais e pela emancipação do indivíduo.” (CARDOSO, 2012, p. 7- 8).

Nesse contexto de participação e luta pelos direitos que foram e que estão sendo conquistados a profissão de Serviço Social tem na dimensão ético política a responsabilidade de participar na construção de uma nova sociedade onde prevaleça a liberdade e a justiça.

A dimensão ética da profissão está fundada na liberdade concebida historicamente como possibilidades de escolhas de escolhas dentre alternativas concretas, evidenciando compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Em sua dimensão política, o projeto se posiciona pela socialização da participação, pela universalização tanto ao acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais quanto da riqueza socialmente produzida. (BATTINI, [2001], p. 2).

A dimensão ético-política consiste afirmar o posicionamento político da profissão, pois sua atuação se dá num campo contraditório, muitas vezes trabalhando para o dono do capital negociando benefícios para a classe trabalhadora, seu compromisso de atuar em favor dessa classe foi firmado há muitas décadas. E não somente isso, o profissional deve atuar sempre orientado pelo código de ética da profissão, instrumento que vem se renovando constantemente visando acompanhar as transformações societárias, um dos fatores fundamentais desta dimensão é o fim da neutralidade e posicionamento político frente às questões postas ao assistente social.

[...] o assistente social não é um profissional “neuro”. Sua prática se realiza no marco das relações de poder e de forças sociais da sociedade capitalista – relações essas contraditórias. Assim, é fundamental que o profissional tenha um posicionamento político frente às questões que aparecem na

realidade social, para que possa ter clareza de qual é a sua direção da sua prática. Isso implica em assumir valores ético-morais que sustentam a sua prática – valores esses que estão expressos no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais [...], e que assumem claramente uma postura de articular sua intervenção aos interesses dos setores majoritários da sociedade. (SOUSA, 2008, p. 121).

A última dimensão é a competência técnico operativa, onde o profissional deve apropriar-se do conhecimento adquirido em sua formação, somando isso a um conjunto de habilidades técnicas que permitirá o desenvolvimento qualificado de sua prática profissional. Nesta dimensão encontram-se “[...] estratégias, táticas, instrumentos e técnicas, conhecimentos específicos, procedimentos, ética, cultura profissional e institucional, particularidades dos contextos organizacionais.” (SANTOS; SOUZA FILHO; BACKX, 2017, p. 30).

[...] é a forma de aparecer da profissão, pela qual é conhecida e reconhecida. Dela emana a imagem social da profissão e sua autoimagem. Ela encontra-se carregada de representações sociais e da cultura profissional. É a dimensão que dá visibilidade social à profissional, já que dela depende a resolutividade da situação, que, às vezes, é mera reprodução do instituído, e em outras constitui a dimensão do novo. (GUERRA, 2017, p. 50).

A autora ainda diz que a dimensão técnico-operativa não é neutra e que está travejada por outra dimensão, a ético-política que, por sua vez, está aportada pelos fundamentos teóricos, e por fim, reitera a capacidade do profissional compreender os limites e possibilidades ao exercício profissional. A três dimensões são vitais e devem ser trabalhadas de forma conjunta propiciando melhor resultado no trabalho do profissional.

Outro ponto fundamental dessa dimensão é que não pode ser reduzida à instrumentos e técnicas, mesmo que alguns desses, na história da profissão, constituíram-se como parte dos procedimentos interventivos, para tanto, basta recorrer ao período inicial da profissão no Brasil, o seu componente técnico-operativo é construído a partir da inclusão de instrumentos próprios aos tradicionais contornos conferidos à assistência, somado às orientações técnicas e doutrinárias da igreja, e como já mencionado anteriormente na vertente americana com Mary Richmond até a atualidade.

Quando tratamos dos instrumentos e técnicas do Serviço Social estamos transitando entre as práticas humanas que se voltam para a transformação de outras atitudes humanas, aquelas que incidem sobre as consciências.

Portanto, os instrumentos que as potencializam não se caracterizam como um acervo de instrumentos e técnicas materiais. São instrumentos e técnicas elaborados e organizados por diversas disciplinas do campo das ciências sociais e utilizados por diversas práticas sociais, para modelar o comportamento humano, para racionalizar as relações entre os homens, atendendo a diferentes interesses sociais. São instrumentos que potencializam a produção de atitudes, posturas e comportamentos adequados a estes diferentes interesses. (TRINDADE, 2001, p. 26).

O imenso arsenal posto à profissão a qualifica para que seu trabalho seja cada vez mais qualificado, ainda que os percalços próprios de uma sociedade capitalista intensifique cada vez mais o acesso aos direitos a profissão tem mantido firme luta contra a regressão dos mesmos. Ressaltar que a constante qualificação na formação do profissional demonstra interesse de ser o contraponto decisivo ao famigerado sistema capitalista, indo sempre de encontro ao enfraquecimento social e a fragmentação de direitos gerado por esse sistema.

2.3 A dimensão educativa no trabalho profissional do assistente social

As ações de caráter educativo realizadas pelo assistente social esta presente na profissão desde o seu surgimento foi acompanhando a qualificação constante da profissão e hoje é sinônimo de fortalecimento no atendimento aos usuários. Na história da profissão, as primeiras iniciativas lembradas são a “[...] proposta de ajuda psicossocial individual de Mary Richmond”, visava o ajustamento do individuo a sociedade (ABREU; CARDOSO, 2009).

E, se no passado, a ditadura foi um grande empecilho à conquista de direitos e à liberdade de expressão, na contemporaneidade o sistema neoliberal se manifesta de forma ainda mais ameaçadora, pois desde os anos de 1990 vem trazendo a privatização, precarização e ameaça constante aos direitos sociais.

Neste contexto contraditório a profissão de Serviço Social, ancorada na teoria social crítica de Karl Marx, fortalecida e orientada pelo Código de Ética de 1986 e 1993 e de seu Projeto Ético Político que rompem em definitivo com a retrógrada visão tradicionalista, a ética deixa de ser apenas teoria e é assumida no seu cotidiano de trabalho além da relativa autonomia de seu trabalho o profissional faz uso da prática educativa para intensificar seu trabalho no processo emancipatório dos usuários de seus serviços, pois:

[...] o Serviço Social é um trabalho especializado, expresso sob a forma de serviços [...]. O assistente social é, neste sentido um intelectual que contribui, junto com outros inúmeros protagonistas, na criação de consensos na sociedade. Falar em consenso diz respeito não apenas à adesão ao instituído; é consenso em torno de interesses de classes fundamentais, sejam dominantes ou subalternas [...]. (IAMAMOTTO, 2013, p. 69).

A atuação do profissional junto à classe trabalhadora faz do assistente social um educador, ou ainda, alguém que pode ir além de viabilizar o acesso a benefícios assistências ou a algum outro provimento concedido pelo Estado. A importância do trabalho do profissional pode ir muito além destas limitações, pois o assistente social tem grandes potencialidades junto ao trabalho de base, podendo contribuir no processo de emancipação dos cidadãos. Conscientizá-los de seus direitos é algo que vem acontecendo e ganhando a cada dia mais importância em sua esfera de atuação, pois a mobilização do cidadão em uma sociedade marcada pelo capital é de suma importância.

O papel de educador quando concebido ao profissional de Serviço Social pode ser melhor entendido com a contribuição do pensamento de Antonio Gramsci, pois este foi um educador durante toda sua vida.

De sua história de vida podemos depreender que as próprias condições de vida ensejaram o nascimento e a evolução gradativa do educador militante, que compreendia precocemente, a indissociabilidade de educação e a política, esta, em seu sentido amplo, considerando seu potencial transformador. A concepção que Gramsci tinha de educação ia além da escolar, abrangendo todos os processos que envolvessem formas de consciência. (JACINTO, 2017, p. 85).

A educação pode ser considerada então uma forma de libertação em que trabalhada junto à classe que vive do trabalho numa busca de superação da exploração burguesa e na construção da hegemonia e da política³ que favoreçam a classe subalterna.

O conceito de hegemonia apresentado por Gramsci pode ser demonstrado em uma série de momentos históricos.

Gramsci fornece uma série exemplos históricos, em particular o da hegemonia dos moderados na França do século XIX ou na Itália. Não

³ Segundo a estudiosa de Gramsci, em sentido amplo, política não está restringida somente ao Estado ou ainda à governados e governantes. É tratada como o momento em que há a possibilidade dos homens ultrapassarem os determinismos econômicos, alterando de tal forma que permita sua liberdade trazendo benefícios que possibilitem sua ascensão enquanto sujeito de direitos (JACINTO, 2017).

haveria organização do poder moderado somente com o uso da força. É um conjunto de atividades culturais e ideológicas [...] de que são protagonistas os intelectuais [...] que organiza o consenso e permite o desenvolvimento da direção moderada. É precisamente a ideia de hegemonia assim entendida que distingue radicalmente Gramsci de toda forma de mecanicismo na interpretação do decurso histórico e de qualquer visão redutiva ou autoritária da função das velhas ou novas classes dirigentes e passam a exercer uma dominação destinada à decadência e ao colapso. Deste modo Gramsci afasta-se de qualquer concepção do tipo tirânico da expressão “ditadura do proletariado”. O conceito de hegemonia em Gramsci [...] foi frequentemente combatido como se pretende-se expressar a ideia de uma ditadura de partido. Mas essa visão não corresponde de modo nenhum à tese gramsciana: ao contrário, nega e contradiz esta tese. (TORTORELLA, [20--]).

Segundo, Almeida (2011), hegemonia também pode ser representada pela soma de direção moral, política, cultural e intelectual junto à dominação. Ou seja, supremacia exercida através da concordância, da imposição e da concessão entre os seguintes sujeitos, blocos de classes, frações de classes e classes. Para este autor isso pode ocorrer de forma ativa representada pela por uma vontade coletiva, ou ainda, de forma passiva, através de apoio disperso ao grupo ou dirigente dominante.

A distinção de intelectual orgânico não está ligado diretamente à classe que um indivíduo está inserido. “A organicidade dos intelectuais defini-se pela consciência e pela prática com uma determinada classe, defini-se a partir da função e do vínculo que os mesmos mantêm com a classe que representam.” (JACINTO, 2017, p. 87).

Para Gramsci, intelectual é todo homem, mas só alguns assumem a função intelectual. O intelectual, no sentido gramsciano, é todo aquele que cumpre uma função organizadora na sociedade e é elaborado por uma classe em seu desenvolvimento histórico (desde um tecnólogo ou um administrador de empresas até um dirigente sindical ou partidário), sem esquecer os intelectuais tradicionais, como os membros do clero e da academia (instituições que precedem o modo capitalista de produção. (SECCO, [20--]).

O intelectual tradicional, para Simionatto (1999) é um conceito muito amplo e também utilizado a partir de uma perspectiva histórica e permite a análise de como eles se apresentam em diferentes configurações sociais e em blocos históricos. O intelectual orgânico trabalha para a formação de uma consciência crítica e formam uma relação orgânica com o grupo que se identificam:

Os intelectuais orgânicos atuam nos processos de formação de consciência crítica, ou seja, estabelecem uma relação orgânica com a classe que se identificam. É do contato e das observações das visões de

mundo, das experiências, das ações e comportamentos das classes subalternas que os intelectuais devem se alimentar para suas formulações teóricas e ações políticas. É firmada uma aliança entre o intelectual orgânico e a classe que representa, existe uma identidade de objetivos. (JACINTO, 2017, p. 87).

O Serviço Social é uma profissão que teve sua atuação reformulada inúmeras vezes visando renovação e qualificação da sua prática profissional. Suas estratégias educativas passaram por diferentes formas e interpretações, outro fator interessante é o perfil do profissional, fato que já foi apontado no princípio deste capítulo, mas diante da importância em qualificar as formas pedagógicas que fizeram parte da história da profissão e de como as alterações destas remeteram o profissional até ao absoluto apoio à classe trabalhadora. As diferentes formas de pedagogia foram:

Pedagogia da ajuda, fundamentada nos moldes iniciais da profissão, ou seja, modelo europeu e norte-americano, vinculada à classe dominante e com uma visão psicologizante, a culpabilização do indivíduo por sua condição material. Essa pedagogia também introduziu-se no contexto do acirramento da questão social a qual emergiu do embate capital x trabalho oportunizando ao assistente social a possibilidade de atuar sobre esta problemática, ainda numa vertente favorável ao capital (ABREU, 2011).

Pedagogia da participação, foi desenvolvida e consolidada na prática do profissional a partir das propostas de Desenvolvimento de Comunidade (DC). “Essas propostas são introduzidas e difundidas no continente latino-americano nos marcos das estratégias expansionistas do capitalismo monopolista [...]” (ABREU, 2011, p. 105), cunhada na hegemonia do poder econômico dos Estados Unidos.

[...] nesta análise sobre pedagogia da “participação”, o ponto de partida é que, sob a influência da ideologia desenvolvimentista modernizadora, a participação, como já assinalada [...] redimensiona-se para além de uma atitude inerente ao processo de “ajuda”, constituindo-se uma esfera pragmática da intervenção profissional nas relações sociais. Tais vetores [...] acentuam processos de subalternização das massas trabalhadoras pauperizadas e de controle sobre as mesmas pelo capital [...]. (ABREU, 2011, p. 106-107).

A pedagogia da participação representou uma forma autoritária e persuasiva da qual se valeu o capitalismo para continuar a exercer o controle sobre a classe trabalhadora. O capitalismo e sua expansão com bases liberais reproduziu-se

através do seu princípio educativo em uma ação que atingiu a toda população usuária das políticas sociais alienando cada vez mais os cidadãos (LIGABUE, 2016).

A pedagogia da emancipação ou pedagogia emancipatória tem destaque no final da década de 1970, no bojo da crise do Serviço Social e que foi configurada no momento “[...] da negação das bases conservadoras do Serviço Social, e se caracteriza pelo vínculo profissional à perspectiva histórica das classes subalternas e à sua luta pela construção de uma sociedade alternativa ao capitalismo.” (DURIGUETTO; BALDI, 2012, p. 196).

Os elementos constitutivos desta pedagogia viriam das experiências das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) daquele momento, que, enraizadas nas práticas cotidianas das camadas populares, politizavam-nas e encorajavam-nas à auto-organização, realizando uma formação política através do debate crítico sobre as contradições sociais em meio a um processo de luta por melhorias de condições de vida e de contestação à ordem estabelecida. (DURIGUETTO; BALDI, 2012, p. 196).

Há de se destacar devidamente o termo emancipação e qual o sentido dessa ação na história da profissão, conforme foi descrito acima, e qual a sua real finalidade em tempos que predominam o interesse do capitalismo. Para tanto, recorre-se às reflexões de Tonet (2015).

[...] Coerente com a constatação de que o trabalho é a categoria fundante do mundo social, Marx afirma que assim como a **emancipação política** tem como fundamento um ato de trabalho – o trabalho assalariado – a **emancipação humana** tem como seu fundamento outra forma de trabalho, o trabalho associado. Este se caracteriza por ser uma forma de trabalho livre, consciente, coletiva e universal. E, por sua natureza, elimina, pela raiz, toda forma de exploração e opressão do homem pelo homem, possibilitando a todos os indivíduos serem plenamente livres e realizarem, da forma mais ampla possível, as suas potencialidades. (TONET, 2015, p. 282, grifo nosso).

Cabe destacar que a pedagogia da emancipação é uma tentativa árdua da profissão para uma sociedade diferente ao da capitalista, mas, ainda é uma tentativa não efetivada, pois não houve a superação do capitalismo. Desta forma a atuação do profissional vai ao encontro das reais necessidades da classe trabalhadora e o profissional de Serviço Social tem procurado constantemente o fortalecimento da profissão para que esta não volte a ser um mero reproduzidor do capitalismo, ainda que essa realidade está fortemente presente na atualidade, e trabalho educativo tem trazido cada vez mais resultados significativos.

A contribuição para o processo de conscientização realizado pelos assistentes sociais desde então tem uma importante função educativa, pois através desta há o fortalecimento e resistência da classe trabalhadora os tornando protagonistas de suas histórias. Em seu projeto ético, político e profissional, o assistente social:

[...] concretiza-se fundamentalmente, através de estabelecimento de novas relações pedagógicas entre o assistente social e os usuários de seus serviços. Relações estas favorecedoras de um processo de participação dos sujeitos envolvidos, numa dupla dimensão: de conhecimento crítico sobre a realidade e recursos institucionais tendo em vista a construção de estratégias coletivas em atendimento as necessidades e interesses das classes subalternas; de mobilização desses sujeitos; instrumentalização de suas lutas e manifestações coletivas na perspectiva do fortalecimento e avanço das referidas classes como classe hegemônica. (CARDOSO; MACIEL, 2000, p. 144 apud GIAQUETO, 2015, p. 24).

O assistente social é um intelectual que desempenha um importante papel na sociedade, pois a profissão se representa como um produto histórico e o seu significado teve em diferentes momentos, relativa relevância, seja em seu início caritativo atendendo os ideários da igreja, seja na execução de práticas fragmentadas no interesse do capital, seja nos dias atuais onde sua postura profissional se mostra assumidamente ao lado da classe trabalhadora. Assumindo assim um papel de intelectual que se coloca disseminando conhecimento para fortalecer a classe trabalhadora.

O assistente social, ao trabalhar com grupos e classes sociais se coloca como facilitador das transformações sociais. A dimensão de sua prática é o coletivo, a classe social, especialmente as classes populares, com as quais deve construir alianças significativas. (GIAQUETO, 2015, p. 22).

Importante ressaltar que até assumir seu compromisso ao lado da classe trabalhadora, muitas direções tomaram o trabalho do profissional. O que pode ser visto no presente trabalho ao referenciar as décadas anteriores ainda no século XX, mostrando que o assistente social assume o papel de intelectual ao operar ao lado da classe ora burguesa ora operária, nesse sentido:

Durante muitos séculos, toda a assistência social realizou-se através de instituições criadas pela Igreja, no capitalismo moderno, ao contrário, essa assistência deixa de ser um instrumento de distribuição da caridade privada, transformando se numa institucionalizada e legitimada pelo Estado e pelo poder dominante [...]. (SIMIONATTO, 1999, p. 208).

Desta forma, cabe ressaltar que todo e qualquer espaço de atuação para o profissional assistente social é um lócus a se valer do trabalho socioeducativo. Esse trabalho, tão importante à profissão se mostra ainda mais valoroso ao ser trabalhado por profissionais críticos que buscam através de sua utilização complementar e fortalecer todos os aparatos que tornam possível a concretização de efetivação de direitos e fortalecimento da classe trabalhadora. E, mais importante do que trabalhar essa importante dimensão educativa, é trazer às classes populares o sentimento de exigir, de se reconhecer como parte fundamental da sociedade no enfrentamento aos desmandos do capital que em todos os momentos da história busca expropriar a classe trabalhadora de seus direitos duramente adquiridos.

A atividade profissional do assistente social obedecendo ao regido pelo código de ética profissional e o proposto pelo projeto ético político da categoria tem grandes potencialidades junto à população por intermédio da sua prática interventiva. Exerce sua atividade profissional em diversas áreas sócio-ocupacionais com diferentes segmentos populacionais e tem através do trabalho socioeducativo uma forma de intervenção e aplicação da educação ambiental.

O trabalho socioeducativo tem sido utilizado tanto na abordagem individual, na abordagem grupal. Bem como no reconhecimento do território. Sob essa perspectiva não há atuação preestabelecida, ou seja, a ação profissional é construída e reconstruída cotidianamente [...]. O trabalho socioeducativo demarca, na relação assistente social – usuário, a ultrapassagem da visão de problema individual para demandas de atendimento, ou seja, amplia-se a visão, articulando-se os problemas apresentados pelo usuário, a realidade e os limites da organização onde o assistente social presta serviço. (TORRES, 2009, p. 221).

Trabalhar a dimensão educativa nos dias de hoje representa a certeza de uma teoria que ganhou corpo, com o aperfeiçoamento teórico e metodológico que o profissional adquiriu ao longo do tempo, permitindo ao assistente social um diálogo mais próximo dos usuários de seus serviços, pois através dela será possível dialogar com a população por meio da educação popular⁴ que para Pinto (1993, p. 41) é compreendida como “[...] conjunto, socialmente determinado, de atividades que

⁴ Segundo Paula (2009) a Educação Popular surgiu no Brasil na década de 1920 com o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. Nesse manifesto, intelectuais brasileiros propagavam uma educação popular para todos, entretanto, somente na década de 1960 com o processo de urbanização e industrialização que a nação brasileira começa a preocupação com essa questão, pois o alto nível de analfabetos comprometia a necessidade de mão-de-obra qualificada para o trabalho.

visam transformar as representações sociais (conhecimento, valores, sentimentos) com o objetivo de mudar a conduta social [...].”

Nessa perspectiva as ações exercidas pelo profissional devem ser contínuas para o fortalecimento não somente da profissão, mas também da classe trabalhadora e fazer um contraponto ao imenso poder que o atual estágio capitalista tem exercido sobre a sociedade causando perdas e criando exércitos de miseráveis, entre tantas profissões que trabalham em rota de colisão com os desmandos do capitalismo, talvez a de Serviço Social seja a que tenha mais condições de contribuir para o fortalecimento contínuo das camadas populares.

**CAPÍTULO 3 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM AÇÕES
SOCIOAMBIENTAIS NA CIDADE DE BARRETOS-SP**

3.1 A construção metodológica

Essa pesquisa tem como objeto de estudo o trabalho do assistente social na cidade de Barretos-SP executando ações de caráter socioambiental em seu cotidiano de trabalho.

A busca pelo conhecimento pode levar o pesquisador a conhecer um número imenso de realidades vivenciado por cada indivíduo de uma sociedade. Destarte, para que esse conhecimento seja interpretado de forma coerente é necessário clareza de ideias, é necessário estudo aprofundado, é necessário **metodologia**.

Metodologia é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. A finalidade da ciência é tratar a realidade teórica e praticamente. Para atingirmos tal finalidade, colocam-se vários caminhos. (DEMO, 1985, p. 19).

A descoberta da realidade não se dá de forma espontânea, é necessário investigação, numa busca que vá além do visível. Para tanto a pesquisa é a atividade essencial para descortinar a realidade, uma vez que esta não pode ser desvendada apenas observando sua superfície (DEMO, 1985).

Pesquisa é a atividade científica pela qual descobrimos a realidade. Partimos do pressuposto de que a realidade não se desvenda na superfície. Não é o que aparenta à primeira vista. Ademais, nossos esquemas explicativos nunca esgotam a realidade, porque esta é mais exuberante que aqueles. A partir daí, imaginamos que sempre existe o que descobrir na realidade, equivalendo isto a aceitar que a pesquisa é um processo interminável, intrinsecamente processual. É: um fenômeno de aproximações sucessivas e nunca esgotado, não uma situação definitiva, diante da qual já não haveria o que descobrir. (DEMO, 1985, p. 23).

A definição de pesquisa como atividade básica da ciência também encontra eco nas reflexões de Minayo (2016a, p. 16):

Entendemos por pesquisa a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento a ação. [...] As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas.

O pesquisador que sabe o que deseja pesquisar busca na metodologia o caminho, a essência para atingir o seu alvo de estudo e assim fazer ciência, produzir conhecimento, e que este conhecimento possa útil e contribuir na intervenção dos problemas sociais de forma crítica e consistente, ou ainda:

Pesquisa pode significar condição de consciência crítica e cabe como componente necessário de toda proposta emancipatória. Para não ser mero objeto de pressões alheias, é “mister” encarar a realidade com espírito crítico, tornando-a palco de possível construção social alternativa [...]. É preciso “construir a necessidade de construir novos caminhos”, não receitas que tendem a destruir o desafio da construção. (DEMO, 1997, p. 10 apud LARA, 2007, p. 76).

O interesse do pesquisador por um determinado tema surge muitas vezes por uma inquietação que o remete à busca do conhecimento. Os caminhos a serem percorridos “[...] estão, portanto, relacionados aos interesses do pesquisador [...]. É fruto da inserção do pesquisador no real que, dado a sua complexidade, instiga a busca, [...] a possibilidade de recriação.” (BOURGUINON, 2005, p. 2).

Objetivando conhecer o trabalho desenvolvido pelos profissionais de Serviço Social, a matriz teórica deve contemplar a realidade, o movimento do real, a certeza da mudança. O **materialismo histórico dialético** é o aprimoramento de duas formas de materialismo, o dialético e o histórico, ambos com significados fundamentais para pesquisadores.

O materialismo dialético é a base filosófica do marxismo e como tal realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento. Por um lado, o materialismo dialético tem uma longa tradição na filosofia materialista e, por outro, que é antiga concepção na evolução das idéias, baseia-se numa interpretação dialética do mundo. [...] Mas o materialismo dialético não só tem como base de seus princípios a matéria, a dialética e a prática social, mas também aspira ser a teoria orientadora da revolução do proletariado. O materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da sua humanidade. O materialismo histórico significou uma mudança fundamental na interpretação dos fenômenos sociais que, até o nascimento do marxismo, se apoiava em concepções idealistas da sociedade humana. (TRIVIÑOS, 1987, p. 51).

O materialismo histórico dialético surgiu da necessidade de um pensamento que aferisse a realidade de um modo diferente, que levasse em conta o movimento do pensamento e também através da materialidade histórica da vida dos homens na

sociedade, ou seja, trata-se de conhecer, através do pensamento em movimento, as leis fundamentais que determinam a forma organizativa dos homens em sociedade através da história. Considera-se, portanto, o materialismo histórico e dialético como o método mais apropriado para a crítica e elaboração de trabalhos ou pesquisas comprometidas com a prática social e a transformação da realidade em favor da verdadeira cidadania.

O passo inicial para a construção dessa investigação se deu através da **pesquisa bibliográfica** que consiste em material já publicado, feita a partir do levantamento de referências teóricas já utilizadas, de um registro já disponível utilizando também dados ou categorias teóricas devidamente publicadas por outros autores permitindo ao pesquisador trabalhar a partir da contribuição de terceiros (SEVERINO, 2016, p. 131).

Foram utilizados nesta modalidade, livros, legislações, produções acadêmicas, artigos científicos relacionados ao tema trabalho, legislações referentes ao meio ambiente e sobre a dimensão educativa do trabalho social do assistente social.

O pesquisador buscou nas obras de Marx, Mészáros, Yamamoto, Carvalho, Paulo Netto, Torres, Simionato, Martinelli, Gramsci e Silva conteúdo para dissertar sobre a profissão de Serviço Social. Para apreensão e discussão sobre Educação Ambiental, (EA) e a questão socioambiental serão utilizados a Lei n. 9.795/99 de que trata a política nacional de educação ambiental e outras correlatas, a Carta Encíclica Laudato Si, sobre o cuidado da casa comum, por se tratar de uma importante intervenção da Igreja na sociedade capitalista, além de autores cuja presença é obrigatória quando se trata de se discutir sustentabilidade e a questão socioambiental, entre eles, Jacob, Layrargues, Leff, Oliveira, Naline e Maria das Graças e Silva.

O estudo sobre as temáticas acima descritas propiciou base para reflexões acerca das temáticas desejadas. Nesse caminho deu-se início a investigação no campo através de **pesquisa de campo** que se constituiu por um recorte espacial a respeito da área abrangida.

No campo, eles fazem parte de uma relação de intersubjetividade, de uma interação social com o pesquisador, daí resultando num produto compreensivo que não é a realidade concreta e sim uma descoberta construída com todas as disposições em mãos do investigador [...]. (MINAYO, 2016b, p. 57).

Para Gil (2007, p. 72), pesquisa de campo realizada na própria realidade é encontrada em um único indivíduo ou comunidade é considerada mais flexível, pois seu intento pode ser elaborado enquanto estiver ocorrendo à pesquisa, pouca interrogação e mais observação, fato semelhante às ideias de Severino (2016, p. 131-132), “[...] o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta de dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados sem intervenção e manuseio do pesquisador [...]”.

Assim, a pesquisa de campo possibilitou o pesquisador a definir o **universo da pesquisa**, localizado na cidade de Barretos/SP, e ficou compreendida por todas as organizações públicas e privadas na cidade de Barretos que estão desenvolvendo ações ligadas à questão socioambiental e à Educação Ambiental e que tenham em seu quadro, assistentes sociais.

O desenvolvimento da investigação ocorreu por meio de vários contatos formais e informais e foram realizados em diversas organizações dessa cidade para a compreensão da realidade socioambiental e as intervenções do Serviço Social no âmbito da questão socioambiental e educação ambiental.

Essa investigação utilizou uma **abordagem qualitativa** de pesquisa, pois, como coloca Minayo (2016a, p. 20), a pesquisa qualitativa lida com questões particulares da pesquisa, analisa seus estudos captando seu significado e sua intencionalidade de forma ampla. Criando-se assim uma relação dinâmica envolvendo o pesquisador e o pesquisado que permanecerá em toda a etapa da pesquisa. “Esta relação viva e participante é indispensável para apreender os vínculos entre pessoas e os objetivos, e os significados que são construídos pelos sujeitos.” (CHIZZOTTI, 2001, p. 83-84).

A trajetória investigativa no campo deu-se a partir do **processo de apreensão ou coleta de dados** que consoante Barros e Lehfeld (2000, p. 89), “[...] coleta de dados significa a fase da pesquisa em que se indaga e se obtém dados da realidade pela aplicação de técnicas.” Os seguintes instrumentos: entrevistas semiestruturadas, contatos informais, através de telefone e e-mail, pois permitem ao pesquisador amplo contato às profissionais sujeitas da pesquisa.

Com relação às entrevistas, optou-se pela **semiestruturada**, pela possibilidade de combinar perguntas abertas e fechadas e por colaborar na investigação de vários aspectos, afetivos, valorativos permitindo conhecer comportamentos, atitudes trazendo espontaneidade à entrevista (BONI;

QUARESMA, 2005, p. 75). Nesse sentido houve a elaboração de um roteiro para nortear a entrevista. Esse roteiro foi construído visando garantir a identificação dos participantes e também para possibilitar a apreensão da realidade vivenciada pelos entrevistados. Foram perguntas mistas que combinam questões abertas e fechadas cujo intento é dar maior autonomia aos participantes da entrevistada.

Também houve o cuidado de preparar um **termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)**, para os sujeitos participantes da pesquisa, em consonância com os princípios éticos que foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UNESP/FCHS) – Câmpus de Franca/SP. Vale destacar a importância da pesquisa e a necessidade de obedecer a resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, e legislação complementar por se tratar de uma pesquisa que envolve seres humanos, daí o importante contexto de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Toda a pesquisa foi embasada pelo Código de Ética do Assistente Social e pelos princípios contidos no projeto ético-político da profissão cujo conteúdo reflete a atuação da profissão em Serviço Social em defesa da liberdade, cidadania, democracia, equidade, justiça social, pluralismo entre outros.

O pesquisador, após a autorização dos participantes, utilizou um gravador de voz, devido à grande quantidade de informações coletadas. A utilização do gravador na pesquisa, quando autorizada pelos participantes, é “[...] um recurso para obtenção de dados, largamente utilizado em pesquisas nas mais variadas áreas do conhecimento, e em especial, nas ciências sociais humanas e sociais.” (DALBÉRIO, 2006, p. 89). Após a aplicação da entrevista houve a transcrição integral das respostas dadas pelas assistentes sociais pelo pesquisador.

A análise dos dados coletados e apreendidos pelo pesquisador possibilitou descobrir o que está por trás dos conteúdos, buscando o significado do que é informado. Assim, foi possível a interpretação mais acurada dos dados levantados sobre o objeto de estudo. Nessa investigação a análise e interpretação dos dados foram utilizadas como forma metodológica de pesquisa possibilitando a construção do conhecimento.

Pretende-se, após a defesa da dissertação, socializar os resultados obtidos junto aos sujeitos participantes, por meio de cópias desse trabalho, se caracterizando como uma “devolutiva”, em resposta ao tempo concedido, ao conhecimento e a dedicação disponibilizadas pelos profissionais. Pois, essas ações

confirmam a importância do estudo, da pesquisa e todo o caminho percorrido para a produção do conhecimento. A busca pelo conhecimento não cessa nesta produção uma vez que o tema trabalho profissional é muito amplo e impossível de ser totalmente contemplado em uma única produção acadêmica.

3.1.1 Processo de apreensão dos dados

Para o desenvolvimento dessa investigação vários contatos, formais e informais, foram realizados em diversas organizações da cidade de Barretos para a compreensão da realidade socioambiental e as intervenções do Serviço Social no âmbito da educação ambiental. O primeiro passo foi definir o universo do estudo.

O universo da pesquisa segundo Gil (2007, p. 101) é um conjunto de informações que adiciona características determinadas pelo estudo. Assim, o universo dessa investigação está compreendido por todas as organizações públicas e privadas, na cidade de Barretos, que estão desenvolvendo ações ligadas às questões socioambientais e à Educação Ambiental.

Para a definição do universo foi necessário identificar as organizações governamentais, ONG's e empresas da cidade de Barretos que estão envolvidas em ações socioambientais desenvolvidas por assistentes sociais. Assim, buscou-se pela agência física da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), onde constatou-se não existir trabalho no município neste segmento por este órgão, como também nenhum referenciamento de outros equipamentos.

Na tentativa de realizar o levantamento de todos os locais que desenvolvessem intervenções socioambientais, através da educação ambiental, optou-se por buscar dados nos órgãos: IBGE e Receita Federal. Junto ao sítio virtual do IBGE encontrou-se a relação completa das organizações da cidade, e o contato junto à Receita Federal de Barretos, para o acesso de documentos resultou em algumas dificuldades, nesse sentido, houve a intenção de restringir os contatos somente com o site do IBGE.

Esse órgão de pesquisa trouxe uma relação diversa e numerosa que, diante do escasso tempo para a realização dessa pesquisa optou-se por fazer uma busca através da Secretaria Municipal do Meio Ambiente da cidade de Barretos, considerando que esse órgão deveria estar na coordenação de ações

socioambientais. Desta forma, iniciaram novas buscas por intermédio dessa secretaria municipal.

Dando continuidade ao desenvolvimento da pesquisa contactou-se com a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente (SMAM) da cidade de Barretos, onde o pesquisador foi convidado a comparecer ao Núcleo de Educação Ambiental (NEA), este local foi inaugurado em 18 de dezembro de 2012 com a finalidade de ser referência em educação ambiental.

Em suas atividades promove inúmeras ações educativas, teórico e práticas visando à melhoria do ensino básico e sensibilização da sociedade formando agentes multiplicadores para a disseminação das políticas ambientais que fundamentam uma nova cultura, a da sustentabilidade visando alternativas para a melhoria da qualidade ambiental. O quadro de funcionários da SMAM é composto por quatro (4) biólogos, dois (2) engenheiros agrônomos, três (3) fiscais ambientais, três (3) encarregados com vasta experiência em reflorestamento e por fim dois (2) educadores ambientais.

Fato relevante é que nessas ações desenvolvidas por essa secretaria municipal há o envolvimento e parceria de diferentes atores sociais e formas de organizações, como Organizações Empresariais: frigoríficos e fábrica de embalagens plásticas, Associação Cultural de grande renome no cenário nacional relacionado a rodeios, escolas municipais e um professor militante na área de Educação Ambiental.

Em continuidade às buscas por organizações que atuam na questão socioambiental no município foi possível identificar outros órgãos públicos municipais da cidade como: Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Físico e Territorial, além de uma Organização Não-Governamental, Instituição sem fins lucrativos, situada na cidade de Barretos e devidamente cadastrada ao Conselho Municipal de Assistência Social.

Tendo em vista o objetivo geral dessa investigação, conhecer o trabalho do assistente social inserido na cidade de Barretos-SP executando ações de caráter socioambiental, houve uma perseguição junto a essas organizações para identificar a presença desse profissional.

QUADRO 3 - Busca ativa para a delimitação do universo da pesquisa

Descrição	Natureza Jurídica	Identificação	Quant.
Órgãos referências para delimitação do universo de pesquisa	Governamentais (Federal, Estadual e Municipais)	- Receita Federal - IBGE - SABESP - Prefeitura Municipal	4
Locais que desenvolvem ações socioambientais	Governamentais, Não Governamentais e Empresariais	- Governamental - Prefeitura Municipal: 1. Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente; 2. Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Físico e Territorial. - Não Governamental: 1. Clube os Independentes; 2. Associação Promocional da Família. - Empresarial: 1. Frigorífico Minerva 2. SR Embalagens	6
Organizações que desenvolvem ações socioambientais com o assistente social	Organização Governamental e Não Governamental	1. Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Físico e Territorial; 2. Associação Promocional da Família.	2

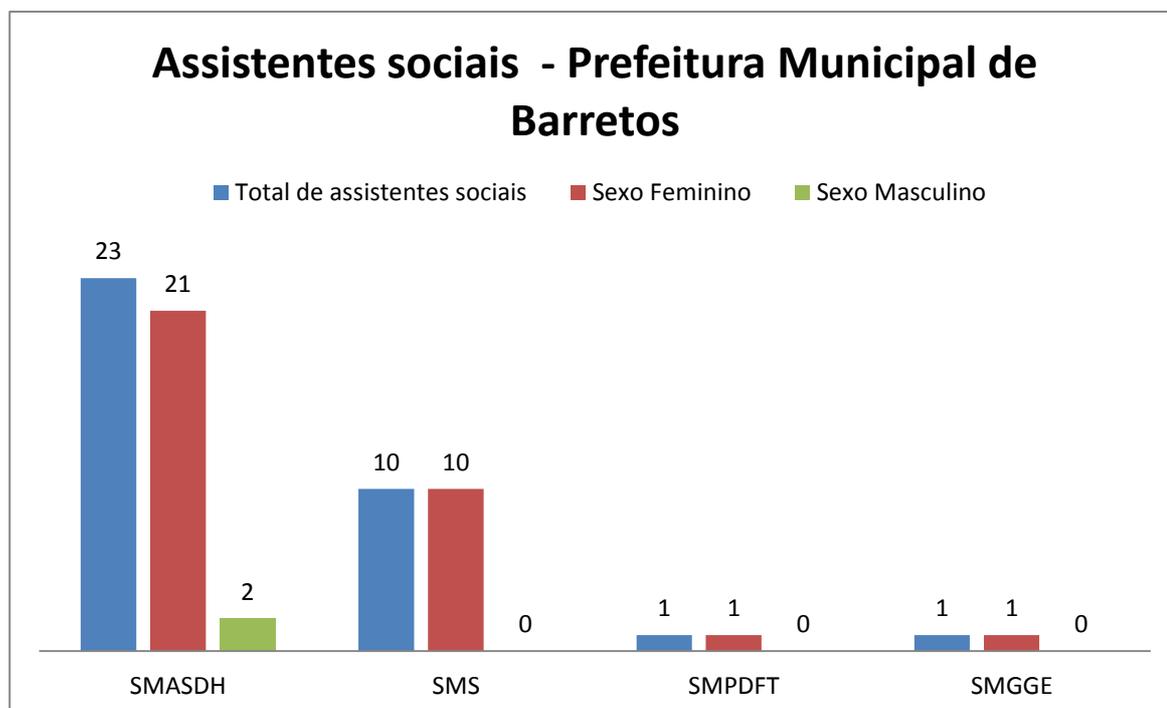
Fonte: Elaborado por Antonio Inácio da Silva (2017).

A busca por assistentes sociais nessas instituições revelou que apenas duas instituições possuem o profissional de Serviço Social em seu quadro fixo. Mas, também, acabou revelando outros profissionais que estão atuando na esfera socioambiental e contribuindo significativamente no avanço de ações educativas visando a sustentabilidade socioambiental. Permite também compreender a necessidade e importância do trabalho interdisciplinar na construção de novas intervenções no sentido de avançar no processo de transformação social e ambiental.

Diante do pequeno número de assistentes sociais encontrados nas organizações contatadas, houve uma insistência de novas buscas e, assim, buscou-se contatos com a prefeitura municipal de Barretos para identificar os assistentes sociais que trabalham nessa instituição pública. Segundo busca no sítio virtual, no

portal de gestão de pessoas da prefeitura municipal de Barretos, detectou-se que existem trinta e cinco (35) profissionais assistentes sociais concursados, sendo:

GRÁFICO 1 - Assistentes sociais da Prefeitura Municipal de Barretos: comparativo de locação e sexo



Fonte: Elaborado por Antonio Inácio da Silva (2018) a partir de (PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRETOS, 2018a).

Foram realizados contatos pessoais e/ou por telefones com todos eles e, desse total, encontrou-se apenas uma (1) que reconheceu desenvolver ações socioambientais. Essa profissional é a que está lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e de Desenvolvimento Físico e Territorial.

Desta forma, a amostra de pesquisa ficou composta por:

QUADRO 4 - Amostra da Pesquisa

Ord.	Organização	Natureza	Assistente Social
1	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Físico e Territorial	Organização Governamental	1
2	Associação Promocional da Família	Organização Não-Governamental	1

Fonte: Elaborado por Antonio Inácio da Silva (2018).

Ao término dos contatos no município de Barretos foi concluído que nesta cidade possui apenas duas organizações que desenvolvem ações na área socioambiental, por meio de intervenção do assistente social, sendo que uma é Organização Não Governamental (ONG) e outra se refere à Organização Governamental, junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Físico e Territorial. Representando, através destes espaços sócios - ocupacionais apenas duas profissionais assistentes sociais.

Os sujeitos ou participantes da investigação foram selecionados a partir das organizações identificadas por meio dos contatos realizados pessoalmente pelo pesquisador nas organizações mencionadas anteriormente.

Após a identificação dos participantes houve o envio de um pedido para a autorização da pesquisa com as profissionais e, após a concessão, foi iniciada a realização das entrevistas. O contato com as profissionais teve início no mês de junho no ano de 2017 e conseguindo finalizar apenas no mês de fevereiro de 2018.

3.2 Cenário da Pesquisa: o Município de Barretos-SP e as principais ações desenvolvidas no âmbito da questão socioambiental

Pretende-se contextualizar sob luz da perspectiva crítica-dialética a dinâmica socioambiental, sobretudo no contexto que se dará a pesquisa de campo, atrelando a importância de se refletir e ser propositivo em torno da realidade socioambiental na sociabilidade do consumo, intrinsecamente gerada pelo sistema capitalista.

Entendendo que “[...] talvez o maior desafio à manutenção do progresso do desenvolvimento humano venha da insustentabilidade dos padrões de produção e consumo.” (PNUD, 2010, p. 7).

O macro contexto da pesquisa de campo, apresentada pela realidade estadual é altamente avançada em comparações com outras regionais do país, no entanto, não esvaziadas de suas contradições socioambientais. O estado que concentra a maior economia e índice populacional dentre as outras unidades federativas, também é o estado brasileiro responsável pelo maior índice de poluição, ocupação industrial e de uso comercial (plantio e pastagem) tomando conta de espaços naturalmente deixados pelos ecossistemas, dentre outras vulnerabilidades socioambientais (SÃO PAULO, 2013, p. 17).

Dados da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA-SP) (2013), no contexto da compreensão de São Paulo ser o estado mais populoso e industrializado do Brasil, destaca os desafios em relação à “[...] qualidade do ar, poluição hídrica, o esgotamento das fontes de água para abastecimento da população metropolitana [...], erosão em terras agrícolas e a parcela remanescente (e ameaçada) de Mata Atlântica, entre outros fatores.” (SÃO PAULO, 2013, p. 15).

Dentre tantos desafios postos na dinâmica estadual, no que tange ao cenário socioambiental, destaca a SMA-SP, ainda, que o estado possui expressiva capacidade organizativa (pública, privada, associativa), tais quais tem suas pautas à preservação e ao uso sustentável da biodiversidade, fazendo “[...] do estado de São Paulo uma importante figura [...], no processo de transição para uma economia voltada ao uso sustentável dos recursos de que depende.” (SÃO PAULO, 2013, p. 15).

No entanto, alarga-se na compreensão e contextualização do cenário e suas leituras. Entende-se que a temática “sustentabilidade” não contempla o viés crítico aqui desenvolvido, não contemplando a crítica classista e radical que a questão socioambiental exige. Entendendo que o conceito de desenvolvimento sustentável:

[...] é aquele que permite reverter a dinâmica de uso dos recursos e dos serviços ambientais, equilibrando a velocidade de utilização e de recomposição dos ecossistemas; é a conjugação entre a sustentabilidade ambiental e social – faces do mesmo processo -, que apenas se realizarão quando o capitalismo for ultrapassado; e implica o respeito à natureza e à igualdade social. [...] faz-se necessária a superação de concepções que “ora confinam o debate ambiental à sua dimensão econômica e ecológica, ora negam a dimensão ambiental como parte da questão social”. (MOTA; SILVA, 2009, p. 46 apud FREITAS; NÉLSIS; NUNES, 2012, p. 46).

A grandeza de um Estado revela a riqueza da produtividade que este consegue produzir, seja por seu tamanho, por sua imponência geográfica e pela potência industrial e comercial, entretanto, o progresso e todas as suas manifestações escondem sutilmente aqueles que, através de seu trabalho, constroem essa grande metrópole. A cidade de São Paulo, juntamente às cidades adjacentes, caracteriza a grande concentração da riqueza do estado. Muito embora, exista a macrotrópole⁵ paulista, o estado conta com outras cidades que estão crescendo e,

⁵ “[...] macrometrópole, formada por 173 municípios, segundo a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano detém 20% do território do estado e 0,6% do país. Abriga 73% da população paulista, além de produzir cerca de 80% do PIB estadual e 27% do nacional (EMPLASA, 2012).” (SÃO PAULO, 2013, p. 17).

[...] se consolidando como importantes polos regionais. São cidades de porte grande ou médio espalhadas por todo território paulista, como Ribeirão Preto, Presidente Prudente, Bauru, São José do Rio Preto, Araçatuba, Marília, Araraquara, São Carlos, Barretos, entre outras. Municípios estrategicamente situados em locais dotados de boa infraestrutura de transportes e de tecnologia, o que possibilita o desenvolvimento e a conexão dos mesmos com outras regiões do Brasil. (SÃO PAULO, 2013, p. 17).

Observa-se que a lógica do desenvolvimento desses polos regionais não surge ao acaso, às mesmas estão para atender as estratégicas do mercado financeiro, servindo de rota aos interesses do capital.

A cidade Ribeirão Preto, um dos polos regionais do estado em destaque, apresenta aspectos interessantes de desenvolvimento e teve no café sua primeira atividade agrícola tornando-a reconhecida internacionalmente (RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO, [2012]). Mais tarde, com a crise de 1929, finda a fase cafeeira e dá início ao algodão e frutas, e, aos poucos, a cana-de-açúcar tornando-se a maior produtora nacional do nordeste paulista. O agronegócio também afirmou a cidade como grande produtora e geradora de empregos beneficiando não somente a cidade, mas também a região:

Dentro da história de Ribeirão Preto. A denominação “Califórnia Brasileira” à região surgiu na década de 80, no relato de um jornalista [...] enviado para uma reportagem especial sobre os efeitos da indústria do açúcar e do álcool na vida econômica dessas cidades. A região estava se transformando no maior centro produtor do mundo com mudanças marcantes na paisagem rural e urbana de Ribeirão Preto e suas vizinhas. (RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO, [2012]).

Afinal, os benefícios da produção gerada pelas indústrias trazem o crescimento e ampliação da população. Esse fato histórico sempre ocorre quando uma nação adere ao capitalismo e sua constante e incessante industrialização, mas a população tem somente benesses? A qualidade de vida melhora para todos? O emprego é pleno? Pois o que é produzido gera riqueza tamanha que transforma o próprio nome da cidade, numa “Califórnia brasileira”.

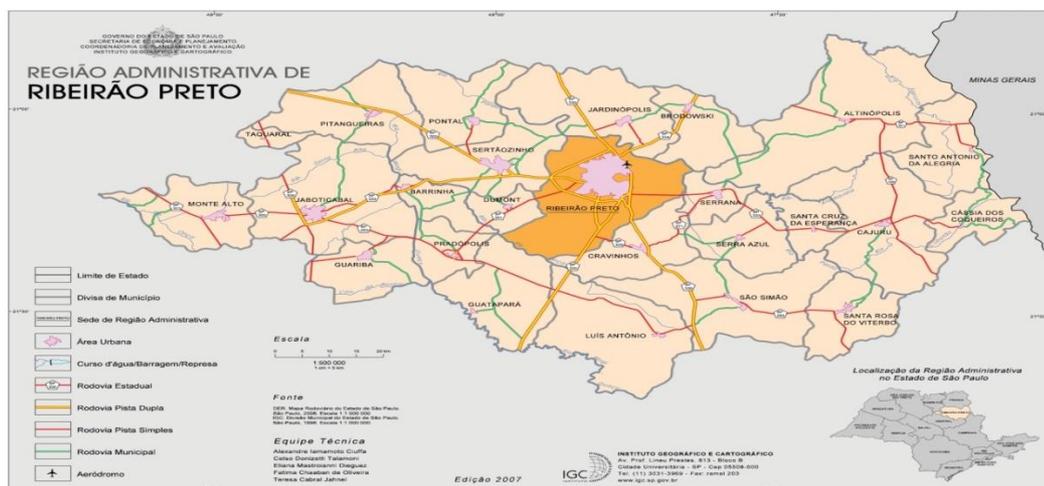
Fato concreto é que a industrialização trouxe à região o “mar verde”, uma linguagem usada para apelidar a cana-de-açúcar, realidade que vem sendo habitual no contexto estadual, que pode ser constatado nos dados a concentração de indústrias em determinadas regiões brasileiras, apontando que “[...] 41,7% das usinas produtoras de açúcar e álcool situam-se no Estado de São Paulo.” (SÃO PAULO, [2018]).

A cultura exaltada do agronegócio em relação à cana-de-açúcar, sobretudo, na macrorregião acima citada, também traz em seu bojo não somente desenvolvimento regional, mas quando medida suas conseqüências predatórias, desde sugar a energia do solo, e após a mecanização na forma de colheita, reduzir ou até mesmo findar milhares de empregos, situação essa que a região vivencia desde os anos de 2012, como nota-se em trecho de reportagem da Folha de S. Paulo a seguir:

Na região de Ribeirão Preto (313 km de São Paulo), onde os canaviais estão em terrenos mais planos, o representante regional da Única (União da Indústria de Cana-de-açúcar), Sergio Prado, afirmou que a mecanização já se aproxima de 90% nas 30 usinas associadas. No geral, a região tem 72% de sua área mecanizada. (CASTILHO, 2012).

A Região Administrativa (RA) de Ribeirão Preto contempla 25 municípios, está situada no nordeste do Estado de São Paulo e ocupa área “[...] correspondente a 3,7% do território paulista.” Dentre os municípios que compõem a RA, Ribeirão Preto é o maior polo habitacional, sendo reconhecida por sua especialização “em grande parte, no agronegócio [...] sucroalcooleiro é o principal indutor do desenvolvimento da economia regional [...]” (SEADE, 2008b, p. 138).

FIGURA 1 - Mapa da Região Administrativa de Ribeirão Preto-SP



Fonte: IGC ([2018]).

A erosão do solo e do desemprego manifestados pela indústria e suas formas de produção também seguem pelas trilhas da região, e bem próximo de

Ribeirão Preto, que hoje está abalada por escândalos políticos e econômicos, está a cidade de Barretos.

A RA de Barretos, localizada no estado de São Paulo, é composta pelas cidades: Altair, Barretos, Bebedouro, Cajobi, Colina, Colômbia, Guaira, Guaraci, Jaborandi, Embaúba, Monte Azul Paulista, Olímpia, Pirangi, Severínia, Taiacu, Taiúva, Terra Roxa, Viradouro e Vista Alegre do Alto (SEADE, 2008a, p. 23, Online).

FIGURA 2 - Mapa da Região Administrativa de Barretos-SP



Fonte: IGC ([2018]).

O cenário da pesquisa é a cidade de Barretos, interior do Estado de São Paulo, que possui segundo dados do IBGE (2018) cerca de 120.638 pessoas e uma área estimada de 1.566.161km.

Tem situação privilegiada no tratamento de esgoto, coleta 100% e trata 100% de todo o volume coletado em 6 estações de tratamento de esgoto (PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRETOS, 2017).

A cidade é mundialmente conhecida por promover a Festa do Peão de Boiadeiro que ocorre em agosto, mês de seu aniversário. Esse evento tem grande importância para a cidade, pois tem permitido o crescimento de setores ligados ao turismo além de garantir crescimento na produção de artigos country, todos esses reflexos trazidos pela Festa geram efeito multiplicador na geração de emprego e renda (ACIB, 2018).

A economia da cidade é baseada nas atividades ligadas a agropecuária, possui dois frigoríficos (Minerva e JBS), além do setor de comércio e serviços, ainda

segundo informações da Associação Comercial e Industrial de Barretos (ACIB), a cidade tem expandido seu parque industrial, com a criação de um polo tecnológico e investe maciçamente no desenvolvimento do turismo visando fortalecer geração de emprego e renda.

A cidade se beneficia diretamente, por meio da cultura da cana-de-açúcar, um dos principais destaques da agropecuária paulista, destacando-se dentre as “100 mil Unidades de Produção Agropecuária [...] e as maiores regiões produtoras são [...] Barretos, Orlandia e Ribeirão Preto.” (SÃO PAULO, [2018]).

Para melhor compreensão deste cenário, observa-se os dados a seguir:

TABELA 1 - Usinas na Região Administrativa de Barretos-SP.

Realidade Sucroalcooleira da R.A de Barretos-SP		
Cidade	Usina	Quantidade
Colina	Unidade São José – Grupo Tereos	1
Colômbia	Unidade Continental – Grupo Biosev	1
Guaira	Unidade Mandu – Grupo Tereos Unidade Colorado – Grupo Colorado Unidade Guaira – Grupo Guaira	3
Guaraci	Unidade Vertente – Grupo Tereos	1
Olimpia	Unidade Cruz Alta – Grupo Tereos	1
Severinia	Unidade Tereos – Grupo Tereos	1
6 Municípios		8 unidades

Fonte: Elaborado por Antonio Inácio da Silva (2018) a partir de (NOVACANA, [2018]).

O município tem, em se tratando de saúde pública, o Hospital de Câncer. Trata-se de uma instituição de saúde, sem fins lucrativos, é especializada na prevenção e no tratamento de câncer, tem reconhecimento no Brasil e no mundo como referência em vários aspectos de sua atuação; no campo da oncologia, em sua infraestrutura, limpeza e qualidade prestada no atendimento ao público. O nome foi alterado para Hospital do Amor (2018), esse fato ocorreu para tirar o peso da palavra câncer e homenagear os doadores da instituição.

E, no tocante ao meio ambiente, vale destacar algumas das principais ações socioambientais desenvolvidas na cidade. Em uma empresa de grande porte, do ramo de produção de alimentos, há um departamento ambiental cuja responsabilidade é de um engenheiro ambiental e as ações desta empresa estão relacionadas ao apoio à Secretaria do Meio Ambiente (SMAM) oferecendo mudas para o plantio na área urbana. Essa empresa desenvolve também várias ações pontuais ao longo do ano, principalmente na semana do meio ambiente.

A fábrica⁶ de sacolas plásticas também segue o mesmo roteiro, plantio de árvores e divulgações sobre proteção ambiental na semana do meio ambiente e tem como coordenador das ações uma engenheira ambiental.

Há ainda uma Associação Cultural, conhecida como clube “Os independentes”⁷, situado na cidade de Barretos que oferece um espaço chamado “Parque do Peãozinho” focado em ações ambientais. Neste espaço a SMAM promove ações durante o mês de agosto, na ocasião da festa do peão. Vale reiterar que a “Festa do Peão de Boiadeiro”, grande evento cultural e tradicional da cidade, com repercussão internacional, realiza ação específica cuja finalidade é reunir elementos de ações socioeducativas que promovem a defesa de bens, direitos sociais, coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente no período de sua realização festiva.

Outra importante contribuição foi dada por uma coordenadora de escola municipal cuja participação se dá para além dos muros da escola, durante a semana do Meio Ambiente, esta gestora cruza a cidade com seus alunos, voluntários e funcionários da escola ofertando e realizando o plantio de árvores. E, também, um professor aposentado extremamente atuante, pois faz da EA um caminho que ocupa grande parte de sua rotina diária, trabalhando com um grupo de escoteiros-mirins, realizando ações de EA, realizam coleta seletiva, convocam a sociedade constantemente para a limpeza de lagos e rios além de se apresentarem no Parque do Peãozinho divulgando a importância da preservação do meio ambiente.

3.3 Caracterização das organizações e participantes/sujeitos da pesquisa

A cidade de Barretos possui uma considerável quantidade de instituições que trabalham a questão socioambiental. Entender que a questão socioambiental pode ser considerada uma junção do meio ambiente com a sociedade, considerando que o mesmo problema que afeta uma esfera atinge também a outra, pode-se então afirmar em definitivo que é um problema de interesse coletivo.

Neste sentido, a caracterização das organizações escolhidas para a pesquisa representam importantes espaços de acesso e transformações, seja na busca por

⁶ A fábrica de sacolas é uma empresa localizada na cidade de Barretos, fabrica e revenda vários produtos derivados de plástico, denominada SR Embalagens.

⁷ Clube “Os Independentes”: trata-se de uma organização não-governamental sem fins lucrativos que agrega valores culturais e históricos da cidade e que realiza a Festa do Peão de Boiadeiro em Barretos que é reconhecida mundialmente.

algum direito social, ou ainda, seja por construir ações que devam ser legalmente construídas e executadas. As duas instituições têm representações distintas, uma ONG e uma Secretaria, ambas no município de Barretos, e possuem em seu quadro assistentes sociais que trabalham a temática socioambiental. Esse importante fator foi o motivo pelo qual as duas instituições foram escolhidas para a pesquisa.

3.3.1 A Associação Promocional da Família:

FIGURA 3 - Fachada da Associação Promocional da Família



Fonte: Foto tirada por Antonio Inácio da Silva (2018).

A Associação Promocional da Família⁸ é uma organização privada de finalidade pública, sem fins lucrativos. Iniciou suas intervenções comunitárias no ano de 1987 com indivíduos que vivenciavam situações de vulnerabilidade social decorrentes à drogadicção com algum de seus membros familiares.

Devido à experiência profissional de sua idealizadora estar ligada à área da saúde mental, observou-se que muitos dependentes químicos tiveram o primeiro contato com a substância psicoativa⁹ ainda na primeira infância, sobretudo em relação ao álcool. Diante desta realidade, surgiu a motivação de ampliar o alcance das ações interventivas, realizando a partir daí o trabalho educativo, de cunho preventivo, na comunidade.

⁸ Construído a partir de (SILVA, A. I. et al., 2017, p. 6-7).

⁹ “[...] são aquelas utilizadas para produzir alterações nas sensações, no grau de consciência ou no estado emocional, de forma intencional ou não.” (SILVEIRA; SILVEIRA, [2017], p. 4).

Em 1993 constitui-se pessoa jurídica, onde classifica-se enquanto uma Organização Não Governamental Sem Fins Lucrativos, vinculando seu ramo de atividade no âmbito da Política de Assistência Social.

A instituição executa, dentro da Proteção Social Básica (PSB), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), de acordo com o seu reordenamento¹⁰ que tem por finalidade complementar o Trabalho Social com Famílias (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF) (MDS, 2012). O objetivo do SCFV (MDS, 2017), é de prevenir a ocorrência de situações de risco e vulnerabilidades sociais, fortalecer relações familiares e comunitárias, fomentar a integração e troca de experiências entre individuais, no sentido da valorização da vida coletiva.

A Instituição utiliza-se de oficinas (Panificação e Culinária; Violão; Teclado; Canto; Artesanatos “bordados”, “patchwork” e “**socioambiental**”; Dança de Salão; Hip-Hop; Inclusão Digital; Cultura e Recreação e etc.) e encontros socioeducativos, como recurso facilitador e estratégico para atingir seu público alvo (Crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, dentre esses, pessoas em cumprimento de penas e medidas judiciais alternativas), e atuar em bairro de alta vulnerabilidade social.

Em 30 anos de intervenção social a instituição mantém trabalho permanente de orientação e prevenção de situações de risco e vulnerabilidade social, envolvendo a comunidade e formado lideranças.

3.3.2 A Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Físico Territorial da Cidade de Barretos-SP

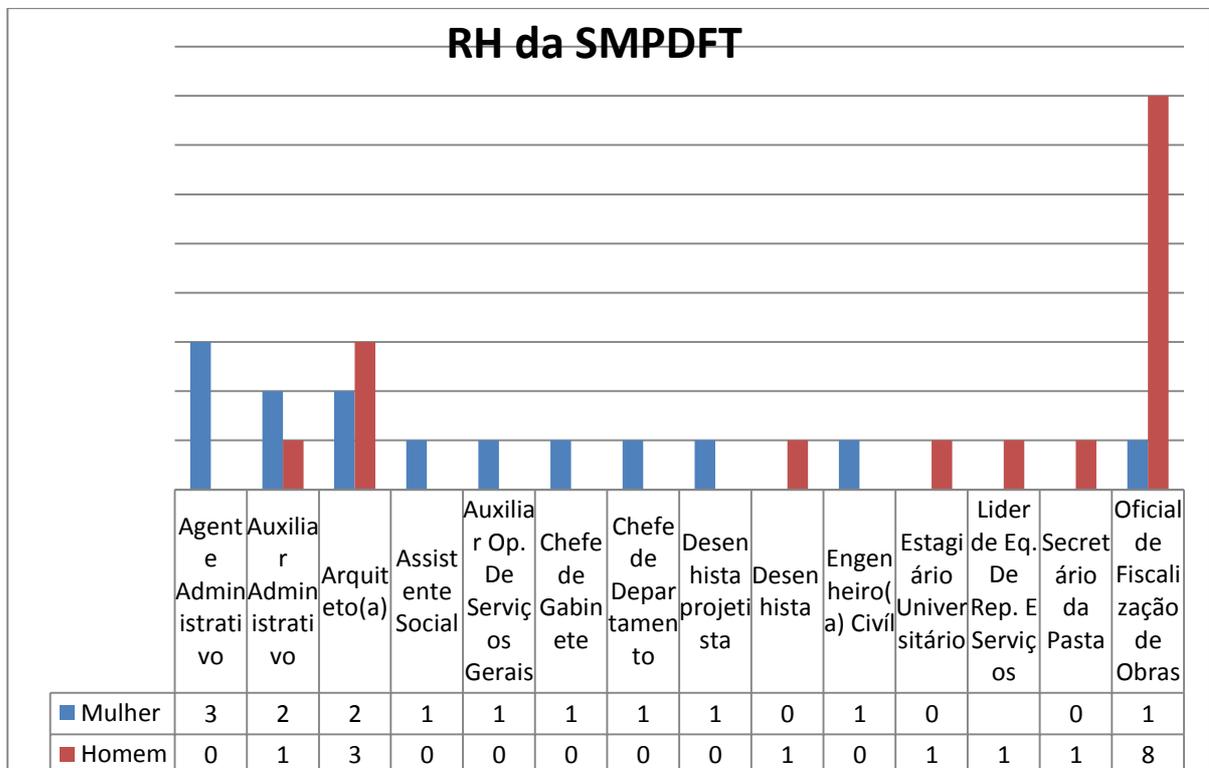
A Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Físico Territorial de Barretos-SP está locada, juntamente com outros departamentos e secretarias, no paço da Prefeitura Municipal de Barretos-SP.

¹⁰ “Mas, afinal o que é o Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos? Por Reordenamento entende-se a unificação das regras para a oferta qualificada do SCFV, que visa equalizar/uniformizar a oferta, unificar a lógica de cofinanciamento federal, possibilitar o planejamento da oferta de acordo com a demanda local, garantir serviços continuados, potencializar a inclusão dos usuários identificados nas situações prioritárias e facilitar a execução do SCFV, otimizando os recursos humanos, materiais e financeiros.” (MDS, 2013, p. 1).

FIGURA 4 - Fachada da Prefeitura Municipal de Barretos-SP

Fonte: Prefeitura Municipal de Barretos (2018c).

A prefeitura municipal conta com 25 secretarias de governo, sendo que a de Planejamento e Desenvolvimento Físico Territorial conta com uma equipe de 29 pessoas, contemplando os mais diversos profissionais.

GRÁFICO 2 - Recursos Humanos Municipal locado na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Físico Territorial de Barretos-SP

Fonte: Elaborado por Antonio Inácio da Silva (2018) a partir de (PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRETOS, 2018a).

Em suas atividades desenvolve importante trabalho cujas ações estão descritas a seguir:

- Planejar, projetar e promover medidas e intervenções voltadas ao desenvolvimento e ao crescimento da cidade;
- Viabilizar estudos voltados à identificação de eixos de desenvolvimento urbano;
- Avaliar projetos de implantação e ampliação de loteamentos e intervenções urbanas como construção e reforma de praças, ruas e outros logradouros públicos. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRETOS, 2018b).

3.3.3 Os participantes/sujeitos da pesquisa

A busca por assistentes sociais que desenvolvem ações de caráter socioambiental na cidade de Barretos levou o pesquisador a duas organizações na cidade e conforme caracterizados anteriormente representados por uma ONG e pela Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Físico e Territorial.

Desse modo foram identificadas duas assistentes sociais que desenvolvem em seu trabalho ações de caráter socioambiental.

QUADRO 5 - Identificação e caracterização dos participantes/sujeitos da pesquisa

INFORMAÇÃO	PARTICIPANTE – França	PARTICIPANTE - Itália
Sexo	Feminino	Feminino
Idade	35 anos	27 anos
Graduação Pública ou Privada?	Fundação (Privada)	Fundação (Privada)
Modalidade Presencial ou EAD?	Presencial	Presencial
Pós-Graduação? Qual?	Não	Sim, Especialização em: “Educação em e para os Direitos Humanos na Diversidade Cultural” e Mestrado Acadêmico em Serviço Social em andamento
Tempo de atuação profissional?	10 anos	5 anos

INFORMAÇÃO	PARTICIPANTE – França	PARTICIPANTE - Itália
Vínculo Trabalhista?	Estatutária	Prestadora de Serviços
Carga Horária desempenhada	40	30
Teve contato na Graduação com a temática socioambiental?	Não	Sim

Fonte: Elaborado por Antonio Inácio da Silva (2018).

De acordo com o quadro acima os participantes são do sexo feminino e em conformidade com o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) que procede no sigilo dos sujeitos envolvidos na pesquisa durante a análise das entrevistas seus nomes serão fictícios cuja denominação será representada por dois importantes países participantes em questões socioambientais mundiais, França e Itália. A primeira por ter fortalecido sua parceria com o Brasil em prol do desenvolvimento sustentável, a segunda por ser reconhecida durante o evento Rio+20, como embaixada verde, por ter 600 metros de painéis fotovoltaicos valorizando a energia limpa.

França tem 35 anos de idade, teve formação acadêmica presencial, em instituição de ensino privado. Atualmente é funcionária concursada, há 10 anos e trabalha oito (8) horas diárias. Antes mesmo de prestar concurso público atuou como estagiária no local onde trabalha. Afirma que durante a graduação não teve contato com a temática da questão socioambiental.

Itália tem 27 anos de idade, teve formação acadêmica presencial, trabalha em uma ONG há 5 anos e tem carga horária de 30h semanais. O local onde trabalha hoje foi seu campo de estágio na graduação e reconhece que contato com reflexões da temática socioambiental. Possui (1) especialização (Latus Sensu) em Educação em e para os Direitos Humanos na Diversidade Cultural e atualmente está cursando pós graduação em nível de mestrado acadêmico.

3.4 Interpretação e análise dos dados da pesquisa

O objetivo da pesquisa em conhecer o trabalho do assistente social exercendo ações de caráter socioambiental na cidade de Barretos foi construído. Durante a construção e o desenvolvimento foi possível identificar os profissionais que desenvolvem esse trabalho e refletir em profundidade os processos presentes nos problemas socioambientais na atualidade, além de conhecer, através das entrevistadas e dos estudos levantados, os desafios e possibilidades para a efetivação de seu trabalho. Visando a transcrição fiel das falas das entrevistadas, pois essas representam suas convicções, o pesquisador as redigiu integralmente o que deixou algumas delas extensas, porém, fiéis ao que foi dito pelas profissionais.

A discussão já promovida nesta pesquisa sobre a questão socioambiental pretende demonstrar a força do capitalismo que já no início do século XXI dá demonstração de sua imensa força ao tornar um cidadão comum, nem sempre possuidor de posses significativas, um consumidor nato. Esse advento colabora para a destruição ambiental, uma vez que o esgotamento de bens minerais renováveis ou não se encontram cada vez mais escassos.

Desde a década de 1970 muitos encontros nacionais e internacionais ocorreram no sentido de alertar sobre os limites do planeta e de como a questão e social estão intrinsecamente ligadas, é o que Nunes e Silva (2013) corroboram: O termo sócio inserido no ambiental é justificado no sentido de evidenciar uma opção política para reforçar a compreensão de que não se pode separar dessa discussão o componente social do ambiental. Assim, o interesse em descobrir o que as duas profissionais entendem por questão socioambiental foi lançada.

Eu acredito que trata da relação homem x meio. A importância da relação da pessoa com o ambiente é um aspecto não apenas educacional, mas também de saúde, segurança, economia, etc. O desenvolvimento de uma consciência ambiental plena é decisivo não só para o futuro do meio ambiente, mas também para a qualidade de vida e saúde da população. A questão ambiental é bem ampla e diversificada, interfere na qualidade do ar, do solo, dos alimentos, da segurança pública, da saúde, da economia, entre outros. Deve ser trabalhada de forma cuidadosa e permanente, acho que deveria iniciar desde criança até a velhice. (FRANÇA, 2018).

Bem, penso que ela é uma junção das problemáticas sociais e ambientais, ou ao contrário, e que se desdobram no social, a terminologia foi para compreende-las, a ambiental não desgrudada da social entendendo que as desigualdades... as manifestações da questão social se dá de forma

desigual [...]. A questão de classes, econômicas, políticas se reverbera na questão socioambiental. (ITÁLIA, 2018).

As respostas concedidas encontram fundamento, pois ambas não se limitam ao contexto ambiental e somam o contexto social em suas reflexões.

O conhecimento do território onde se atua é de fundamental importância para o profissional que precisa intervir na realidade. O território remete a movimento, não deve ser confundido como área determinantemente abrangida que traz apenas um contexto de quantidade. O território carrega consigo histórias, vivências:

A concepção de território supõe movimento, isto é, a concepção de território não se confunde com uma área de abrangência, que embute a definição de um dado volume de população ou mesmo o estabelecimento de um espaço geográfico resultante de um dispositivo jurídico estatal. Neste sentido, é preciso ter claro que o território contém uma dimensão histórica, pois se constitui e constrói sua identidade em uma dinâmica de relações. Assim, é o processo que define a trajetória do território, e esse processo se reflete na trajetória dos que nele vivem, mas também é demarcado pelas trajetórias dos sujeitos nele 'abairrados'. (SPOSATI, 2013, p. 6).

Território é mais do que um lócus, no sentido de definição de um lugar, não é algo estático como um endereço ou uma nomenclatura. Ainda que estes atributos façam parte do território, sua caracterização ocorre por vivências, significados e relações que constroem identidades individuais e coletivas.

Assim sendo, foi de interesse do pesquisador descobrir quais as principais demandas na cidade de Barretos. Essa questão pode levantar aspectos importantes sobre as dificuldades vivenciadas pelos habitantes de uma cidade, cujas informações contidas no sítio do IBGE, tem atualmente, cerca de 120.638 habitantes.

[...] Barretos é uma cidade pequena, relativamente pequena, não é um pólo industrial, mas entendendo que as questões sociais, as manifestações sociais e ambientais, nós seguimos aí a linha de compreensão que elas são dadas de forma desigual, a população é afetada de forma desigual [...]. O espaço industrial da cidade está bem ligado a dois bairros periféricos, ele não está próximo a bairros tradicionais burgueses, então é uma demanda de descarte de lixo de poluição e está mais localizado perto da população menos favorecida economicamente, dizendo. A questão de esgoto que existe esgoto a céu aberto em alguns condomínios habitacionais que é também uma problemática muito acirrada, com concentração populacional e altos índices de vulnerabilidades é um espaço de junção mais evidente de sócio e ambiental... Ai a gente pode pensar também a questão da habitação, sobre a questão do planejamento urbano, constroem em locais periféricos, onde nem é adequado, e houve locais onde o solo desmoronou causando da barragem do condomínio, já houve questão de incêndio, isso

demonstra o não suporte do terreno, mais o local afastado, marginalizado, pro capital é importante que seja isolado, não importando se vai cair o prédio [...] então ai se dá mais um ponto que a gente pode unificar a questão do social com o ambiental para contextualizar o cenário da sociedade. A gente vê que a cidade tem muitas obras inacabadas, muitos casarões inclusive em áreas centrais, fazendo um paralelo com o acidente de desmoronamento ocorrido em São Paulo, muitos locais com prédios e casas desabitados, ai mais uma problemática social. E também a questão do escoamento de água pluvial que é uma válvula para cair a água da chuva e corta a cidade central, corta boa parte da cidade, nesse ano tivemos grande volume de chuvas e por conta disso já faz um bom tempo que está lá no pregão de obras lá parado, uma hora faz um pouco outra hora para e nunca se acaba essa reforma e ampliação desse vale e ta lá, muitas vezes sendo uma manobra de recurso público, eu não sei, mas está lá atrapalhando a cidade aquilo está mais gerando problemas com a chuva do que se não estivesse lá, pois as obras têm interditado ruas causando grandes transtornos. De imediato eu acredito que sejam essas as principais demandas que eu consegui elencar. (ITÁLIA, 2018).

O município de Barretos há muitos anos é assolada com os problemas advindos das enchentes, especialmente na região central da cidade. Empreendimentos relacionados a Drenagem urbana, Construção de estações de tratamento de água (ETA), Estação de tratamento de esgoto (ETE), Reforma de reservatórios de água, troca de emissários estão entre as obras de maior impacto social e ambiental atualmente no município. Esses empreendimentos tem acontecido e causam grandes impactos no ambiente, bem como (e principalmente) no cotidiano das famílias residentes no entorno das obras, mas principalmente, trazem benefícios a toda população do município. Os aspectos sociais e ambientais da iniciativa devem obrigatoriamente ser trabalhadas com a população de modo a levar o conhecimento da importância da ação, mas também conscientizar sobre os impactos da ação humana sobre o meio ambiente, conforme determinação dos agentes financeiros e concedentes (Ministério da Cidade, no caso das obras citadas). A diretriz dos programas que financiam essas obras determinam que, pelo menos 1% do montante do valor das obras sejam direcionados para o desenvolvimento do trabalho técnico Social. (Manual do programa; COTS - Caderno de Orientação Técnico-Social). O descarte do lixo também é uma questão cuja necessidade de abordagem torna-se cada dia maior. A iniciativa para a formação de cooperativas precisa de maior incentivo, visto que até então, são raríssimas e de baixa adesão em uma sociedade que produz grande quantidade de lixo diariamente. (FRANÇA, 2018)

Analisando as reflexões das profissionais é possível compreender que a importância de obras que canalizem a água da chuva, apesar de estarem cada vez mais escassas nesta região, é possível afirmar que quando caem em grande volume a cidade não está preparada para sua correta canalização, fato que vem gerando transtornos na cidade. Obras malfeitas e esgoto a céu aberto ainda persistem no cenário urbano e a indicação de Itália aponta que esses fatos ocorrem em bairros menos favorecidos.

A profissional Itália aponta também as obras de drenagem urbana e evidencia que a água da chuva causa transtornos a região central da cidade, ou

seja, não é um embaraço exclusivo de bairros menos favorecidos. Esse fator traz uma importante afirmação que já foi feita exaustivas vezes, o meio ambiente equilibrado traz benefícios a todos, e por isso todos devem participar de sua proteção.

O descarte do lixo é de suma importância, pois a sociedade que consome em demasia é a mesma que descarta de forma incorreta. Os resíduos lançados ao meio ambiente, através de um simples gesto, podem demorar de semanas a milhares de anos para se decompor. Para compreender a gravidade desse descaso com o meio ambiente deve-se observar as informações trazidas por Pinotti (2010, p. 126), onde é possível verificar o tempo de degradação de componentes encontrados em lixo doméstico.

QUADRO 6 - Tempo de degradação de componentes comuns do lixo doméstico

Materiais encontrados	O tempo de degradação
Jornais	2 a 6 semanas
Embalagem de papel	1 a 4 meses
Casca de frutas	3 meses
Guardanapos de papel	3 meses
Pontas de cigarro	2 anos
Fósforo	2 anos
Chicletes	5 anos
Náilon	30 a 40 anos
Sacos e copos plásticos	200 a 450 anos
Latas de alumínio	100 a 500 anos
Tampas de garrafas	100 a 500 anos
Pilhas	100 a 500 anos
Garrafas e frascos de vidro ou plástico	indeterminado

Fonte: Pinotti (2010, p. 126).

A espantosa capacidade de duração desses objetos reflete o quão importante é o seu correto descarte. A assistente social França faz esse apontamento e vai além demonstrando a visão “macro” para o enfrentamento de uma questão capaz de atingir cada cidadão. Ela aponta a necessidade de iniciativas na formação de Cooperativas, mas também assinala que a adesão é baixa,

entretanto, para que essa informação não se torne um mero complemento é fundamental destacar o papel dessa organização na sociedade atual.

As cooperativas de reciclagem desenvolvem o processo de tratamento dos materiais recicláveis e os enviam às empresas recicladoras, mas até esta fase existe uma série de etapas que a antecedem:

Coleta: nela os catadores coletam o lixo reciclável como alumínio, papel, plástico e vidro, e entregam à cooperativa. Essas empresas contam com o trabalho dos catadores ou até mesmo funcionários dessas próprias empresas.

Triagem: quando o material chega às cooperativas ele precisa ser separado para que nas empresas recicladoras sejam tratados e reciclados, portanto, devem ser colocados em seus respectivos latões, de acordo com o tipo de cada material.

Prensa: o material já separado é prensado e para que isso aconteça é preciso de grandes prensas que compactam material em grande quantidade.

Venda: nessa etapa todo o material é transportado e vendido para empresas recicladoras que fazem o processo de reciclagem, tornando a usar esses materiais como matéria-prima. (PENSAMENTO VERDE, 2014).

Assim sendo, vale realçar que a presença dessas organizações são indispensáveis na sociedade vigente. Este fato também corrobora para que os lixões¹¹ tenham menos acúmulos de lixo de forma incorreta e cada vez mais a construção de aterros sanitários, pois estes reduzem significativamente a contaminação do solo e dos lençóis freáticos. A definição de aterro sanitário encontra-se dividida em duas formas, o aterro controlado e o aterro sanitário, a distinção de ambos se dá:

Segundo a NBR 8849/1985 da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), o aterro controlado é uma técnica de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, sem causar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, minimizando os impactos ambientais. Esse método utiliza princípios de engenharia para confinar os resíduos sólidos, cobrindo-os com uma camada de material inerte na conclusão de cada jornada de trabalho. Com essa técnica de disposição produz-se, em geral, poluição localizada, não havendo impermeabilização de base (comprometendo a qualidade do solo e das águas subterrâneas), nem sistema de tratamento de percolado (chorume mais água de infiltração) ou de extração e queima controlada dos gases gerados. O aterro controlado é preferível ao lixão, mas apresenta qualidade bastante inferior ao aterro sanitário. Conforme a NBR 8419/1992 da ABNT o aterro sanitário também é uma técnica de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente, minimizando os impactos ambientais. Tal método utiliza princípios de engenharia para confinar os resíduos sólidos à menor área possível e reduzi-los ao menor volume permissível, cobrindo-os

¹¹ “Um lixão é uma área de disposição final de resíduos sólidos sem nenhuma preparação anterior do solo. Não tem nenhum sistema de tratamento de efluentes líquidos – o chorume (líquido preto que escorre do lixo). Este penetra pela terra levando substâncias contaminantes para o solo e para o lençol freático.” (LIXO.COM.BR, [2008]).

com uma camada de terra na conclusão de cada trabalho, ou intervalos menores, se necessário. De acordo com a NBR 13896/1997 da ABNT, recomenda-se a construção de aterros com vida útil mínima de 10 anos. O seu monitoramento deve prolongar-se, no mínimo, por mais 10 anos após o seu encerramento. (MACHADO, 2017).

Destacada a importância do papel das Cooperativas, para que o lixo tenha um destino correto e possa ser melhor separado e reutilizado, e ainda, dos aterros sanitários cuja impermeabilização protege e reduz os danos ambientais .

E, outro fator preponderante, do poder público municipal, pois obras inacabadas não trazem a proteção e boas condições de vidas aos cidadãos, para tanto, percebe-se na fala das profissionais duas importantes indicações dos problemas vivenciadas pelos municípios, nas áreas menos favorecidas, apontada por Itália problemas com esgoto e construções de risco, e nas obras de drenagens pluviais, apontada por França, a urgência em sua finalização para impedir definitivamente inundações provocadas por chuvas.

A participação popular é condição indispensável na construção de leis e também na execução dessas. Assim, para descobrir em qual intensidade esse fato ocorre no município foi levantado o seguinte questionamento: há participação da sociedade para o enfrentamento dessas problemáticas?

Existe participação da população, porém ainda pouco significativa. A mesma é estimulada através do trabalho técnico social, mais especificamente nas escolas da rede pública municipal/estadual. A abordagem nas comunidades é feita, porém ainda com pouca representatividade; o estímulo na formação de cooperativas e artesãos, busca mudar esta realidade. (FRANÇA, 2018).

Então, já tem se observado, pelo pouco que eu sei de município, não é um ramo de atividade específico, educação ambiental, mas é um ramo que perpassa sobre a minha atividade profissional eu tenho pouco conhecimento sobre pessoas da sociedade sobre esse assunto, as que eu conheço são práticas pontuais não são práticas constantes, praticas de fortalecimento de base. Eu não acredito que ações pontuais vão modificar o cenário que temos hoje, as que eu conheço são ligadas a secretaria de educação, onde as mulheres de vereadores que realizam o plantio de árvores, mas também de forma pontual. Teve um encontro de educação ambiental que ocorreu em Barretos, foi bem forte, muitas pessoas envolvidas, que plantou um sementinha e que despertou a fazer diferente no meu ambiente profissional e eu acredito que essas pessoas devam estar fazendo alguma atividade, mas deve ser algo pontual e que não conheço Tem alguns projetos feitos nas escolas municipais, mas que não é vinculado com o assistente social parece ser algo extracurricular vinculado ao programa escola da família, esses tem trabalhos de educação ambiental. (ITÁLIA, 2018).

A questão levantada ganha diferentes interpretações pelas duas profissionais, a forma como cada uma enxerga a participação ganha dimensões diferenciadas. Para França, a participação da população existe, porém ainda pouco significativa para o atual contexto, onde o exercício da participação deveria acontecer de forma mais concreta. Ainda descreve como esse trabalho técnico é estimulado e onde ocorre, segundo ela, nas escolas da rede pública municipal/estadual, sobre a abordagem nas comunidades, afirma que é feita, mas não atingiu a plenitude sendo algo que ainda precisa amadurecer, e por fim destaca o estímulo na formação de cooperativas e artesãos, que busca mudar essa realidade de pouca participação da sociedade.

A outra profissional enxerga a participação da sociedade através das ações de educação ambiental, seja no plantio de árvores promovidas por mulheres da sociedade barretense, mas feito de forma pontual, ou ainda com os projetos desenvolvidos em escolas.

À frente será aprofundada a questão da educação ambiental e sua real importância no contexto da sociedade capitalista e no trabalho profissional do assistente social, pois neste trecho da entrevista assume-se interesse em discutir sobre participação. Dessa forma, entender a participação popular como condição fundamental para o exercício da democracia e a correta aplicação das verbas públicas, trazendo assim as condições favoráveis à sociedade, é algo que deveria ser prática constante, intransigente. A luta para a conquista desse direito vem do século passado, perpassando por várias décadas extremamente representativas:

As origens de uma certa tradição de participação popular no Brasil remonta à colonização portuguesa e às práticas da esquerda da Igreja e da esquerda em geral. O conselho Nacional de Saúde, da década de 1950, é o mais antigo ater representantes da sociedade civil que, durante longos períodos, foram escolhidos pelo governo entre entidades e personalidades. A participação deu um salto na década de 1980, quando diferentes setores da sociedade se mobilizaram pela defesa de seus interesses, multiplicando comitês de fábrica, de bairro, de luta contra a carestia, além das comunidades eclesiais de base. Nessa época tem início o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Luta por Eleições Diretas. Essa ampla mobilização origina várias formas de participação local, com destaque para a experiência do orçamento participativo, implementada em Partdo dos Trabalhadores (PT) e Porto Alegre a partir de 1989 e, posteriormente, estendida para 192 cidades, nem todas administradas pelo PT. Com a Constituinte, a participação popular na elaboração, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas ganha institucionalidade, já que a Carta prevê a criação de instâncias específicas com este fim, obrigatórias no caso de setores onde existem fundos a serem geridos, como saúde e educação.

Ao longo dos anos 1990, firma-se a idéia da participação em conferências e se multiplicam os conselhos municipais de políticas públicas, com a eleição de representantes da sociedade civil e indicação dos representantes municipais, primeiro nas principais capitais, logo nas cidades médias. (MATEOS, 2011).

Fato que chama atenção é que mesmo com todas as transformações advindas do processo democrático a sociedade brasileira parece estar limitada em sua participação. A dicotomia que separa muitos movimentos, toma-se como exemplo, o movimento dos sem-teto, movimento ambientalista, movimento dos sem-terra etc, podem acabar por enfraquecer essas lutas, as estratégias promovidas pelo Estado nos tempos atuais é acusar “o momento econômico”, a grande crise que assola o país como a grande promotora da falta de investimento em diversas áreas sociais e que afetam diretamente toda a sociedade sem uma única exceção, afinal a falta de segurança promovida pelo aumento crescente da criminalidade é real e atinge a todos, a umidade relativa do ar atingindo níveis críticos em todo o país é presente e também afeta a todos.

O momento de adentrar nas questões políticas, econômicas e sociais devem acontecer de forma constante, frequente e assegurar que a direção do país, estado ou o município deva tomar seja por maioria absoluta da sociedade exercendo sua participação.

A participação cidadã funda-se também numa concepção democrática radical que objetiva fortalecer a sociedade civil no sentido de construir ou apontar caminhos para uma nova realidade social – sem desigualdades, exclusões de qualquer natureza. [...] envolve direitos e deveres diferentemente da concepção neoliberal de cidadania, que exclui os direitos e só destaca os deveres, vendo o cidadão como mero cliente de um mercado ou usuário de um serviço prestado; os deveres, na perspectiva cidadã, articula-se à idéia de cidade, a concepção republicana de cidadão. (GOHN, 2015, p. 18).

Conhecer o trabalho do assistente social é uma das etapas mais importantes na pesquisa, pois através de seu desenvolvimento o atendimento aos usuários de seus serviços são orientados sobre seus direitos. A maneira como o profissional busca exercer a profissão pode se tornar um grande diferencial na efetivação dos direitos dos usuários de seus serviços. Neste sentido dá-se o interesse em descobrir das duas profissionais como se dá o desenvolvimento de seu trabalho e como é feito em com qual público, por se tratar de duas profissionais que trabalham em diferentes espaços sócio-ocupacionais, uma ONG e outra na Prefeitura municipal.

Bom, a instituição que eu trabalho atende a população que vai desde crianças até ao idoso e em específico à questão socioambiental ela é trabalhada de forma bem peculiar. Nós utilizamos, ou melhor, adentramos na política de assistência social, ou através dos serviços de fortalecimento de vínculos que é um trabalho já de orientação e educativa e já adentramos na questão socioambiental através da conscientização e ação ainda de forma pequena e prematura, mas tentando fazer uma micro-transformação no território onde a instituição está inserida. Então, a intenção inicial a essa atividade na programação da instituição era atrelada à conscientização à ação, então a gente trouxe o artesanato, uma proposta que agrada à população tanto a população infanto-juvenil quanto à idosa, então essa proposta era de usar materiais que seriam descartados na natureza que é trazido por eles, eles têm essa conscientização, junto com o profissional e da importância do impacto que ele está gerando com aquilo, que poderia ser descartado mas vai acabar virando arte, no entanto, ele não fica só no embelezamento, ele cria algo novo também é feito um trabalho de orientação crítica. Então, o artesanato tem essa função de estimular de maneira mais prazerosa com que essas pessoas adentrem a esse assunto e não deixe de contribuir ativamente de forma prematura e inicial e nesse sentido não deixa de estar no cunho educativo, pois está operacionalizando uma atividade de cunho educativo, ato de reutilizar algo que seria descartado na natureza e a tendência, o objetivo dessa ação é proliferar contagiar e reproduzir essas ações [...]. E ela é feita da seguinte forma, entendendo que essa ação está dentro da ação de fortalecimento de vínculos então é feita toda uma estratégia para que não deixe de contemplar a natureza onde está inserida. Então a educação ambiental é feita num aspecto bem socioambiental porque as ações e os debates acontecem de forma democrática de uma forma horizontal, todos contribuem, todos trazem as suas experiências as suas contribuições para o grupo de alternativas e a linhas de raciocínio para esse raciocínio de educação ambiental de linha crítica e não uma educação ambiental sobre ecossistema sobre biomas porque acredito que prerrogativa ou atribuição do profissional de Serviço Social e se o fizéssemos estaríamos adentrando à ação de outros profissionais. Então o profissional de Serviço Social que já tem uma orientação crítica dentro da luta de classes que entende a intenção do sistema, como um sistema opressor um sistema desigual, então entender e trabalhar e educação ambiental dentro dessa perspectiva é sobretudo trabalhar na linha que inicialmente eu disse sobre trabalhar o socioambiental, é trabalhar entendendo que essas problemáticas afetam sobretudo a população mais desfavorecida dos serviços e bens econômico-sociais então o trabalho da educação ambiental crítica entre vários assuntos elencados democraticamente ela é uma forma não obstante de trabalhar os sentimentos de pertença de indivíduos naquele território onde ele está inserido, onde lê moram, de forma geográfica, ambiental, como também socialmente estimulado de traçar mesmo o perfil daquele território, pensar as problemáticas daquele território, questões que estão latentes e também de propor mudanças pautas situações que serão elencadas por eles e que posteriormente pode se vincular e ampliar num trabalho de comunidade como um todo e não só da instituição. Então eu enxergo que dentro do trabalho da dimensão educativa do trabalho do assistente social nada mais é que um trabalho de base bem na linha de educação popular de Paulo Freire de fortalecimento de entender como essa lógica perversa do consumo atinge de todas as maneiras tanto no acesso como nas consequências das classes e que nós somos agentes que precisam esta mobilizados sim, porque as transformações vêm da base. Que essas pessoas possam ser reprodutoras dessas informações, de chegar em suas famílias em seus micro-espacos de convivência e reproduzir e tentar estimular as pessoas à sua volta para tentar estimular essa causa. Eu vi em algum lugar, alguma vez que nunca se falou tanto em problemáticas ambientais como agora, entretanto, nunca se teve tantos problemas

ambientais. A gente tem que pensar e estimular eles em relação a como eles se sentem em relação a isso, eles sabem que destroem tudo, mas como eles se sentem? Com o público adolescente isso é muito mais entusiasmante, a gente tem a devolutiva das atividades e os profissionais até para poder planejar e orientar para realizar a devolutiva. E os profissionais vinculados as crianças e os adolescentes sentem a devolutiva desse público, o quanto eles se preocupam com um país e uma sociedade mais saudável. Agora a pessoa idosa, eu que estou diretamente na atuação sinto uma resistência maior sobre alguns assuntos porque dizem que já viveram tudo, e penso, até mesmo nós trabalhadores, muitas vezes, reproduzimos o discurso individualismo do capitalismo. E é muito importante estimular esse público, pois deles vem os filhos os netos realizando assim um trabalho forte de base e dentro dessa perspectiva de educação popular não desprender de forma alguma sobre os interesses de classe porque nenhum debate no campo social nós podemos fazer deslocando do debate de discussão de classes pra poder ficar uma discussão mais crítica mais aguda, assim é quando se trata de discussão de classe. (ITÁLIA, 2018).

Meu trabalho se inicia a partir da destinação de uma emenda parlamentar ao município, ou abertura de algum programa de financiamento do governo. O público alvo é representado por toda a população, sendo desde jovens até idosos e respectivas famílias. As esferas de atuação vão desde investimentos em turismo e educação até obras de saneamento, desde que envolva ou gere impacto social. Trabalhamos em equipe [...] no cadastramento, gerenciamento e prestação de contas de recursos públicos e no caso do social mais especificamente, trabalho na elaboração dos projetos a serem desenvolvidos com a comunidade. (FRANÇA, 2018).

O trabalho do profissional sempre depende dos limites e possibilidades da instituição onde exerce seu trabalho, outro fator que é discutido são os diferentes momentos e dimensões de aproximação, entendimento e criação de estratégias para o embate à questão social, esses fatores próprios da realidade vivenciada pelo profissional não são simplesmente resolvidos pelo que é disponibilizado pelo patrão ou pelo estado. “Embora essas dimensões sejam constitutivas do trabalho do assistente social, a sua materialização não depende exclusivamente da vontade profissional [...]” (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p. 144).

A atuação da profissional que trabalha em uma ONG demonstra a amplitude do público atendido, acionando os mais diversos projetos procurando envolver a sociedade e despertar o sentimento de pertença dos indivíduos que são atendidos no local. Esta profissional enxerga a importância de compreender o cotidiano das pessoas que buscam naquele local os mais variados serviços. E, ao propor um trabalho forte, de base, fincado na educação popular, segundo suas próprias palavras, ela se distancia do perfil profissional que executa mecanicamente uma rotina, faz grupos, reuniões, recomeçando novamente tudo no dia seguinte. A vida cotidiana é o espaço da vida, onde se participa com todos os aspectos da

personalidade, solicitado a todo momento para respostas imediatas as mais diferentes questões (HELLER, 2008 apud LACERDA, 2014).

A outra profissional atua de forma mais ampla, pois não está ligada a uma instituição, mas sim a implementação e distribuição dos benefícios/serviços ao público em geral, não somente assistencial. Neste campo de atuação estão envolvidos um ampliado leque de princípios, diretrizes, enfim, normas a serem seguidas pelo profissional.

A tendência de inscrição do trabalho do assistente social na esfera pública estatal mediante a realização de concurso público tem se modificado em função do aumento das contratações temporárias. Ainda que este aumento tenha se concentrado inicialmente no âmbito municipal. [...] A organização das políticas públicas, neste cenário complexo e diversificado, assumiu características decisivas, expressando um campo repleto de contradições e tensões do ponto de vista de suas racionalidades. (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p. 144).

A presença de outros profissionais não é algo novo para os assistentes sociais. O trabalho interdisciplinar pode contribuir de forma qualitativa nas ações dos profissionais envolvidos, a troca de experiência, de saberes colabora na maneira de enxergar e abordar a realidade dos usuários dos serviços. O conhecimento oriundo de outras áreas pode caminhar lado a lado com a da profissão de Serviço Social desde que sua finalidade vá ao encontro dos anseios do cidadão, e permita que o trabalho dos profissionais envolvidos abram caminhos para a efetivação dos direitos sociais. Entendendo a importância da participação coletiva no trabalho do assistente social fica evidente que as duas profissionais desenvolvem suas atividades com o auxílio de outras áreas do saber, dessa forma, qual a amplitude dessa participação e também quais profissionais puderam contribuir nessa jornada.

Todo o trabalho é desenvolvido por uma equipe, a execução do mesmo seria impossível sem o envolvimento de diversos profissionais, visto que a contribuição de cada um na sua esfera de conhecimento possibilita o desenvolvimento de um trabalho mais amplo e abrangente. O conhecimento compartilhado possibilita a antecipação de possíveis problemas, a rápida resolução dos mesmos, a diversificação de intervenções e a formação de parcerias. O apoio no processo de sociabilização é indispensável. (FRANÇA, 2018).

Na instituição onde eu trabalho, o trabalho é coletivo, e eu tento ser o norte a orientação daqueles onde eu não estou na ponta. Mas tem a coordenação, tem o profissional que é formado em arte e que já trabalhava nessa linha de trabalhar a arte a partir do descartável e foi visto a capacidade nesse profissional, pedagogicamente, e também até com a

psicóloga até com o educador social então é uma equipe trabalhando dentro do trabalho coletivo. (ITÁLIA, 2018).

A profissional França destaca que o número de profissionais é amplo e que a participação deles é abrangente, ou seja, é articulado ao exercício profissional do assistente social, está em sintonia com a busca para a efetivação dos direitos. E vai ainda além ao apontar que as possibilidades de intervenção são ampliadas, esse fato considera que o conhecimento de outras profissões, que estejam alinhadas à defesa e promoção dos direitos e cidadania são somatórias indispensáveis no fortalecimento do exercício profissional.

Considerando, assim, que o conhecimento dessas profissões está ligado a uma ação sobre a realidade, este trabalho propõe discutir as diferentes ações que podem surgir em um espaço físico, social e institucional com sujeitos diferenciados agindo sobre determinada realidade. A direção desse trabalho profissional pode pressupor consenso entre os diferentes sujeitos, todavia, no terreno das Ciências Sociais, torna-se complexo analisar estes trabalhos profissionais, tão distintas em suas formas de conhecer e intervir sobre a realidade. (FRANÇA, 2018).

A profissional Itália aponta sua preocupação em estar atendida com realidade e cooperar, no sentido de construir propostas até mesmo para outros profissionais que estejam no âmbito na instituição e ir “[...] além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional.” (IAMAMOTO, 2013, p. 21).

A profissional cita outros que contribuem no desenvolvimento do trabalho na instituição, a coordenadora responsável pelas contratações, o educador social e psicóloga, e ao que indica Itália, todos trabalhando pelo coletivo. O tamanho do público atendido pela profissão destaca a importância de se ter outros profissionais envolvidos para que o atendimento seja qualificado, pois:

[...] o trabalho que se compartilha, negociando-se necessidades distintas de decisões técnicas, uma vez que seus saberes operantes particulares levam a bases distintas de julgamentos e tomadas de decisões a quanto à assistência ou cuidados a se prestar [...]. A integração dos profissionais, trabalhadores de uma mesma equipe, pressupõe, sem dúvida, compartilhar informações, referidas não apenas aos usuários dos serviços, mas à população potencialmente usuária em geral, o que é uma referência em geral, o que é uma referência mínima no sentido da construção de projetos assistenciais comuns. (SCHRAIBER, 1999 apud CORREIO; CORREIO; CORREIO, 2011, p. 109).

A forma que cada profissional contribui com o seu trabalho desperta interesse nessa pesquisa, pois cada profissão tem um modo de conduzir sua rotina de trabalho. Questionadas sobre como outros profissionais dão suas contribuições, a profissional França descreveu como:

Cada um contribui com sua respectiva área, em nossos encontros realizamos reuniões, pré-projetos, encontros e reuniões técnicas, oficinas e palestras. Esse trabalho coletivo tem resultado em trabalhos importantes. (FRANÇA, 2018).

A profissional Itália:

Conjuntamente [...] é feito o sócio educativo que é por mim realizado, com idosos e nos sábados com as crianças pelo profissional da psicologia e educador social, mas antes é debatido com o Serviço Social para ter um direcionamento crítico e de como será conduzida essa ação, esse trabalho educativo. (ITÁLIA, 2018).

A relação com outros profissionais é fator presente no cotidiano de trabalho das duas profissionais. Cada um contribui em sua respectiva área para o fortalecimento do trabalho como um todo. A profissional Itália demonstra a preocupação em ter nas suas ações o direcionamento crítico que o Serviço Social dá aos trabalhos na instituição, já a profissional França descreve o planejamento que conduz o trabalho da equipe e da qualidade obtida.

A forma como as profissionais descreveram o que entendem por questão socioambiental logo no início da entrevista apontam o conhecimento da impossibilidade de separar o ambiental do social, esse fator é preponderante para o entendimento de que a questão social produz reflexos na vida da sociedade, e um desses reflexos é justamente a problemática socioambiental que afeta a vida de todo cidadão, seja com poluição e clima impróprio, seja nas más condições de vida trazidas pela habitação imprópria como apontada por uma das profissionais e nas mais diversas facetas que essa questão pode tomar. Dessa forma, é pertinente descobrir como as duas profissionais entendem a atuação do assistente social frente a questão socioambiental e apontar também outros que atuem nessa área.

A atuação do assistente social na esfera ambiental é indispensável, tendo em vista de que a relação do ser humano com o meio ambiente é antes de tudo uma questão social/cultural e educacional. O acesso e o conhecimento a fundo das relações humanas são essenciais na abordagem, no estabelecimento de vínculos e no despertar da consciência e responsabilidade coletiva. É um profissional indispensável. Não há muitos

profissionais atuantes nesta esfera. Conheço entre dois ou três profissionais que atuaram em caráter de parceria, no desenvolvimento de projetos que envolvia questões ambientais. (FRANÇA, 2018).

Eu compreendo que nós somos profissionais privilegiados em duas vertentes, a primeira é porque temos uma formação e um direcionamento ético-político muito forte e evidente que é contrário as injustiças sociais e ambientais por que nesse caso ele reflete diretamente no social e somos contrários as todas as formas de injustiça e desigualdade e contra uma sociedade de opressão e a questão socioambiental retrata tudo isso ela atinge com maior impacto a classe trabalhadora ela traz conseqüências para a qualidade de vida a importância do profissional nesse espaço é de extrema importância porque nós vamos um direcionamento para essa causa com esse olhar não desvinculado das questões sociais, econômicas, políticas e interesses de classes e de conscientização para que nós trabalhadores juntamente com a população atendida que também é classe trabalhadora não cair na rotina do dia a dia do consumo desenfreado das questões automáticas aonde a gente vai seguindo o que todo mundo e faz e não para refletir que isso nada mais é do que uma lógica do capital para que sejamos cada vez mais individualistas não importamos com as causas ambientais e com nada. Tenho conhecimento de profissionais que estudam a temática, mas a cidade tem muitos profissionais, que trabalham essa temática não. Sobretudo nas Ongs, ou pode até ter algum que faça, mas não considere uma temática socioambiental, então as vezes pode até ter uma oficina de artesanato mas o profissional pode não ter consciência disso, [...] pois é quase impossível não haver uma questão socioambiental no cotidiano de trabalho do profissional. Sobre a questão da importância, eu falei sobre a consciência crítica, que o profissional é de cunho social e que tem essa visão crítica que poucos profissionais do campo das ciências sociais têm essa capacidade de análise das estruturas sociais que está diretamente ligado aos usuários Que é um profissional que já esta na base ele precisa simplesmente se atentar e eu usar a educação popular. (ITÁLIA, 2018).

A profissional França enfatiza a importância do “despertar da consciência” e da “responsabilidade coletiva”. Esse quesito aponta a atuação do profissional desenvolvendo atividades educativas para contribuir com a conscientização do cidadão sobre sua importância nesse processo de construção de uma nova sociedade, afinal nenhum profissional sozinho, seja de qual área for, pode resolver a situação preocupante de um bioma em constante degradação, mesmo numa perspectiva micro, aqui relacionando a uma cidade, a participação é fundamental.

O caminho para avançar para o modelo proposto supõe uma mudança em nossa maneira de nos situar ante a realidade. Tal mudança afeta o estilo de vida individual e coletivo, o consumo, a saúde, o civismo, a igualdade. Uma mudança na cultura coletiva que afeta a forma de pensar, sentir e agir e nossa forma de nos relacionar com a natureza e com nós mesmos. (GAONA PÉREZ, 2011, p. 30).

A profissional Itália destaca a importância da consciência crítica que a profissão de Serviço Social possui e que esta faz toda a diferença em seu cotidiano,

seja no cuidado em não reproduzir os interesses do capital em promover que a resolução dos problemas ambientais dependem de ações pontuais e com datas marcadas, ou seja, dia da árvores, dia do Índio entre outras que remetem ao cuidado com pessoas ou ao ambiente.

Destaca-se na fala de Itália, o apontamento sobre ONGs, pois Maria das Graças Silva (2010) constata que a intensificação desse dilema “[...] e de suas múltiplas expressões vem configurando um novo campo de intervenção profissional, mediado pela incorporação dessa temática ao universo das empresas, das ONGs e do Estado.”

A profissional Itália destaca um curioso apontamento ao dizer que:

[...] talvez até faça um trabalho na área socioambiental, mas não reconheça. (ITÁLIA, 2018).

Esse fator poderia resultar em outra pesquisa para conhecer o que não reconhecem que desenvolvem um trabalho socioambiental o que conseqüentemente teria quantidade superior aos que reconhecem.

Depois do reconhecimento de sua atuação foi lançada a questão sobre quais as contribuições que a profissão pode oferecer nas questões socioambientais?

É inegável a grande contribuição do Assistente Social nas questões socioambientais visto que o vínculo que ele proporciona com as classes menos favorecidas e por consequência, menos informadas é de grande valia no processo de informação e conscientização. É indispensável que antes de tudo, o público alvo tenha conhecimento de suas responsabilidades com relação ao meio em que vive e o profissional de assistência tem, como ninguém, os instrumentos necessários para levar essas informações e trabalhar no estabelecimento vínculos. Ele pode atuar nas duas “pontas” desse processo, fazendo uma ponte entre o público alvo e o órgão financiador ou agente promotor. (FRANÇA, 2018).

Eu acredito que é bem nessa linha de trabalho de base, é levar as pessoas a se conscientizar de forma crítica, a educação ambiental tem esse viés e pra reproduzirem em seus meios sociais o consumo consciente, entender sobre as questões de interesse mais amplo não simplesmente em reconhecer água limpa da água suja, não que isso seja importante mas não é nossa atribuição é levar o conhecimento, não o conhecimento bancário não o dono da razão, de cima para baixo, mas propiciar e fomentar ações de base e que todos possam contribuir na construção coletiva de um enfrentamento e de uma resistência sobre a questão da opressão do capital frente a todas as esferas da vida social, sobretudo, a socioambiental. (ITÁLIA, 2018).

A profissional França destaca a capacidade do profissional estar nas duas pontas, junto ao usuário e atuando no poder público, ou seja, tornar visível a demanda do reconhecimento e da importância em propor ações para o enfrentamento da questão socioambiental. Esse fato descreve como a profissão evolui profissionalmente, pois mesmo trabalhando, muitas vezes para o próprio Estado, busca na sua atuação atender de forma digna os usuários de seus serviços, os empecilhos, os limites e os desafios constantemente postos à profissão somente fortalecem as transformações de seu trabalho e a busca por novas estratégias.

[...] no setor público a intervenção profissional é bastante recente, principalmente a partir da consolidação da política urbana no início dos anos 90, com a implantação de programas habitacionais. Assim, estando a profissão inserida tanto no âmbito quanto no público, cabe ao profissional realizar uma leitura atenta da realidade – conforme pautada em seu projeto ético-político – seja em forma de pareceres sociais, estudos socioeconômicos, trabalhos de grupos, dentre outras atividades em situações de conflito com o meio físico. São instrumentais que perpassam a prática profissional da profissão, já apropriados historicamente em diversas subáreas de atuação. (SAUER; RIBEIRO, 2012, p. 395).

A profissional França acredita no diálogo, no trabalho informativo que a profissão executa para tornar possível o que pode ser considerado crucial na tomada de decisão da sociedade em favor do socioambiental, pois informar meios e maneiras para reduzir os danos causados ao meio ambiente é extremamente agregador, a profissão pode ir mais além. Sobre a atuação profissional do Serviço Social na esfera socioambiental é fundamental destacar que a profissão é requisitada nas mais diversas áreas onde essa questão, social e ambiental, é acentuada, e considera-se portanto essencial sua participação nas propostas e na execução de trabalhos que visam fortalecer o enfrentamento dessa pertinente problemática.

Trabalhar legislações é algo extremamente rotineiro na profissão, afinal, tantas legislações estão presentes no dia a dia profissional. Segundo, Itália, ao apontar o viés crítico inserido na educação ambiental, pode-se afirmar sem sombras de dúvida, que a educação ambiental é um importante instrumento para criar caminhos à emancipação humana.

Os contornos assumidos pela concepção de emancipação humana em Marx indicam a necessidade da superação da mercadoria, do capital e do Estado; ainda, a necessidade de os seres humanos assumirem o controle consciente de sua existência, possibilitando-lhes a percepção sua história

como fruto da ação humana em que o sujeito histórico é capaz de uma teleologia, isto é, capaz de projetar antecipadamente aquilo que será objetivado. (BRESSAN, 2009, p. 76).

A busca pela perspectiva da emancipação está profundamente ligada à busca pela superação dos desmandos presentes na ordem do capital. Este contexto aponta o que a profissão de Serviço Social vem construindo ao longo de décadas de luta para contribuir na diminuição da exploração da classe trabalhadora e na conscientização dos cidadãos sobre todos os seus direitos, e ainda mais, afinal os problemas socioambientais são um conjunto que soma muitos atores responsáveis pelas atuais condições precárias, pois se existe um produtor de bens de consumo, existe também o consumidor e é justamente este cidadão que consome de forma desenfreada que precisa rever seus conceitos, seu modo de ver o mundo e ter “[...] consciência do valor da pessoa, com seus direitos e deveres, com seus compromissos e responsabilidade com o meio ambiente.” (GAONA PÉREZ, 2011, p. 31).

A educação ambiental crítica traz todas as possibilidades de ser trabalhada com essas características próprias da profissão de Serviço Social, da superação da ordem do capital para haver possibilidades de uma sociedade livre de opressões. Assim sendo:

Cabe a educação ambiental na perspectiva da emancipação humana contribuir para o entendimento de que a fragmentação do homem (dicotomias: trabalho intelectual-trabalho manual, homem-natureza) é produzida/reproduzida constantemente pelo modo de produção capitalista, através de diferentes mecanismos [...] Em nosso entender, a alienação é o fator explicativo da famosa “falta de consciência ambiental” dos brasileiros que, a rigor, é uma “falsa consciência ambiental”. (NOVICKI, 2007, p. 145).

A profissão de Serviço Social, durante o processo de construção de sua identidade profissional, utilizou várias ciências (Sociologia, Psicologia, Antropologia etc.) até que com sua profissionalização e a criação de escolas de graduação e Pós-graduação passou a construir teorias próprias fundamentadas na pesquisa e no extremo rigor acadêmico, realizando encontros, seminários, congressos no intuito de debate e fortalecimento do conhecimento acadêmico e tem vasto material para sua orientação profissional. Nessa vasta gama de produção científica qual a fundamentação teórica na atuação das profissionais participantes da pesquisa, Autores de Serviço Social, Lei n. 9.795/99, outras legislações? a pergunta resultou:

Na realidade o trabalho é desenvolvido de acordo com regras, normas e legislações específicas de convênios. Todas as ações são deliberadas a partir dessas diretrizes que são definidas respeitando não só a legislação ambiental, legislação de licitação 8.666¹², portarias interministeriais 507¹³ e 424¹⁴, bem como decretos específicos definidos para cada caso. Todas as ações realizadas por meio de convênios devem ser pactuadas e desenvolvidas respeitando legislações específicas de convênios. (FRANÇA, 2018).

Quando eu fui propor essas ações lá na instituição o primeiro motivador foi o encontro com esse congresso de educação ambiental que teve aqui em Barretos, colhi ali muitos materiais, muitas normativas, e fui estudar sobre isso, e outra coisa que me motivou muito foi uma pós graduação que eu fiz que o direcionamento delas foi educação em direitos humanos, e tinha a pauta da educação ambiental enquanto um direito humano, então a partir disso a gente se fundamenta de todas as pautas ambientais da área dos movimentos ambientais dos acontecimentos macro e locais discutidos e também a partir de Paulo Freire como trabalho de base e é isso logicamente sem se descolar do nossos compromissos ético-políticos do Serviço Social. (ITÁLIA, 2018).

A profissional França, por trabalhar na Prefeitura Municipal, lida com muitas leis, as de licitações, legislações ambientais e portarias interministeriais. Esse fator aponta o quanto à profissão precisa estar capacitada para exercer a sua prática profissional, o conhecimento acadêmico neste caso não foi suficiente para o exercício de seu trabalho uma vez que as portarias e as licitações não estão presentes no universo de Serviço Social durante a graduação.

A formação continuada como desenvolvimento de competências profissionais: Buscar a efetividade da ação profissional, para além dos efeitos de eficácia e eficiência (padrões de desempenho tradicionais) é um dos desafios das práticas emancipatórias deste século. A efetivação do discurso emancipatório se inscreve no presente e no devir histórico e prescinde de ações concretas em vários planos e dimensões da prática social e profissional. Essas ações concretas não dependem exclusivamente do profissional, pois o Assistente Social não detém a totalidade dos meios de trabalho necessários à transformação da realidade. Entretanto, há sim um fecundo processo de apreensão da realidade, onde o profissional opera através de seu “acervo” de competências, sempre em construção. (MAIA; BARBIANI, 2003, p. 4).

Esse mesmo ambiente traz o desafio de inovação, por ter que seguir um manual posto pelo poder público, a maneira de fazer materializar o seu trabalho para que não se torne apenas “uma tarefa executada” é desafiadora, a leitura da realidade feita por esses profissionais deve estar embasada pela capacidade de

¹² Brasil (1993).

¹³ Ministério do Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Fazenda e Chefe da Controladoria- Geral da União (2011).

¹⁴ Ministério do Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão et al. (2017).

refletir criticamente a realidade social para propor alternativas que fortaleçam os serviços destinados à sociedade.

A profissional Itália mostra-se atuante, participativa e busca nos eventos aos quais participa ações que possam fortalecer seu trabalho na instituição onde atua. Segue firme as propostas da profissão demonstrando em sua “qualificação” estar em sintonia com a produção de conhecimento que pode ser um diferencial no atendimento ao público a qual é ofertado atendimento.

O conhecimento que a profissional buscou no Congresso de educação ambiental só afere o quanto esta proposta educativa é importante para a profissão de Serviço Social, especialmente trabalhada de forma crítica onde será o diferencial em formar cidadãos que irão muito além dos saberes ambientais e sim cidadãos que enxerguem que o atual modo de produção pode trazer o fim de uma ambiente e de relações saudáveis. E vai além ao referenciar Paulo Freire como norte de suas ações, pois este educador “[...] conseguiu enxergar a aprendizagem além dos muros da escola formal, como possibilidade de transformação humana [...] para eliminação da opressão em direção a emancipação.” (SAMPAIO, 2015, p. 33).

Até onde vai a relativa autonomia do assistente social, os desafios do desenvolvimento de seu trabalho podem estar externamente ou dentro das paredes institucionais que o cercam, ou seja, em seu próprio ambiente de trabalho. É nesse contexto que se configura a seguinte pergunta: tem liberdade para criar ações ou deve seguir algum roteiro imposto pela instituição que trabalha? Como se sente em relação a isso?

Podemos como profissionais sugerir ações e criar atividades, aliás, este é nosso principal trabalho. Desde que as mesmas obedeçam as normativas e estejam dentro da proposta do projeto. Todos os investimentos direcionados ao município são acompanhados de Instruções e manuais, o roteiro das atividades e propostas devem ser obedecidos na íntegra, sob pena de rejeição do projeto caso não obedecido, especialmente no que tange ao material de trabalho a ser adquirido. Existem situações em que a execução do projeto é fiscalizado mensalmente e outras em que é fiscalizado em sua conclusão. (FRANÇA, 2018).

Acho que já respondi isso anteriormente, é bem a relativa autonomia dentro da ordem institucional. Na instituição onde eu trabalho como todas as instituições governamentais ou não temos as limitações, mas eu ainda consigo ter uma relativa autonomia ampliada, sendo mais propositiva e tenho liberdade sim para poder estar criando ações e propondo novas, como essa da oficina de artesanato socioambiental, que é o nome da oficina, ela foi proposta juntamente comigo e com a coordenadora. E também houve outro projeto onde fiz um projeto de pesquisa-ação que eu utilizei das atividades da instituição para desenvolver uma pesquisa junto à

minha especialização e tinha que ser vinculado ao espaço em que se trabalha, fiz bem na perspectiva da educação ambiental e houve engajamento de todos os membros idosos da oficina de artesanato socioambiental e seus familiares, netos, filhos enfim, todos de seu convívio sendo esses multiplicadores dessa proposta e eles mesmos trouxeram propostas para demandas futuras. Então é nessa pegada que a gente fala que é uma educação horizontal, a dimensão educativa do trabalho do assistente social deve ser horizontal, ser propositivo, ativo, mas também deve ver e acolher essas demandas e isso me deixa muito feliz por ter essa importante abertura no campo eu atuo. (ITÁLIA, 2018).

O lócus profissional é terreno de debates árdios para os profissionais de Serviço Social, e possibilidades encontrados para o desenvolvimento de seu trabalho profissional, a efetiva atuação do profissional encontra respaldo no Código de Ética Profissional e na lei que regulamenta a profissão, mais precisamente no artigo 2º que versa sobre direitos do/a assistente social.

- a) garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste Código [...];
- b) livre exercício das atividades inerentes à profissão [...];
- c) participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais[...]. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 140-143).

As respostas das profissionais apontam para o respeito dessas prerrogativas, apesar da profissional que atua em Prefeitura deve obedecer um roteiro anteriormente estabelecido, as normativas e propostas do projeto podem passar por fiscalização mensal. Esses fatores não aparecem comprometer o trabalho da profissional França uma vez que não criticou as metas e regras estabelecidas no desenvolvimento de seu trabalho.

A profissional Itália aparenta mais liberdade na sua atuação, visto que busca experiências fora de seu ambiente de trabalho não se prendendo a manuais. Essas buscas, que até o momento apontaram para Congressos, em Pós-graduação, encontros, apontando ser uma profissional que busca na academia e nos locais de efervescência e profusão de saberes. Fato que chama a atenção nesta profissional é que no mesmo artigo 2º que versa sobre os direitos do/a profissional cabe destacar a alínea “i) liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos [...]” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 154), pois desenvolveu estudos relacionados aos usuários do serviço da instituição onde trabalha.

Reconhecer a importância da ação profissional na problemática socioambiental e condição fundamental para propor respostas às questões onipresentes no duo social e ambiental, assim, após as mais diversas questões respondidas pelas profissionais ainda restou a seguinte questão, quais e quantos projetos foram desenvolvidos por projetos socioambientais? Identifica que desenvolve alguma ação socioambiental?

Na verdade esse projeto é renovado anualmente, esse que contempla a educação ambiental, tanto para idoso quanto para o público infanto-juvenil está em vigor desde 2014, ou seja, quatro anos. O projeto tem vigência anual tem dado certo e vem sendo renovado. Tem algumas atividades de monitoramento pela gestão e avaliação. Isso demonstra se emplacou, se atingiu o público, se teve adesão ou uma devolutiva. E essa atividade tem dado grande devolutiva no último ano. Atraiu-se essa oficina há um público de atividades de pena e alternativas judiciais, esses integrantes dessas oficinas são apenados e estão lá cumprindo penas e medidas alternativas, a gente entende esse público de alternativas, não somente como mão-de-obra barata, eles também são sujeitos, são público alvo do nosso trabalho, porque são pessoas em situação de vulnerabilidade e tem dado muito certo, formado majoritariamente por homens e eles têm uma aceitação superbacana com ao artesanato que culturalmente é do sexo feminino sobre a cultura machista que a gente vive no Brasil. Então foi muito surpreendente e eles têm mobilizado muito sobre essas questões, o quanto é importante, é um grupo marginalizado pela sociedade, mas é um grupo que tem se comprometido nessas atividades que envolvem questões ambientais e sociais e tem se sensibilizado sobre as questões da instituição e do território. Eu acredito que sim, desenvolvo sim, pois em minha atuação sinto que vou além do “ambiental” e procuro não ficar somente no “social”, todas essas ações desenvolvidas são pensadas no intuito de trabalhar essas questões de formas conjuntas, penso dessa forma. (ITÁLIA, 2018).

Ao todo, temos torno de 4 ou 5 projetos elaborados e aprovados, sendo que dois deles encontram-se em fase de execução (Estação de Tratamento de água – ETA e Drenagem Urbana Sustentável – Fundo de Vale) ambos com recursos advindos do PACII – Programa de Aceleração do Crescimento – M.Cidades. Os demais (Remanejamento de Emissário de Esgotos, Reforma de Reservatórios de água, Construção de ETE- Estação de Tratamento de Esgoto) parte advindos de recurso FEHIDRO, foram aprovados, mas não foram executados ainda por falta de recursos financeiros. (FRANÇA, 2018).

As duas profissionais entendem suas atuações como ação socioambiental por acreditarem que as ações que executam atendem aos interesses de uma coletividade, desde pessoas em situação de vulnerabilidade até ao cidadão que não necessita de nenhum serviço assistencial, apenas água potável e serviços públicos de qualidade, que são por lei, direitos de todos, todavia, o acesso ainda é algo restrito.

Nessa leitura sobre o trabalho das duas assistentes sociais pode verificar-se o quão fundamental é a atuação do profissional no campo socioambiental. A

amplitude de ações que surgem após as definições de meio ambiente e social vistas conjuntamente demonstram que a terminologia socioambiental prova que essas estão intimamente ligadas. As ações educativas e constantemente revigoradas da profissional Itália demonstram o empenho que os órgãos representativos da profissão alertam, resistência, luta, qualificação, pois são esses elementos que serão barreiras na disputa contra o poder hegemônico, ressalta-se aqui, mesmo quando o Estado transfere parte de sua responsabilidade à sociedade civil, como é o caso das ONGs, os profissionais de Serviço Social empenham esforço descomunal para que o atendimento seja qualificado e o compromisso do profissional com a sociedade seja cumprido.

Os diferentes espaços sócio-ocupacionais das duas profissionais também demonstram como cada uma delas busca construir qualitativamente a implementação de ações que vão trazer benefícios, melhorias e mais qualidade de vida à população da cidade de Barretos. A profissional França atende aos mais diversos critérios para que haja a aprovação de obras e projetos que resultam em qualidade de vida para uma cidade com mais de 100.000 habitantes, os desafios de prazos a serem cumpridos, de metas a serem alcançadas e claro a falta de verbas, fato tão real e presente na sociedade brasileira que ameaça a todos os setores, fazem do profissional assistente social que trabalha no poder público municipal um profissional comprometido com o desafio de executar ações de forma macro, para um número imenso de cidadãos que exigem seus direitos atendidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde que foi evidenciada a questão dos limites do planeta, inicialmente na década de 1970, várias conferências, encontros e pactos a favor do meio ambiente foram realizados, vários acordos firmados e muitas propostas foram iniciadas, ou seja, mesmo com toda movimentação iniciada ainda assim os problemas ambientais persistem e em dimensões alarmantes.

É necessário destacar que o modo de produção capitalista avança impune no decorrer de todas essas décadas, atravessando o século XX e iniciando o século XXI de forma vigorosa e com ampla aceitação dos dirigentes do poder, pois muitos associam a produção incessante como fundamental para a geração de emprego e renda, mas as mazelas sociais e ambientais geradas por esse modo de produção não figuram abertamente, parecendo estar desconectado da realidade, da realidade que está presente em todo planeta, em cada país, em cada estado, em cada cidade, em cada bairro demonstrando que os problemas socioambientais produzidos pelo capitalismo estão presentes na realidade de todos os seres vivos.

Apesar de todas as evidências da destrutividade trazida pelo consumo acelerado de bens naturais do planeta e da má qualidade trazida pelo desequilíbrio ambiental que refletem negativamente na saúde humana, o processo de ruptura com esse sistema permanece estável, pois não se vê ameaças direcionadas ao modo de produção vigente, até mesmo o termo desenvolvimento sustentável parece atender aos seus interesses, ou seja, um desenvolvimento que atenda aos interesses do capitalismo. Ainda assim, muitos profissionais atuam de forma a combater esse panorama, seja na elaboração de legislações ambientais, destaca-se que no Brasil são muitas legislações construídas de forma competente, seja nas ações em que busca propagar de forma didática os limites do planeta, como os educadores ambientais.

Nesta pesquisa o **objetivo principal foi conhecer o trabalho de assistentes sociais** que desenvolvam ações de caráter socioambiental na cidade de Barretos exercendo ações socioambientais. A busca por esses profissionais resultou assim em dois lócus, uma ONG e uma Secretaria localizada na prefeitura da cidade de Barretos, as duas profissionais que desenvolvem seus trabalhos de forma comprometida com todos os parâmetros necessários do Serviço Social.

E, mesmo trabalhando em organizações diferentes, cada uma delas busca qualidade no desenvolvimento de seu trabalho, seja no trabalho educativo buscando conscientizar o cidadão da importância da participação de toda a sociedade em

rever seus modos de vida, discutindo o consumo consciente, alertando que todos têm direitos e deveres e os deveres precisam ser cumpridos por todos.

Esse compromisso ético representa para as profissionais um dos grandes desafios que encontram no seu cotidiano de trabalho, pois em tempos bicudos e de grandes golpes na democracia popular, a profissão que luta para contribuir no acesso aos direitos sociais e desenvolver ações educativas de conscientização para a cidadania e fortalecimento popular tem sido alvo constante de cortes de investimento.

Através das entrevistas foi possível verificar que o trabalho das profissionais é realizado de forma comprometida com o projeto ético-político da profissão, pois atuam de forma a modificar a ordem vigente cujo teor tem causado a exploração das classes menos favorecidas e dificultando o acesso a bens e serviços que são direitos do cidadão.

A assistente social que desenvolve seu trabalho profissional junto ao poder público municipal é comprometida em atender todos os prazos impostos por normas e decretos para que haja a contrapartida do poder público federal em conceder verbas para as mais diversas obras e projetos que vão atender interesses coletivos. A experiência dessa profissional que atua há mais de 10 anos, respondeu que durante a graduação não teve contato com reflexões socioambientais, mas exercendo a profissão de Serviço Social descobriu sua atuação nessa temática e da importância em implementar e elaborar propostas que atendam aos interesses e necessidades dos usuários e que estejam com todos os critérios atendidos pelo poder público.

A profissional que atua em uma ONG demonstrou ter maior liberdade para exercer seu trabalho, seja na elaboração de propostas para atividades educativas, ponto forte da profissão, seja na busca fora do manual rotineiro de uma instituição. As várias atividades desenvolvidas na instituição entre elas o artesanato socioambiental, derivado de matérias recicláveis, os trabalhos com idosos, crianças e de apenados pela justiça mostram a importância do profissional saber conversar para todas as formas de público ou grupos, Giaqueto (2015) aponta que o nestas reuniões ocorrem discussões que privilegiam a arte do falar e do escutar, assim sendo o espaço onde as pessoas trazem à tona todos os seus problemas.

A amplitude de público dessa instituição mostra um fértil espaço onde a profissional exercita a dimensão educativa presente no trabalho do assistente social

e o faz de modo a tornar seus participantes cidadãos críticos, para tanto basta verificar os terrenos visitados por ela, congressos, encontros e a academia, e também autores e leituras, Freire, Yamamoto, educação ambiental, direitos humanos, para embasar sua atuação. As dificuldades para a profissional existem na forma de investimentos e de repasses financeiros para a continuidade das atividades da instituição.

Após a análise da pesquisa como um todo verificou-se que a cidade de Barretos tem problemas socioambientais característicos de outros municípios, No que tange às problemáticas ambientais e sociais verifica-se que ações com a temática de educação ambiental precisam ser fortalecidas e fomentadas por um grupo maior da sociedade, pois as ações de educação ambiental acontecem de forma pontual. Outro fator pertinente é a necessidade de discutir a educação ambiental crítica num patamar maior entre os profissionais envolvidos nesse terreno, uma vez que a educação ambiental crítica está inserida nas questões socioambientais, o viés educativo, propositivo e de mobilização social representam desta educação.

E justamente nesta perspectiva que é fundamental trabalhá-la exponencialmente nos mais diversos setores da sociedade, o profissional de Serviço Social torna-se um importante propagador dos conceitos contidos nessa pertinente forma de educação popular que ainda não é trabalhada em sua plenitude.

O compromisso da pesquisa em conhecer o trabalho do assistente social executando ações de caráter socioambiental identificou que há necessidade de conscientizar os mais variados segmentos que meio ambiente não pode ser entendido apenas como flora, fauna ou paisagens utópicas. A descrição formal sobre meio ambiente esta na Resolução CONAMA n. 306 (CONAMA, 2002), e esclarece “[...] meio ambiente: conjunto de condições, leis, influência e interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e urbanística, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas[...].” A leitura desta resolução evidencia a quantidade de elementos e todos relacionados entre si, e o “social” e “cultural” inseridos no texto.

Assim sendo, o profissional assistente social pode contribuir nessa tarefa de conscientização da sociedade para ver os problemas relacionados à questão socioambiental de outra maneira, e que se sinta responsável e participe dessa mudança, cada cidadão deve dar sua contribuição para essa mudança, pois o

consumo e o descarte constante não são realizados somente por fábricas e usinas, vem também dos munícipes e é justamente este cidadão conscientizado que será capaz de reverter esse preocupante panorama socioambiental.

Nesta pesquisa foi possível conhecer o trabalho dos assistentes sociais executando ações de caráter socioambiental, e mais, as profissionais demonstraram que o seu trabalho, seja atuando de forma educativa nos espaços formais e informais amplia e potencializa os efeitos para a construção de um cidadão crítico e consciente de sua importância para a reconstrução de uma nova sociedade. Onde seja possível edificar resistências ao modo de produção vigente para que este não continue a alienar e produzir miséria, desemprego, individualismo tantos outros sintomas de um contundente reflexo da questão social.

A profissão, definitivamente, construiu em sua trajetória um histórico de luta e resistências às mazelas colocadas pelo modo de produção capitalista, e a afirmação de que o profissional de Serviço Social é peça essencial no embate à problemática socioambiental foi confirmado nessa pesquisa, pois as ações oriundas do trabalho das duas profissionais atendem ao interesse de toda a população da cidade de Barretos.

Enfim, cabe destacar que não se pretende esgotar o assunto discutido, mas sim dar destaque a essa fundamental categoria de profissionais que ao desenvolverem seu trabalho contribuem de forma contundente para o fortalecimento da cidadania e do respeito e proteção aos direitos de toda sociedade.

REFERÊNCIAS

ABESS; CEDEPSS. Proposta básica para a formação do projeto profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 143-171, abr. 1996.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____.; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. In: ABEPSS; CFESS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

ACIB. **Conheça Barretos: história de Barretos**. Barretos, 2018. Disponível em: <<http://www.acibarretos.com.br/conheca#content>>. Acesso: 14 maio 2018.

ALMEIDA, Antonio Jorge Fonseca Sanches. Cultura política e hegemonia. In: **Compolítica: Encontro da Compolítica**, 4., 2011, Rio de Janeiro. **Anais....** Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Jorge-Almeida.pdf>>. Acesso em: 2017.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira; ALENCAR, Mônica Maria Torres. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

ANDERSON, Perry. **Passagens da antiguidade ao feudalismo**. Porto: Afrontamento, 1989.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. (Educação ambiental, v. 1).

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____.; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a assistente social: comentado**. Organização do Conselho Federal de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos da metodologia: um guia para a iniciação científica**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2000.

BATTINI, Odária. **A questão da instrumentalidade do Serviço Social**. (Texto de apoio para discussões na disciplina de metodologia de Serviço Social – 2001). [S.l., [2001]. Disponível em: <<http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/A-quest%C3%A3o-da-instrumentalidade-do-Servi%C3%A7o-Social1.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/18027/16976>>. Acesso em: abr. 2017.

BOURGUINON, Jussara Ayres. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BRASIL. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm>. Acesso em: 18 jan. 2018.

_____. Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 25 jul. 1985. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7347compilada.htm>. Acesso em: 13 jan. 2018.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Anexo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 17 jan. 2018.

_____. Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 22 jun. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666compilado.htm>. Acesso em: 18 jan. 2018.

_____. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental, dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 28 abr. 1999a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 18 jan. 2018.

_____. Decreto n. 3.179, de 21 de setembro de 1999. Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 set. 1999b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3179.htm>. Acesso em: 15 jan. 2018.

_____. Decreto n. 6.514, de 22 de julho de 2008. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 jul. 2008a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3179.htm>. Acesso em: 15 jan. 2018.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Educação Ambiental. **Os diferentes matizes da educação ambiental no Brasil: 1997 – 2007**. Brasília, DF, 2008b. (Série desafios da educação ambiental).

BRESSAN, Claudete Marlene Fries. **Formação, emancipação humana e o projeto ético-político do Serviço Social**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo fundo, 2009.

CARDOSO, Marisaura dos Santos. **Ética no Serviço Social: questões e dilemas para o exercício profissional**. Belo Horizonte: CRESS/MG, 2012.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Qual educação ambiental queremos? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 43-51, abr./jun. 2001.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

CASTILHO, Araripe. SP atinge 65% de colheita mecanizada de cana-de-açúcar. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 mar. 2012. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/2012/03/1069446-sp-atinge-65-de-colheita-mecanizada-de-cana-de-acucar.shtml>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CMMAD. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Getúlio Vargas, 1991.

CNS. Resolução CNS n. 510, de 7 de abril de 2016. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

CNUMAD. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e responsabilidade global**. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

CONAMA. Resolução CONAMA n. 306, de 5 de julho de 2002. Estabelece os requisitos mínimos e o termo de referência para realização de auditorias ambientais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jul. 2002. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=306>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

CORREIO, Auta Iselina Stephan de Souza; CORREIO, Lêda Maria Leal de Oliveira; CORREIO, Marina Monteiro de Castro e Castro. O trabalho coletivo e as profissões de saúde. **Tempus: Actas de Saúde Coletiva**, Brasília, DF, v. 5, n. 1, p. 105-121, 2011.

COTRIM, Vera. **Trabalho produtivo em Karl Marx: velhas e novas questões**. São Paulo: Alameda, 2012.

DALBÉRIO, Osvaldo. A pesquisa científica e os desafios dos instrumentos para obtenção de dados. In: _____.; JOSÉ FILHO, Mário (Org.). **Desafios da Pesquisa**. Franca: Ed. UNESP/FHDSS, 2006.

DALLARI, Pedro. Desenvolvimento sustentável em favor da justiça social no Brasil. In: PÁDUA, José Augusto (Org.). **Desenvolvimento, justiça e meio ambiente**. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Peirópolis, 2009.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; BALDI, Luiz Agostinho de Paula. Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo. **Katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 193-202, jul./dez. 2012.

_____.; MARRO, Katia. Serviço Social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org.). **Serviço Social no Brasil: histórias de resistências e rupturas com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli; NÉLSIS, Camila Magalhães; NUNES, Letícia Soares. A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. **Katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 41-51, jan./jun. 2012.

GAONA PÉREZ, Alejandro. Necessidades de formação do assistente social no campo ambiental. In: DOMÍNGUEZ GOMES, José Andrés; VÁSQUEZ AGUARDO, Octavio; GAONA PÉREZ, Alejandro. (Org.). **Serviço Social e meio ambiente**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GIAQUETO, Adriana. Serviço Social e a ação socioeducativa frente ao contexto sócio histórico atual. In: _____. (Org.). **A dimensão educativa no trabalho social: exercícios de reflexão**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: _____. (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2015.

GOMEZ, André Villar. **A dialética da natureza de Marx: os antagonismos entre capital e natureza**. 2004. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

GRANEMANN, Sara. O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: CFESS; ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, Claudia Mônica; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

GUIMARÃES, Mauro. Educação ambiental crítica. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (Coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília, DF: MMA, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: OPAS : OMS : Ministério da Saúde, 2009.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

_____.; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez; 2014.

IBGE. **Barretos: população**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/barretos/panorama>>. Acesso em: 18 mai. 2018.

_____. **Projeção da população do Brasil e das unidades da federação. População do Brasil**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/box_popclock.php>. Acesso em: 24 abr. 2018.

IGC. **Mapas individuais das regiões administrativas e metropolitanas**. São Paulo, [2018]. Disponível em: <http://www.igc.sp.gov.br/produtos/mapas_ra.aspx?>. Acesso em: 15 jun. 2018.

JACINTO, Adriana Giaqueto. Trabalho socioeducativo no Serviço Social à Luz de Gramsci: o intelectual orgânico. **Katálisis**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 84-94, jan./abr. 2017.

LACERDA, Lélica Elis P. Exercício profissional do assistente social: da imediatividade às possibilidades históricas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 117, p. 22-44, jan./mar. 2014.

LARA, Ricardo. Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. **Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 73-82, 2007.

LESSA, Sergio. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e serviço social**. mod. 1. Brasília, DF: CEAD : ABEPSS : CFESS : UNB, 1999.

LIGABUE, Helena de Paiva. **A expressão da dimensão educativa no trabalho do assistente social na política de Assistência Social**. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 145-163, jan./abr. 2009.

LIXO.COM.BR. **Lixão x aterro**. Rio de Janeiro, [2008]. Disponível em: <<http://www.lixo.com.br/content/view/144/251/>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental transformadora. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (Coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília, DF: MMA, 2004.

LOUREIRO, Frederico. Karl Marx: história, crítica e transformação social na dialética da natureza. In: CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; GRUN, Mauro; TRAJBER, Rachel. (Org.). **Pensar o ambiente: bases filosóficas para a educação ambiental**. Brasília, DF: MEC : Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade : UNESCO, 2006. (Educação para todos, v. 26).

_____. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política**. São Paulo: Cortez, 2012. (Questões da nossa época, v. 39).

MACHADO, Gleysson. **Como funciona um aterro sanitário**. [S.l.], 2017. Disponível em: <<https://portalresiduossolidos.com/como-funciona-um-aterro-sanitario/>>. Acesso em: 9 maio 2018.

MAIA, Marilene; BARBIANI, Rosângela. A formação continuada em Serviço Social: uma experiência em construção. **Textos & Contextos**, ano 2, n. 2, dez. 2003. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/949/729>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARX, Karl. **O capital**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. L. 1. v. 1. t. 1. (Os economistas).

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant' Ana. 33. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. L. 1.

_____. **O capital**. Edição condensada do livro 1. Tradução e condensação de Gabriel Deville. 3. ed. Bauru: Edipro, 2016.

MATEOS, Simone Biehler. Participação popular: a construção da democracia participativa. **Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, DF, ano 8, ed. 65, 2011. Disponível em:

<http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2493:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 8 maio 2018.

MDS. **Orientações técnicas sobre o PAIF**. Brasília, DF, 2012. 2 v. Disponível em: <<http://mds.gov.br/central-de-conteudo/assistencia-social/publicacoes-da-assistencia-social>>. Acesso em: 19 maio 2018.

_____. **Reordenamento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos**: passo a passo. Brasília, DF, 2013. Disponível em:

<<http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/eventos/Passo%20a%20Passo%20-%20Reordenamento%20SCFV.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2018.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Proteção Social Básica. **Perguntas Frequentes**: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Brasília, DF, 2017. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/perguntas_e_respostas/PerguntasFrequentesSCFV_032017.pdf>. Acesso em: 19 maio 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: _____. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2016a. (Manuais acadêmicos).

_____. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: _____. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2016b. (Manuais acadêmicos).

MINISTÉRIO DO ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO; MINISTÉRIO DA FAZENDA; CHEFE DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Portaria Interministerial n. 507, de 24 de novembro de 2011. Estabelece normas para execução do disposto no Decreto no 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, revoga a Portaria Interministerial nº 127/MP/MF/CGU, de 29 de maio de 2008 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 nov. 2011. Disponível em: <<http://portal.convenios.gov.br/legislacao/portarias/portaria-interministerial-n-507-de-24-de-novembro-de-2011>>. Acesso em: 19 maio 2018.

MINISTÉRIO DO ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO et al. Portaria Interministerial n. 424, de 30 de dezembro de 2016. Estabelece normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, revoga a Portaria Interministerial nº 507/MP/MF/CGU, de 24 de novembro de 2011 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 jan. 2017. Disponível em: <<http://portal.convenios.gov.br/legislacao/portarias/portaria-interministerial-n-424-de-30-de-dezembro-de-2016>>. Acesso em: 19 maio 2018.

MOURA, Mauro Castelo Branco de. **Os mercadores, o templo e a filosofia: Marx e a religiosidade**. Porto Alegre: Empíricus, 2004. (Filosofia, v. 181).

NALINI, Jose Renato. **Ética ambiental**. 3. ed. Campinas: Millennium, 2010.

NOVACANA. **Usinas de açúcar e álcool no estado**: São Paulo, [2018]. Disponível em: <https://www.novacana.com/usinas_brasil/estados/sao-paulo?page=1>. Acesso em: 19 maio 2018.

NOVICKI, Victor. Práxis: problematizando consciência e participação na educação ambiental brasileira. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo et al. (Org.). **A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

NUNES, Letícia Soares; SILVA, Amanda Gomes de Medeiros. **O debate em torno da questão socioambiental na formação profissional do assistente social**. In: CONGRESSO CATARINENSE DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1., 2013, Florianópolis. **Anais....** Florianópolis: UFSC, 2013. v. 1. p. 1-11. Disponível em: <<http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/O-debate-em-torno-da-questao-socioambiental-na-formacao-profissional.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

OLIVEIRA, Flávia de Paiva M.; GUIMARÃES, Flávio Romero. **Direito, meio ambiente e cidadania**. São Paulo: Madras, 2004.

ONU. **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. **RIO+20: Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável: sobre a Rio+20**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html>. Acesso em: 17 out. 2017.

ONUBR. **Conferência das Nações Unidas sobre mudança climática**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/cop21/>>. Acesso em: 18 out. 2017.

PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira. Educação popular, educação não formal e pedagogia social: análise de conceitos e implicações para educação brasileira e formação de professores. In: EDUCERE, 9.; ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 3., 2009, Curitiba. **Anais....** Curitiba: PUC/PR, 2009.

PAULO NETTO, José. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e serviço social. mod. 1. Brasília, DF: CEAD : ABEPSS : CFESS : UNB, 1999.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

PENSAMENTO VERDE. **Saiba como funciona uma cooperativa de reciclagem**. Diadema, 2014. Disponível em: <<http://www.pensamentoverde.com.br/reciclagem/saiba-funciona-cooperativa-reciclagem/>>. Acesso em 10 maio 2018.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

PINOTTI, Rafael. **Educação ambiental para o século XXI: no Brasil e no mundo**. São Paulo: Blucher, 2010.

PINTO, João Bosco. Buscando uma metodologia de pesquisa para o Serviço Social: reflexões de um professor de pesquisa à margem dos paradigmas. **Cadernos Abess**, São Paulo, n. 6, p. 29-45, set. 1993.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2010: a verdadeira riqueza das nações: vias para o desenvolvimento humano**. Nova Iorque, 2010. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-PNUD_HDR_2010.pdf>. Acesso em: 7 maio 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRETOS. **Transparência: E-transparência: gestão de pessoas. relação de servidores**. Barretos, 2018a. Disponível em: <http://s2.asp.srv.br/etransparencia.pm.barretos.sp/servlet/wwpessoalservidor?IH0dULIcUAB5LQRI_JIOss5IDA6wzGFkiR0kiwLquEi6ldGk92we3Xi8bGbp9TS9>. Acesso em: 15 jan. 2018.

_____. **Secretaria de Governo**. Barretos, 2018b. Disponível em: <<https://www.barretos.sp.gov.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

_____. **Serviços**. Barretos, 2018c. Disponível em: <<http://www.barretos.sp.gov.br/servicos>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

_____. **SAAEB: tratamento de esgoto**. Barretos, 2017. Disponível em: <<http://www.saaeb.com.br/tratamento-esgoto.htm>>. Acesso em 20 jun. 2018.

REI, Fernando Cardoso Fernandes; GONÇALVES, Alcino Fernandes; SOUZA, Luciano Pereira. Acordo de Paris: reflexões de desafios para o regime internacional de mudanças climáticas. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 14, n. 29, p. 81-99, maio/ago. 2017. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/996/614>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO. **A história de Ribeirão Preto:** terras para São Sebastião. Ribeirão Preto, [2012]. Disponível em: <<http://www.ribeiraopretoconvention.org.br/nossa-historia/>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

RIBEIRO, Maurício Andrés. Origens minerais do desenvolvimento sustentável no Brasil: ideias e práticas. In: PÁDUA, José Augusto (Org.). **Desenvolvimento, justiça e meio ambiente.** Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Peirópolis, 2009.

RIVELLI, Elvino Antonio Lopes. Evolução da legislação ambiental no Brasil: políticas de meio ambiente, educação ambiental e desenvolvimento urbano. In: PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Org.). **Educação ambiental e sustentabilidade.** Barueri: Manole, 2005.

SAMPAIO, Fabiana Granado Garcia. A influência de Paulo Freire na escola formal atual... será possível? In: GIAQUETO, Adriana. (Org.). **A dimensão educativa no trabalho social:** exercícios de reflexão. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão social”:** particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca básica de Serviço Social, v. 6).

SANTOS, Claudia Mônica; SOUSA FILHO, Rodrigo; BACKX, Sheila. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexões. In: _____; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. (Org.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social:** desafios contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SÃO PAULO. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Instituto de Economia Agrícola. **Cana-de-açúcar.** São Paulo, [2018]. Disponível em: <<http://ciagri.iea.sp.gov.br/nia1/cadeia/cadeiaCana.aspx>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

_____. Secretaria do Meio Ambiente. **Meio ambiente paulista:** relatório de qualidade ambiental 2013. Organizado por Edgar Cesar Barros. São Paulo, 2013.

SAUER, Mariane; RIBEIRO, Edaléia Maria. Meio ambiente e Serviço Social: desafios ao exercício profissional. **Textos & Contextos,** Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 390-398, ago./dez. 2012.

SAUVÉ, Lucie. Educação ambiental: possibilidades e limitação. **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, maio/ago. 2005.

SEADE. **Índice Paulista de Responsabilidade Social:** Regiões Administrativas: Barretos: 2008: análise da região. São Paulo, 2008a. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/projetos/iprs/ajuda/2008/reg694.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

_____. **Índice Paulista de Responsabilidade Social:** Regiões Administrativas: Ribeirão Preto: 2008: análise da região. São Paulo, 2008b. Disponível em: <<http://indices-ilp.al.sp.gov.br/view/pdf/iprs/reg687.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SECCO, Lincoln. **Intelectuais**. [S.l., 20--]. Disponível em: <https://www.acesa.com/gramsci/texto_visualizar.php?mostrar_vocabulario=mostra&id=648>. Acesso em: 15 nov. 2017.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Antonio Inácio da et al. A dimensão educativa no trabalho profissional do assistente social junto às práticas restaurativas: experiência de intervenção junto a uma ONG no âmbito da política de assistência sócia. In: FÓRUM SÓCIOJURÍDICO: Educação e inclusão: cenários e perspectivas, 7., 2017, Franca. **Anais....** Franca: UNESP/FCHS, 2017.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Maria das Graças. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Tatiane Pereira. **Questão socioambiental e suas inter-relações com o Serviço Social**. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

SILVEIRA, Dartiu Xavier; SILVEIRA, Evelyn Borges Doering. **Substâncias psicoativas e seus efeitos: eixo políticas e fundamentos**. [Florianópolis: UFSC : SENAD, 2017]. Disponível em: <<http://www.aberta.senad.gov.br/medias/original/201704/20170424-094213-001.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2018.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. 2. ed. Cortez: São Paulo, 1999.

SOUSA, Charles Toniolo. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Emancipação**, Ponta Grossa, n. 8, v.1, p. 119-132, abr. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/viewFile/119/117>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

SPOSATI, Aldaiza. Território e gestão de políticas sociais. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 16, n. 1, p. 5-18, jul./dez. 2013.

TONET, Ivo. Qual política social para qual emancipação? **Ser Social**, Brasília, DF, v. 17, n. 37, p. 279-295, jul./dez. 2015.

TORRES, Mabel Mascarenhas. As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e o trabalho socioeducativo. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 202-227, jul./dez. 2009.

TORTORELLA, Aldo. **Hegemonia**. [S.l., 20--]. Disponível em: <https://www.acesa.com/gramsci/texto_visualizar.php?mostrar_vocabulario=mostra&id=644>. Acesso em: 15 nov. 2017.

TREIN, Eunice. A contribuição do pensamento marxista à educação ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo et al. (Org.). **A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre as demandas sociais e projetos profissionais. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 2, n. 4, p. 21-42, jul./dez. 2001.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisas em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social. In: CFESS; ABEPSS (Org.). **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

APÊNDICES

Apêndice A – Entrevista Semiestruturada

Parte I - QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA:

- 1) Nome:
- 2) Idade:
- 3) Sexo
- 4) Formação Profissional em universidade particular ou pública?
- 5) Presencial ou EAD?
- 6) Possui Pós- graduação? Sim (), Não (). Qual?:
- 7) Exerce a profissão há quanto tempo?
- 8) Onde atua?
- 9) Qual o vínculo trabalhista?
- 10) Qual a carga horária?
- 11) Você identifica que desenvolve alguma ação socioambiental?
- 12) Durante a graduação teve com reflexões sobre a temática socioambiental?

Parte II - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS PARTICIPANTES DA PESQUISA:

- 1) O que entende por questão socioambiental?
- 2) Quais as principais demandas que pode apontar em sua cidade?
- 3) Há participação da sociedade para o enfrentamento dessas problemáticas?
- 4) Como é desenvolvido seu trabalho, é feito de que forma e com qual público?
- 5) Teve apoio de outros profissionais em algum momento da sua atividade profissional? Quais profissionais? Professores, educadores ambientais, biólogos etc?
- 6) Se sim, de que forma? Palestras, encontros, projetos etc?
- 7) Como entende a atuação do assistente social frente à questão socioambiental? Tem conhecimento de outros profissionais assistentes sociais que atuem nesta área?
- 8) Quais contribuições que o Serviço Social pode oferecer nas Questões Socioambientais?
- 9) Qual sua fundamentação teórica em sua atuação? Autores de Serviço Social, Lei 9795/99, outras legislações?
- 10) Tem liberdade para criar ações ou deve seguir algum roteiro imposto pela instituição que trabalha? Como se sente em relação a isso?
- 11) Quais e quantos projetos desenvolveu sobre questões ambientais?

Apêndice B - Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento (TCLE)



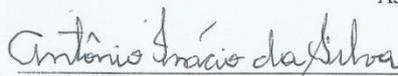
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____
 DATA DE NASCIMENTO: ___/___/___ IDADE: _____ SEXO: M () F ()
 DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: _____ Nº _____
 ENDEREÇO: _____
 BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____
 CEP: _____ FONE: _____

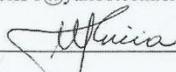
Eu, _____, declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: (**O Serviço Social e Educação Ambiental: a intervenção profissional junto à questão socioambiental**). O projeto de pesquisa será conduzido por (ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA) do Programa de Pós-Graduação em (SERVIÇO SOCIAL), orientado pela Prof. (a). Dr(a) (MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA LIMA), pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C.Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: Dissertação, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. *Trata-se de uma pesquisa que busca compreender o trabalho do assistente social desenvolvendo ações de cunho socioambiental.* Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

_____, _____ de _____ de 2017.

 Assinatura do participante

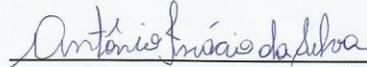
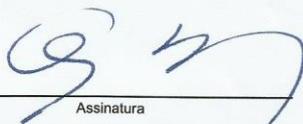
 (assinatura)

Pesquisador Responsável
 Nome: Antônio Inácio da Silva
 Endereço: Rua João da Silva n. 119, Grande Horizonte – Barretos/SP
 Tel: (17) 9-8803-7415
 E-mail: antois31@yahoo.com.br

 (assinatura)

Orientador
 Prof. (a) Dr. (a) Maria José de Oliveira Lima
 Endereço: Av Major Nicácio, nº 2527, Vila Santa Cruz, Franca/SP
 Tel: (16) 98111-3341
 E-mail: mj.oliveiralima@yahoo.com.br

Apêndice C - Folha de rosto para a pesquisa envolvendo seres humanos (Plataforma Brasil)

 MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS			
1. Projeto de Pesquisa: O Serviço Social e Educação Ambiental: a intervenção profissional junto à questão socioambiental.			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 2			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: antonio inacio silva			
6. CPF: 138.581.018-18	7. Endereço (Rua, n.º): rua joão da silva 119 RESIDENCIAL GRANDE HORIZONTE fundos BARRETOS SAO PAULO 14784540		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: 17988037415	10. Outro Telefone:	11. Email: antois31@yahoo.com.br
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.			
Data: 22 / 06 / 2017		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO		13. CNPJ: 48.031.918/0007-10	14. Unidade/Orgão:
15. Telefone: (16) 3706-8840	16. Outro Telefone:		
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.			
Responsável: <u>Celia Maria David</u>	CPF: <u>483.169.038-49</u>		
Cargo/Função: <u>Diretora</u>			
Data: 22 / 06 / 2017	 Assinatura		
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

ANEXOS

Anexo A - Comprovante de envio do Projeto (Plataforma Brasil)

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA

**COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: O Serviço Social e Educação Ambiental: a intervenção profissional junto à questão socioambiental.

Pesquisador: antonio inacio silva

Versão: 1

CAAE: 72827017.1.0000.5408

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 088162/2017

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Informamos que o projeto O Serviço Social e Educação Ambiental: a intervenção profissional junto à questão socioambiental, que tem como pesquisador responsável antonio inacio silva, foi recebido para análise ética no CEP UNESP - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/Camp. de Franca em 07/08/2017 às 17:08.

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900
Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8724 **E-mail:** comiteetica@franca.unesp.br

Anexo B – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP - Plataforma Brasil)

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O Serviço Social e Educação Ambiental: a intervenção profissional junto à questão socioambiental.

Pesquisador: antonio inacio silva

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 72827017.1.0000.5408

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.248.785

Apresentação do Projeto:

A apresentação do referido protocolo de pesquisa está condizente às Normas vigentes do Sistema CEP/CONEP.

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos são exequíveis.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Por questão apenas de aspectos educativos, o presente parecerista sugere que seja escrito de outra maneira os aspectos dos riscos. Não se deve explicitar que não há riscos na pesquisa, mas sim esclarecer quais os riscos que o referido desenho de pesquisa pressupõe aos sujeitos envolvidos na referida pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Não há.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Não há.

Recomendações:

Recomenda-se que não seja redigido os riscos da forma como foi realizado nesse protocolo de pesquisa. Ver as orientações do item avaliação dos riscos e benefícios.

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900
Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8724 **E-mail:** comiteetica@franca.unesp.br

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



Continuação do Parecer: 2.248.785

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Considerações Finais a critério do CEP:

O colegiado acata o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_945147.pdf	15/07/2017 17:58:15		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	15/07/2017 17:57:24	antonio inacio silva	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	memorialpronto.docx	15/07/2017 15:14:19	antonio inacio silva	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizaprefeitura.pdf	15/07/2017 15:04:30	antonio inacio silva	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	assocpromocional.pdf	15/07/2017 15:02:24	antonio inacio silva	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto1.docx	15/07/2017 14:59:49	antonio inacio silva	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FRANCA, 30 de Agosto de 2017

Assinado por:
Helen Barbosa Raiz Engler
(Coordenador)

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900
Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8724 **E-mail:** comiteetica@franca.unesp.br